

**UNIFAE - CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO DO PARANÁ
MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO**

DISSERTAÇÃO

**ENTRAVES PARA A EXPANSÃO DA OFERTA DE PRODUTOS
ORGÂNICOS NA PERSPECTIVA DOS FEIRANTES ORGÂNICOS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

TÂNIA CRISTINA DE SOUZA

CURITIBA

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TÂNIA CRISTINA DE SOUZA

**ENTRAVES PARA A EXPANSÃO DA OFERTA DE PRODUTOS
ORGÂNICOS NA PERSPECTIVA DOS FEIRANTES ORGÂNICOS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

**Dissertação apresenta como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Organizações e Desenvolvimento do
Centro Universitário Franciscano do
Paraná.**

**Orientador: Professor Doutor Cleverson
V. Andreoli**

Curitiba, 07 de abril de 2008.

TERMO DE APROVAÇÃO

TÂNIA CRISTINA DE SOUZA

ENTRAVES PARA A EXPANSÃO DA OFERTA DE PRODUTOS ORGÂNICOS NA PERSPECTIVA DOS FEIRANTES ORGÂNICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento, UniFAE Centro Universitário, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Cleverson V. Andreolli
UniFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná

Banca: Prof. Dr. Christian Luiz da Silva
PUC – Pontifícia Universidade Católica

Prof. Dr. Lafaiete Neves
UniFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná

Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima (Suplente)
UniFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná

Curitiba, 07 de abril de 2008.

Dedicatória

**A DEUS,
que nunca me desamparou.**

**AO MEU ESPOSO EUDES,
pela compreensão de minha ausência e
pelo incentivo nos momentos das
maiores dificuldades.**

**A MINHA IRMÃ EM ESPÍRITO ROSIMEIRE, meu
maior exemplo, incentivo e inspiração.**

Agradecimentos

**AO MEU ORIENTADOR
PROF. DR. CLEVERSON V. ANDREOLI,
pelo apoio e paciência nos momentos de dúvida.**

**AO PROF. VICENTE KELLER,
pela compreensão e apoio em momentos
decisivos nesta caminhada.**

**AO PROF. GILSON BATISTA OLIVEIRA
pelo apoio e dicas preciosas que me
auxiliaram muito neste trabalho.**

**AO PROF. DR. CHRISTIAN LUIZ DA SILVA,
por acreditar e incentivar à todos os seus
alunos.**

**AOS VEDADEIROS AMIGOS,
pelas palavras de incentivo nos
momentos de dúvida.**

RESUMO

SOUZA, Tânia Cristina de. Entraves para a expansão da oferta de produtos orgânicos na perspectiva dos feirantes orgânicos da região metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2008. 147 p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – UNIFAE.

A promoção do desenvolvimento sustentável e a manutenção deste desenvolvimento têm motivado debates em todas as partes do planeta. Identificou-se um problema, o modelo de crescimento econômico atual degrada o meio ambiente, e esta prática leva à mudanças climáticas que ameaçam a sobrevivência humana no planeta Terra. Buscam-se através de pesquisas, alternativas para solucionar, ou na melhor hipótese, minimizar o problema identificado. Este estudo buscou como objetivo levantar e analisar junto aos feirantes/agricultores que atuam nas feiras orgânicas/agroecológicas os entraves para a expansão da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, por acreditar que essa forma de produção de alimentos degrada em menor proporção o meio ambiente. Trata-se de pesquisa, segundo sua natureza, classificada como aplicada, quali-quantitativa. Utilizou-se dados primário extraídos de feirantes. O processo investigativo teve duas fases: a primeira consistiu em um levantamento preliminar com uma entrevista não estruturada com o público alvo desta pesquisa, os feirantes que atuam nas feiras orgânicas de Curitiba. A segunda fase consistiu em: (1) levantamento bibliográfico dos assuntos abordados no levantamento preliminar; (2) coleta de dados; (3) tratamento estatístico dos resultados. Os assuntos abordados no levantamento preliminar foram: (a) serviços públicos para a agricultura orgânica. Neste tópico concluiu-se que quando o tema é financiamento, apenas 48% dos entrevistados utilizaram as linhas de financiamento formatadas para o setor, demonstrando descompasso entre as linhas e o consumidor final. O apoio técnico é outro fator que necessita de observação, pois 70% dos entrevistados declararam descontentamento; (b) No assunto marketing 70% dos entrevistados declararam não terem problemas em vender seus produtos, sendo que, apesar da não dificuldade encontrada por eles, conhecem produtores que não estão na mesma situação; (c) gestão, identificou-se que apesar de terem recebido orientação para gerir seu negócio, comentam que sentem dificuldade em fazê-lo por incompatibilidade entre as atividades agrícola, comercial e a atividade de gerir; (d) canais de comercialização, 70% declaram-se satisfeitos com os canais atuais, sendo que dos canais utilizados anteriormente, o mais criticado é o super e hipermercado. Na pesquisa além dos itens identificados no levantamento preliminar foram inseridos os itens; (e) perfil dos entrevistados, que apresentou um perfil de produtor diferente do identificado em outros estudos, pois identificou 89% dos entrevistados com grau de instrução até o ensino médio, sendo que destes, 54% apenas com o ensino fundamental; e a (f) perspectiva para o futuro, com 59% dos entrevistados com o objetivo de expandir sua produção. Como resultados foram identificados e quantificados situações entendidas pelos feirantes como entraves para expansão da agricultura orgânica.

Palavras-Chaves: Produção Orgânica; Desenvolvimento Sustentável; Feiras Orgânicas de Curitiba.

ABSTRACT

SOUZA, Tânia Cristina de. Entraves para a expansão da oferta de produtos orgânicos na perspectiva dos feirantes orgânicos da região metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2008. 147 p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – UNIFAE.

The promotion of sustainable development and maintenance of this development has led discussions in all parts of the planet. It was identified a problem, the current model of economic growth degrades the environment, and this practice leads to the climatic changes that threaten human survival on earth. Seek to be through research, alternatives to resolve, or in the best case, minimize the problem identified. This study intended to raise with the fair and analyze / farmers who work in fairs organic / Agroecological obstacles to the expansion of organic agriculture in the metropolitan region of Curitiba, for believing that this form of production of food in smaller proportion degrades the environment. This is the search, according to their nature, classified as applied, quali-quantitative. It was used primary data extracted from fair. The investigative process has two phases: the first consisted of a survey with a preliminary interview not structured with the target audience of this research, the fair that are active in organic fairs of Curitiba. The second phase consisted of: (1) bibliographic survey of the issues addressed in the preliminary survey, (2) collecting data, (3) statistical treatment of results. The subjects addressed in the preliminary survey were: (a) public services for organic agriculture. This topic concluded that when the issue is funding, only 48% have used the lines of financing formatted for the industry, demonstrating imbalance between the lines and the final consumer. Technical support is another factor that needs to comment, because 70% of respondents stated discontent (b) No matter marketing 70% of respondents said they do not have problems in selling their products, and that despite the difficulties encountered by them do not know producers who are not in the same situation; (C) management has identified that despite having received guidance to manage your business, commented felt difficulty in doing so by incompatibility between agricultural activities, and commercial activity to manage; (D) channels of trade, 70% declare themselves satisfied with the current channels, while the channels used previously, the most critical is the super and hypermarkets. In addition search of the items identified in the preliminary survey were inserted items; (E) profile of the interviewees, who presented a profile of producer other than identified in other studies, since identified 89% of respondents with a degree of instruction to the high school, and that of these, 54% only with the primary school; And (f) perspective for the future, with 59% of respondents with the goal of expanding its production. As results were identified and quantified situations perceived as fair by barriers to expansion of organic agriculture.

Palavras-Chaves: Produção Orgânica; Desenvolvimento Sustentável; Feiras Orgânicas de Curitiba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - SISTEMA DE AGROBUSINESS E TRANSAÇÕES TÍPICAS.....	35
FIGURA 2 - SISTEMA PRODUTIVO ORGÂNICO	36
FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DE FEIRANTES POR SEXO.	84
FIGURA 4 - TRABALHADORES POR PROPRIEDADE.	85
FIGURA 5 - PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS DISTRIBUÍDOS POR GRAU DE FORMAÇÃO E SEXO.....	86
FIGURA 6 - TEMPO DE CONVERSÃO DOS AGRICULTORES	87
FIGURA 7 - GRAU DE FORMAÇÃO E MOTIVAÇÃO PARA CONVERSÃO.....	89
FIGURA 8 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.	90
FIGURA 9 - RELAÇÃO DE PROPRIEDADE DA TERRA	91
FIGURA 10 - EXTENSÃO DAS PROPRIEDADES DOS ENTREVISTADOS.....	91
FIGURA 11 - MÉDIA DE RENDA E EXTENSÃO DAS PROPRIEDADES	92
FIGURA 12 - PERCENTUAL DE FEIRANTES COM OUTRAS FONTES DE RENDA.....	92
FIGURA 13 - PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS E CONHECIMENTO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO DISPONIBILIZADAS PELO PODER PÚBLICO.....	94
FIGURA 14 - UTILIZAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO.....	95
FIGURA 15 - SATISFAÇÃO DOS ENTREVISTADOS REFERENTE AOS FINANCIAMENTOS UTILIZADOS E COM TENTATIVA DE UTILIZÁ-LOS. ...	97
FIGURA 16 - INSATISFAÇÃO APRESENTADA PELOS ENTREVISTADOS QUE UTILIZARAM E NÃO UTILIZARAM AS LINHAS DE FINANCIAMENTO DISPONIBILIZADAS PELO PODER PÚBLICO.....	97
FIGURA 17 - PERCENTUAL DE RECONHECIMENTO DE APOIOS TÉCNICOS DISPONIBILIZADOS PELO PODER PÚBLICO PARA AUXILIAR NA PRODUÇÃO	100
FIGURA 18 - UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DISPONIBILIZADO PELO PODER PÚBLICO.....	101
FIGURA 19 - QUANTIDADES DE UTILIZAÇÕES DECLARADAS PELOS ENTREVISTADOS.....	102
FIGURA 20 - SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	102
FIGURA 21 - SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUE UTILIZARAM OS SERVIÇOS TÉCNICOS GOVERNAMENTAIS.....	103
FIGURA 22 - OPINIÕES E SUGESTÕES DE MELHORIA APRESENTADAS PELOS ENTREVISTADOS EM NOVEMBRO/2007.....	103
FIGURA 23 - PRETENSÃO DE UTILIZAÇÃO APRESENTADA PELOS ENTREVISTADOS EM NOVEMBRO/2007.....	106
FIGURA 24 - SATISFAÇÃO DECLARADA SOBRE AS BARRACAS DAS FEIRAS ORGÂNICAS	106
FIGURA 25 - SATISFAÇÃO DECLARADA SOBRE A LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS ORGÂNICAS	107
FIGURA 26 - SATISFAÇÃO DECLARADA SOBRE A SEGURANÇA DAS FEIRAS ORGÂNICAS	108
FIGURA 27 - SATISFAÇÃO DECLARADA SOBRE A LIMPEZA DOS LOCAIS DAS FEIRAS ORGÂNICAS	108
FIGURA 28 - CONHECIMENTO DE LINHAS DE EXPORTAÇÃO ESPECÍFICAS PARA PRODUTOS ORGÂNICOS.....	109

FIGURA 29 - CERTIFICADORAS IDENTIFICADAS NAS ENTREVISTAS REALIZADAS.	112
FIGURA 30 - PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE CONHECEM PRODUTORES QUE NÃO CONSEGUEM REALIZAR A CONVERSÃO EM SUAS PROPRIEDADES.....	113
FIGURA 31 - PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO REFERENTE O ESCLARECIMENTO FEITO PELO PODER PÚBLICO SOBRE OS PRODUTOS ORGÂNICOS..	115
FIGURA 32 - FORMAÇÃO DOS PREÇOS DE VENDAS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NAS FEIRAS ORGÂNICAS DE CURITIBA.....	116
FIGURA 33 - FORMAS DE DEFINIR A QUANTIDADE À SER PRODUZIDA.....	117
FIGURA 34 - FORMAS DE DEFINIR A QUANTIDADE À SER PRODUZIDA.....	118
FIGURA 35 - FORMAS DE CALCULO DO LUCRO.	118
FIGURA 36 - FORMAS DE ADMINISTRAR A OFERTA.....	119
FIGURA 37 - SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES	119
FIGURA 38 - VONTADE DE PARTICIPAR DE CURSOS.....	120
FIGURA 39 - SATISFAÇÃO COM OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ATUAIS.	121
FIGURA 40 - OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS.....	121
FIGURA 41 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS ANTERIORMENTE	122
FIGURA 42 - SATISFAÇÃO COM OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO NÃO MAIS UTILIZADOS.....	123
FIGURA 43 - MOTIVOS PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DOS ANTIGOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	123
FIGURA 44 - PRETENSÕES REFERENTES À PRODUÇÃO DE 2008.	124
FIGURA 45 - MOTIVOS PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE 2008.....	125
FIGURA 46 - MOTIVOS PARA MANTER OU REDUZIR A PRODUÇÃO DE 2008	125

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - APRESENTAÇÃO DOS NÚMEROS DE PRODUTORES, PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE POR MESORREGIÃO DO PARANÁ –SAFRA 2003/2004.....	19
TABELA 2 - FEIRAS ORGÂNICAS NA CIDADE DE CURITIBA	53
TABELA 3 - FEIRAS ORGÂNICAS NA CIDADE DE CURITIBA DIVULGADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA.....	74
TABELA 4 - FEIRAS ORGÂNICAS QUE ACONTECEM NA CIDADE DE CURITIBA NÃO DIVULGADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA EM 2007...	74
TABELA 5 - FREQUÊNCIA DAS DEMANDAS IDENTIFICADAS NAS ENTREVISTAS....	76
TABELA 6 - PESO DOS ITENS DE DEMANDA.	78
TABELA 7 - PESO DOS ITENS DE DEMANDA. APÓS AGRUPAMENTO POR AFINIDADES	79
TABELA 8 - FORMULÁRIO DE PESQUISA	79
TABELA 9 - SEQUÊNCIA DE ENTREVISTAS REALIZADAS NAS FEIRAS ORGÂNICAS/AGROECOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – NOV/2007	81
TABELA 10 - FREQUÊNCIA DE FEIRANTES ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS ENTREVISTADOS	89
TABELA 11 - ENTREVISTADOS POR MUNICÍPIO E UTILIZAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO.	98
TABELA 12 - ENTREVISTADOS POR MUNICÍPIO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.
- ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- AOPA – Associação de Agricultura Orgânica do Paraná.
- APA – Área de Proteção Ambiental.
- APEX-BRASIL – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.
- ASSESOPAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.
- BB – Banco do Brasil.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- CEAO – Conselho Estadual de Agroecologia do Paraná.
- CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNPOrg – Comissão Nacional da Produção Orgânica.
- CNUCED – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- CO² - Dióxido de Carbono.
- DAP – Declaração de Aptidão.
- DDT – Iclorodifeniltricloreto.
- DM – Desing Macroergonômico.
- EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- FAO – Organização para a Agricultura e Alimentação.
- FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná.
- FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos.
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- HORTISUL - Cooperativa agrícola de Agudos do Sul
- IBD – Instituto Biodinâmico.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IAP – Instituto Ambiental do Paraná.
- IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná
- ICMS – Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.
- IIPA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

INFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements.
INMETRO – Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento.
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul.
OMC – Organização Mundial de Comércio
ONG – Organizações Não Governamentais
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE/MEC - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
PPA – Programa de Aquisição de Alimentos.
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda.
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PROSOLO – Programas de Incentivo ao uso de Corretivos de Solo.
RMC – Região Metropolitana de Curitiba.
SAG – Sistemas Agroindustriais
SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.
SESA – Secretária de Saúde do Estado do Paraná.
SPA – Secretaria de Política Agrícola.
SPG – Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica.
SIPA – Sistema Integrado de Produção Agroecológica.
SINITOX – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas.
SUS – Sistema Único de Saúde.
TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná.
TECPAR-CERT – Instituto de Tecnologia do Paraná – Unidade Certificação.
UFPR – Universidade Federal do Paraná.
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	15
1.2	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	18
1.3	PERGUNTAS DE PESQUISA.....	21
1.4	OBJETIVOS.....	21
1.4.1	Objetivo Geral.....	21
1.4.2	Objetivos Específicos.....	21
1.5	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TRABALHO	21
1.6	PRESSUPOSTOS.....	23
1.7	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	23
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	24
2.1	AGRICULTURA ORGÂNICA.....	24
2.2	SÍNTESE LEGAL DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL.....	25
2.3	EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA	26
2.4	PERFIL DO PRODUTOR ORGÂNICO.....	33
2.5	SISTEMA PRODUTIVO DE ORGÂNICOS.....	33
2.5.1	Acreditação, Credenciadora e a CNPOrg - Comissão Nacional da Produção Orgânica.....	37
2.5.2	Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica.....	39
2.5.3	Atores Governamentais - Incentivos Governamentais para a Promoção da Agricultura Orgânica.....	42
2.6	ATOES PÚBLICOS E PRIVADOS	58
2.6.1	Marketing	58
2.6.2	Gestão Financeira para administrar propriedades rurais.....	61
2.7	DEFINIÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	63
2.8	ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA.....	68
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	71
3.2	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	71
3.3	MATERIAIS E MÉTODOS.....	73
3.3.1	Identificação do usuário	73
3.3.2	Priorização dos itens de demanda identificados.....	75
3.3.3	Entrevistas	79
3.3.4	Análise de consistência do formulário de entrevista.....	81
3.3.5	Teste não-paramétrico.....	82
4	RESULTADOS	84
4.1	ANÁLISE DOS DADOS.....	84
4.1.1	Perfil dos Feirantes Orgânicos/Agroecológicos do município de Curitiba	84
4.1.2	Serviços públicos para a agricultura orgânica.	93
4.1.3	Marketing.	114
4.1.4	Gestão	116
4.1.5	Canais de Comercialização	120
4.1.6	Expectativas Futuras	124
4.2	ANALISE UTILIZANDO ESTATÍSTICA NÃO-PARAMÉTRICA.....	126

CONCLUSÕES	129
BIBLIOGRAFIA	134
APÊNDICES.....	142

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O Brasil é um país que possui um conjunto de fauna e flora diversificado e riquíssimo. O país depois de amargar um período de estagnação na década de 80, conhecida como “Década Perdida”, buscou na década de 90, realizar mudanças no marco institucional para a retomada do crescimento e conseqüentemente buscas por formas de retomar o desenvolvimento econômico, Lourenço (2005, p.45 e 82).

Devido a problemas ambientais, sociais e econômicos enfrentados atualmente, buscam-se formas de estimular o crescimento e desenvolvimento preferencialmente de forma sustentável, isto é, formas de produção sem agressão ao meio ambiente.

A agricultura no Brasil ainda é o principal pilar estimulador do crescimento econômico. O país possui fatores ideais que sustentam estas características, como solo fértil, clima favorável, grandes extensões de terra, pesquisadores engajados e uma grande população rural, (SACHS, 2004a, p 362).

Ocorre que a busca pelo crescimento e desenvolvimento do país não podem ser pensados, sem as considerações dos impactos gerados pelo modelo de desenvolvimento contemporâneo.

Observa-se no início do século XXI, o mundo enfrentando graves problemas ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento iniciado no século XVII, no período histórico conhecido como Revolução Industrial. O modelo de desenvolvimento econômico tradicional demonstra ineficiência na manutenção da vida humana. Recursos naturais como água potável e ar limpo serão reduzidos á níveis insustentáveis em um curto período de tempo (STERN, 2006, pág. 68 e 72).

O relatório “Limite para o Crescimento” de 1972 gerado para o Clube de Roma causa um dilema econômico incomodo ao mundo, este dilema é questionado novamente pelo e Relatório Stern¹. Como continuar o desenvolvimento econômico que promove a melhoria da qualidade de vida humana, sem causar a não sustentabilidade da mesma vida humana no planeta? Silverstein (1993, p. 17).

Motivado pela crescente preocupação mundial com o tema impacto ambiental e

¹ O Relatório Stern é o primeiro estudo encomendo por um governo, neste caso o britânico, sobre os impactos que as alterações climáticas irão causar a economia mundial nos próximos 50 anos. O inovador neste relatório é que pela primeira vez, a visão é de um economista. O nome do relatório é derivado do sobrenome do seu coordenador, Sir Nicolas Stern, economista britânico do Banco Mundial. A mais famosa conclusão deste relatório é que “com um investimento de apenas 1% do PIB mundial se pode evitar a perda de 20% do mesmo PIB num prazo de simulação de 50 anos”.

suas mensurações, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publica no ano de 2002 o relatório “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” que tem como objetivo, fornecer a sociedade, indicadores como ferramentas de trabalhos para a análise do desenvolvimento sustentável no Brasil. No relatório são explorados os temas relacionados às dimensões da sustentabilidade social, econômica, ambiental e institucional. No tema sustentabilidade ambiental, entre outros levantamentos, são apresentadas informações sobre o consumo em quilos de fertilizantes e agrotóxicos por/ha. plantado no país. Os consumos de agrotóxicos e fertilizantes têm se mostrado crescente, sendo apresentado por ano as seguintes seqüências agrotóxicos e fertilizantes: 1997 = 2,27 e 109,46 kg/ha; 1998 = 2,70 e 122,63 kg/ha; 1999 = 2,58 e 109,82 kg/ha e 2000 = 2,76 e 128,83 kg/ha respectivamente. O Instituto chama atenção para o fato dos dados levantados serem apenas do consumo de fertilizantes e agrotóxicos realizados nas culturas com maiores valores econômicos citadas no LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Este comentário alerta a sociedade que o consumo é maior do que o mencionado no relatório, pois não considera todas as plantações cultivadas no território nacional.

O uso de fertilizante causa “eutrofização² dos rios e lagos, à acidificação dos solos e a contaminação de aquíferos de reservatórios de água”. Quando o tema são os agrotóxicos, o documento deixa claro que o emprego é prejudicial para a área utilizada na aplicação e para toda a sociedade circunvizinha, pois “podem ser persistentes, móveis e tóxicos no solo, na água e no ar. Tendem a se acumular no solo e na biota³, e seus resíduos podem chegar às águas de superfície por escoamento, e às subterrâneas por lixiviação⁴”, IBGE (2002, p. 76)

Mazzoleni e Nogueira (2006, p.165) corroboram a idéia apresentada pelo relatório publicado pelo IBGE, quando comentam sobre as externalidades negativas causadas ao meio ambiente, quando a agricultura química é utilizada na produção de alimentos. As conseqüências do uso de fertilizantes e agrotóxicos não são incorporadas aos preços finais dos produtos colhidos na agricultura química. “O ônus dessas externalidades (degradação e /ou poluição) é arcado pela sociedade como um todo, não pelos produtores privados”.

² Adição em excesso de um ou mais compostos orgânicos ou inorgânicos aos ecossistemas naturais, causando uma elevação anormal nas suas concentrações. Ou enriquecimento da água com nutrientes através de meios criados pelo homem, produzindo uma abundante proliferação de algas. (IBGE, 2002, p. 176)

³ Conjunto de seres vivos, flora e fauna, que habitam ou habitavam um determinado ambiente geológico, como, por exemplo, biota marinha e biota terrestre. (IBGE, 2002, p. 177)

⁴ Processo pelo qual a matéria orgânica e os sais minerais são removidos do solo, de forma dissolvida, pela percolação da água da chuva. (IBGE, 2002, p. 179)

Projeto desenvolvido pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em parceria técnica com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, avalia a crise do modelo clássico de desenvolvimento, quando comenta a degradação causada para a promoção do crescimento econômico. Este estudo demonstra como a aplicação do modelo contribuiu para a diminuição e, em alguns casos, até para a extinção de espécies vivas conhecidas como perda da biodiversidade. O projeto também elenca outras conseqüências geradas pela adoção do modelo clássico de desenvolvimento: a destruição da camada de ozônio; a contaminação ou exploração excessiva dos recursos dos oceanos; a escassez, mau uso e poluição das águas; o superpovoamento mundial; a baixa quantidade de moradia e ausência de saneamento básico; a degradação dos solos agricultáveis; a destinação dos resíduos (lixo) (OZÓRIO e PONZÓN, 2004 p.8).

ANVISA⁵ (2003, apud, FIOCRUZ⁶ 2003) alertam o consumidor⁷ dos perigos da ingestão humana de alimentos contaminados por agrotóxicos. Agrotóxicos em quantidades superiores as permitidas na Portaria 03 de 16/01/1992 do Ministério da Saúde, podem causar problemas neurológicos, câncer e má formação fetal, entre outros problemas de saúde ainda em estudo.

Os meios de comunicação vêm alertando a população para o colapso do SUS – Sistema Único de Saúde e a necessidade da prevenção de doenças. Os problemas de saúde citados são graves podendo ser fatais, ou causando seqüelas que requerem tratamento, onerando o sistema de saúde.

Pires, et al (2005, p. 7) comentam em estudo realizado no estado do Mato Grosso do Sul, que a intoxicação por agrotóxico pode ser um dos motivos para o elevado número de suicídios na região. O estudo também informa que no mundo 20 mil agricultores morrem por ano em conseqüência da contaminação por agrotóxico. "Sem o uso de agrotóxicos e adubos de sintéticos, o produtor evita problemas como a intoxicação humana e a contaminação do ambiente", (EMATER⁸ 2004)

Além dos problemas relatados na dimensão ambiental, o modelo atual de produção agrícola causa outras mazelas, entre elas, na dimensão social e espacial. Sachs (2001, p.76), referente ao Brasil, comenta que o país possui a mais extensa

⁵ Agência Nacional de Vigilância Sanitária

⁶ Fundação Oswaldo Cruz

⁷ Consumidor é a unidade básica de consumo, ou seja, são indivíduos e empresas que praticam consumo ou demandam determinados bens ou serviços, Oliveira (2006, p. 172).

⁸ Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

fronteira agrícola do mundo, e mesmo assim, possui graves problemas sociais, apresenta “três façanhas” alcançadas pelo sistema agrícola desse país.

(1) promover uma agricultura moderna de grãos nas frentes pioneiras do Oeste, que prescinde quase inteiramente de mão-de-obra; (2) realizar uma colonização socialmente capenga e ambientalmente predatória na Amazônia; (3) jogar milhões de refugiados do campo nas favelas, engrossando o exército de bóias-frias e deixando centenas de milhares de famílias sem terra e sem perspectivas de urbanização efetiva, que passa pelo acesso a moradia e decentes, Sachs (2001, p. 76).

A solução para a degradação promovida no mundo requer um conjunto de ações interligadas. A conversão da forma atual de produção agrícola denominada Convencional para a forma de produção denominada Orgânica ou Agroecológica. Segundo Andreoli (2003, p.376) “A agricultura orgânica é a que mais se aproxima das funções de produção... da preservação do meio ambiente”.

A agricultura orgânica, denominada “Segunda Revolução Verde”, é uma das formas de produção que atendem as premissas para um desenvolvimento sustentável.

Autores como Sachs sugerem que a humanidade passe a pensar numa “segunda revolução verde”, mas que essa vise objetivos totalmente diferentes. Uma revolução que busque a sustentabilidade ecológica dos sistemas produtivos, articulando espaços menos susceptíveis ambientalmente e que associe práticas agrícolas tradicionais aos recursos da ciência moderna, através da biotecnologia, e que, além disso, proporcione um maior equilíbrio sócio-econômico entre as sociedades numa esfera planetária. (SACHS, 1994 apud CAVALLI, 2001, p. 2)

1.2 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O estado do Paraná é predominantemente uma economia agrícola. A EMATER - PR atenta sobre problemas econômicos e sociais atuais causados entre outros fatores, pelo modelo econômico e agrícola atual que privilegia os grandes latifúndios. A EMATER - PR desenvolve programas junto a pequenas propriedades rurais, auxiliando aos agricultores que desejam mudar a forma de produção:

A EMATER trabalha para diversificar e integrar as explorações e práticas agrícolas, pecuárias e florestais, com a utilização de técnicas agroecológicas; reciclagem e uso dos recursos naturais nos diversos níveis da propriedade e desenvolvimento de metodologias de planejamento da produção para a comercialização diferenciada (feiras, cestas, supermercados). Hamerschmidt (2004, p.1)

Apesar da região metropolitana de Curitiba ser conhecida como uma região industrializada é nesta região, que se concentra 29,2% do total da produção orgânica do Estado, sendo responsável por 64% da produção de hortaliças. IPARDES (2007, p. 110).

Abaixo apresenta-se a produção por 5 grandes mesorregiões paranaenses a

agrupadas pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social para a realização de estudo com o foco na comercialização.

TABELA 1 - APRESENTAÇÃO DOS NÚMEROS DE PRODUTORES, PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE POR MESORREGIÃO DO PARANÁ –SAFRA 2003/2004.

GRANDES REGIÕES	MAIORES CIDADES	PRODUTOS	NÚMERO DE PRODUTORES	PRODUÇÃO DA GRANDE REGIÃO(T)	PARTICIPAÇÃO DA GRANDE REGIÃO NO PARANÁ
Metropolitana e Litoral	Curitiba e Paranaguá	Hortaliças, Frutas, cana-de-açúcar (açúcar mascavo) e arroz	1.131	19.377	29,1%
Oeste	Cascavel e Toledo	cana-de-açúcar (açúcar mascavo), Soja, Mandioca, Milho, Hortaliças e Frutas	366	5.799	8,7%
Sudoeste	Francisco Beltrão e Pato Branco	cana-de-açúcar (açúcar mascavo), Soja, Mandioca, Milho, Hortaliças e Frutas	741	10.290	15,5%
Norte e Noroeste	Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão, Apucarana, Ivaiporã, Londrina, Maringá, Cornélio Procopio e Jacarezinho	cana-de-açúcar (açúcar mascavo), Soja, andioca, Milho, Hortaliças, Frutas e Café	853	24.826	37,3%
Centro-Sul	Ponta Grossa, Guarapuava, União da Vitória e Iriti	cana-de-açúcar (açúcar mascavo), Soja, Milho, Hortaliças, Feijão e Erva-Mate	698	6.191	9,3%
TOTAL			3.789	66.483	100,0%

FONTE: Elaborado pela autora, baseado em dados divulgados pelo IPARDES 2007 no estudo intitulado “O Mercado de Orgânicos no Paraná – Caracterização e Tendências”.

Na safra paranaense de 2004/2005 observa-se um acréscimo de produção de produtos orgânicos de 17,3% e de produtores de 14,3%. Nesta safra também houve a introdução na estatística de produtos não quantificados anteriormente como: plantas medicinais, cachaça, fumo, girassol, amendoim e algodão.

Para continuar a expansão da produção de produtos orgânicos, precisa-se encontrar formas de transpor entraves apontados por especialistas do assunto. São eles: a comercialização; suporte técnico; acesso ao crédito para a produção e comercialização e divulgação e; mão-de-obra preparada.

Hoje predominantemente, os produtos são comercializados em feiras, sacolões e indústrias de beneficiamento. Essa característica tem origem na legislação em vigor,

Instrução Normativa 007 de 17 de maio de 1999 do Ministério da Agricultura⁹, que determina que os produtos orgânicos devem ser embalados para serem comercializados em locais que comercializem também produtos convencionais.

A legislação obriga o agricultor de manejo orgânico a beneficiar sua produção, para poder comercializá-la em pontos de vendas que comercializam também produtos de manejo convencional. Esta exigência é realizada no Decreto n° 6.323 de 27 de dezembro de 2007 em seu art. 98, e se faz necessária para que não haja contaminação dos produtos orgânicos por produtos químicos não permitidos por lei, o que levaria o consumidor ao erro.

CEAO (2002, p.13) comenta ainda que o ponto crucial na estratégia para fortalecimento e consolidação da agricultura orgânica, é o desenvolvimento de novos canais de comercialização, com formas justas de venda e que estimulem o consumo de alimentos orgânicos. Além dos canais de comercialização o IPARDES, em estudo realizado em 2007 apresenta outras dificuldades enfrentadas pelo setor.

Entre as dificuldades apontadas pelos agricultores orgânicos cabe citar a falta de assistência técnica continuada, dificuldade de acesso ao crédito para financiamento da produção e comercialização, logística, transporte das mercadorias, falta de divulgação para os consumidores e poucos locais de venda. Alguns produtores comercializam em dois pontos de feiras, além de fazerem entrega em domicílio e restaurantes e venderem no próprio local de produção. A atividade de comercialização restringe o tempo dispensado à produção, levando à necessidade de contratação temporária de pessoal, nem sempre qualificado para a produção de orgânicos. IPARDES (2007, p. 110)

Abramovay (2001, p.122) comenta que o corpo técnico responsável por planos de desenvolvimento no meio rural está despreparado. O comentário mostra a fragilidade enfrentada pela administração das pequenas propriedades e de seus conselhos agrícolas municipais. O plano de desenvolvimento agrícola precisa ser elaborado com o objetivo de estimular o desenvolvimento. Observa-se que um dos problemas para a formatação deste plano é o de conhecimento ou informação adequada para a tomada de decisão.

A agricultura orgânica se mostra como uma forma viável de manter o homem no campo, pois segundo Darolt (2002, p.174) é uma forma de produção intensiva em mão-de-obra, sendo que a contratação desta é apontada pelos agricultores como o seu maior custo atual, além da falta de preparo desta mão-de-obra, sendo este um dos entraves encontrados pelos produtores. Considerando o exposto, considera-se

⁹ Instrução Normativa 007 de 17 de maio de 1999 do Ministério da Agricultura na integra no anexo I deste trabalho

como problema de pesquisa a seguinte questão: quais os entraves para a expansão da oferta de produtos orgânicos na perspectiva dos feirantes orgânicos da região metropolitana de Curitiba?

1.3 PERGUNTAS DE PESQUISA

Quais principais entraves para a expansão da oferta da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba na opinião os feirantes orgânicos?

Quais os principais incentivos governamentais, campanhas de marketing, conhecimento em gestão agrícola e canais de comercialização conhecidos pelos feirantes/agricultores orgânicos/agroecológico da região metropolitana de Curitiba?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Levantar e analisar junto aos feirantes/agricultores que atuam nas feiras orgânicas/agroecológicas da região metropolitana de Curitiba os entraves para a expansão da oferta de produtos orgânicos.

1.4.2 Objetivos Específicos

Identificar junto a bibliografia os principais incentivos governamentais, campanhas de marketing, conhecimento em gestão agrícola e canais de comercialização disponíveis para os feirantes/agricultores orgânicos/agroecológico da região metropolitana de Curitiba.

Levantar a opinião junto aos feirantes/agricultores dos entraves encontrados por eles em seus negócios.

Realizar análise quantitativa e qualitativa dos entraves apontados pelos feirantes/agricultores da região metropolitana de Curitiba.

1.5 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TRABALHO

O documento elaborado pelo IBGE (2002, pág. 76) levanta como um desafio do setor agrícola, o aumento da produção de alimentos de maneira sustentável. A produção de alimentos de maneira sustentável é promotora de uma cadeia de não agressão ao meio ambiente, auxiliando a obtenção de metas de preservação.

Para aumentar a área plantada é necessário identificar formas de solucionar os entraves apontados por agricultores e especialistas, conforme citado anteriormente, e promover a popularização dos produtos orgânicos.

Este estudo vem ao encontro da linha de pesquisa “Desenvolvimento Sustentável” do mestrado “Organização e Desenvolvimento Sustentável” da UNIFAE, por considerar que não existem, até o momento estudos pontuais sobre este tema na região metropolitana de Curitiba.

A abertura de novos canais de comercialização estimula a conversão de áreas hoje de manejo convencional para o de manejo orgânico, devido à demanda gerada. Entende-se que a conversão de propriedades para o manejo orgânico é uma das soluções para a redução dos problemas ambientais e sociais relatados.

IBD¹⁰ (2002) aponta que as culturas orgânicas contribuem para reduzir o êxodo rural e as despesas de pequenas propriedades, que deixam de adquirir agrotóxicos e defensivos agrícolas, apesar de assumir outros custos, como a necessidade de contratação de mão-de-obra.

Além da melhora da qualidade de vida do produtor rural, o IBD (2002) aponta que sem a utilização de agrotóxicos não existe a contaminação do solo e rios, reduzindo os custos de recuperação ambiental. SACHS (2002, p. 32) comenta que “o uso produtivo não precisa necessariamente prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural”.

Considerando as dimensões da sustentabilidade apresentadas por SACHS (2002, p. 85) a agricultura orgânica, pode ser uma das ferramentas para a promoção da sustentabilidade e para o alcance de um desenvolvimento sustentável na região metropolitana de Curitiba, por proporcionar maior renda aos agricultores e por esse motivo reduzir o êxodo rural, por não prejudicar a saúde de produtores e consumidores através da contaminação por agrotóxicos e por proteger o meio ambiente.

Nas recomendações feitas pela SESA¹¹ (2003)¹² sugere-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a implantação de ações para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura orgânica no país, já que esta tecnologia agrícola produz alimentos sem resíduos químicos perigosos, sendo, portanto desejável, do ponto de vista da eliminação ou minimização dos riscos à saúde humana e ambiental.

Além da melhora da qualidade de vida social, a agricultura orgânica pode

¹⁰ Instituto Biodinâmico

¹¹ Secretária de Saúde do Estado do Paraná

¹²As recomendações foram realizadas no Relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos do Estado do Paraná, 2002.

beneficiar os próprios agricultores, “Freitas (2002, apud MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006, p. 265) comenta que a agricultura orgânica pode reduzir custos, e ser tão rentável quanto o sistema químico convencional”.

Para que o desafio da expansão da agricultura orgânica possa ser enfrentado, é essencial que as características daqueles que atualmente empreendem a agricultura orgânica sejam compreendidas. Só assim poder-se-á decidir se são desejáveis e necessários estímulos para a consolidação deste tipo de agricultura no Brasil.

Oliveira (2006, p 88) “A solução dos problemas regionais e, por conseguinte, a pretensão de desenvolvimento sustentável na região metropolitana demanda o fortalecimento das instituições locais nas cidades satélites, pois são estas que, com participação ativa no planejamento, emergirão como agentes de transformação da realidade local”.

Pensando no fortalecimento da agricultura orgânica para a promoção do desenvolvimento sustentável busca-se por este estudo levantar os possíveis entraves deste setor.

1.6 PRESSUPOSTOS

Abaixo os pressupostos deste trabalho.

- Os agricultores/feirantes não conhecem as linhas de crédito ofertadas para a produção orgânica.
- Escassez de técnicos para atender os produtores orgânicos, quando estes enfrentam novas pragas em suas propriedades.
- Existem limitações para comercializar o produto.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

A dissertação está organizada em sete capítulos, o primeiro é composto pela apresentação do tema, especificação do tema, perguntas da pesquisa, objetivos e justificativa. O segundo apresenta a revisão da literatura com conceitos, legislações e incentivos para a agricultura orgânica. O terceiro relata os procedimentos metodológicos utilizados. O quarto relata os resultados do estudo. O quinto expõe as conclusões desenvolvidas através dos resultados alcançados com a pesquisa. O sexto relaciona o referencial utilizado. O sétimo apresenta os apêndices; o formulário de entrevista utilizado e as análises estatísticas de consistência.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo do capítulo é apresentar os principais conceitos utilizados para a elaboração da pesquisa e a análise de dados.

Os conceitos apresentados aqui podem gerar discussão, como por exemplo, o conceito da agricultura orgânica, ou do desenvolvimento sustentável, ou o conceito da sustentabilidade. São conceitos jovens e que sofrem adaptações quando discutidos com abordagens distintas das já discutidas.

É importante destacar que discutir os conceitos apresentados não é o objetivo deste trabalho. Buscou-se utilizar como base conceitual as definidas por lei, ou conceitos já amadurecidos em outros estudos ou nos grupos de pesquisa da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná.

2.1 AGRICULTURA ORGÂNICA

Não é pretensão discutir o termo “Agricultura Orgânica” e seus conceitos originais, faz-se necessário destacar que o termo “Agricultura Orgânica” originalmente tem como autores Albert Howard e E. Balfour J.I. Rodale.

A terminologia elaborada nos anos 30 e 40 do século XX na Grã - Bretanha e Estados Unidos. A agricultura orgânica tem como princípio, segundo Darolt (2002, p.20), a não ligação com correntes religiosas, diferente da agriculturas Biodinâmica ou a Natural, preocupa-se com a melhoria da fertilidade do solo por um processo biológico natural.

Ocorre que Agricultura Orgânica, passou a ser adotado como sinônimo para todas as formas de cultivo do solo diferente do modelo convencional, pode-se citar como formas distintas: Agricultura Biodinâmica; Agricultura Biológica; Agricultura Natural; Agricultura Regenerativa; Permacultura; Agroecológicos; etc.¹³

A legislação brasileira através da Lei nº. 10.831 de Dezembro de 2003 da Presidência da Republica resolve esclarecer a visão estatal sobre as formas de produção distintas da convencional e chama estas formas de sistema¹⁴. No parágrafo 2ª da Lei 10.831 é esclarecido o que está inserido dentro do Sistema Orgânico legislado pelo setor público:

¹³ Para mais informações sobre cada um desses conceitos ver Darolt, 2002 – Agricultura Orgânica – Inventando o Futuro.

¹⁴ Entende-se como sistema neste trabalho como conjunto concebido pelo espírito (como hipótese, crenças etc.) de objetos de reflexão, ou convicção, unidos por um fundamento, doutrina, ideologia, teoria, tese.

§ 2º O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

Como pode-se observar, a lei esclarece que todos os modos de produção diferentes do modo de produção convencional, e que buscam a minimização das agressões ao meio ambiente, são entendidos como Sistemas Orgânicos, desde que atendam a lei. Colocando assim sob sua responsabilidade qualquer sistema, independente de nome, crença, etc, que em sua forma de desenvolvimento atendam a legislação vigente sobre o tema.

Para este estudo utilizou-se o conceito de Sistema Orgânico também sendo o definido pela Lei nº. 10.831, por considerar que o mérito do sistema, independente da ideologia ou crença de formação, é o primar pelo princípio do desenvolvimento sustentável.

Art. 1º - Sistema Orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando sempre que possíveis métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção ao meio ambiente.

Outro ponto a ser esclarecido é o entendimento sobre o termo “Produto Orgânico” que será considerado aquele desenvolvido pelo Sistema Orgânico. Fica estabelecido que o termo seja o definido pela Lei 10.831 e não o produto oriundo da Agricultura Orgânica definida por Albert Howard e E. Balfour J.I. Rodale nos anos 30 e 40 do século XX.

“Art. 2º Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.”

2.2 SÍNTESE LEGAL DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL

Em meados da década de 90 do século XX, abrem-se efetivamente mercados para produtos oriundos do sistema orgânico, levando a sociedade brasileira demandar de seus legisladores uma regulamentação que atenda aos anseios dos consumidores nacionais e internacionais, e proteja os produtores comprometidos que respeitam o sistema de produção orgânico.

Para atender ao anseio dos produtores nacionais, o MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento publica a Instrução Normativa nº. 07 de 17 de maio

de 1999 que busca “estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação de qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal”. O texto da Instrução Normativa nº. 07 serviu de base legal para os processos de certificação dos estabelecimentos que pretendiam produzir, beneficiar e comercializar produtos orgânicos.

Instalam-se no Brasil, algumas empresas certificadoras, nacionais e estrangeiras e o MAPA, devido a dúvidas geradas no setor, entendeu por bem editar a Portaria nº. 17, de 10 de abril de 2001 que resolve submeter à consulta pública: o glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção Produtos Orgânicos; os critérios de Credenciamento das Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos; e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação.

Em 10 de janeiro de 2002, o MAPA através da Instrução Normativa nº. 06 aprova as especificações constantes na Portaria nº. 17 de 10 de abril de 2001.

O governo busca trazer um consenso para os diversos agentes que atuam no sistema de manejo orgânico, e oficializar o setor que até o momento era regido por Instruções Normativas, edita a Lei nº. 10.831 de 23 de setembro de 2003 que define regras gerais para o setor, e informa que as especificidades serão tratadas na regulamentação da lei.

Em 29 de dezembro de 2007 o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 6.323 regulamenta a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. A elaboração do Decreto contou com técnicos e especialistas de entidades públicas e privadas envolvidas no sistema de produção orgânico.

2.3 EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA

A demanda por produtos orgânicos tem se mostrado crescente nos últimos 10 anos, 40% de elevação na Europa segundo MAPA/SPA¹⁵/IICA¹⁶ (2007, p.16) estimado pela Infoam¹⁷ (2000), 20% de elevação anualmente nos EUA, IPARDES¹⁸ (2007, p.72). Especialistas atribuem como fatores motivadores para esse crescimento, as informações sobre a necessidade de uma alimentação mais saudável. Quando utilizado o termo saudável entende-se não somente a ingestão de frutas e verduras, mas também de

¹⁵ Secretaria de Política Agrícola

¹⁶ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

¹⁷ International Federation of Organic Agriculture Movements

¹⁸ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

alimentos processados com menor quantidade de produtos químicos. São escassos estudos que mensurem o impacto dos agrotóxicos no organismo humano pela ingestão continuada de alimentos produzidos com a utilização de agrotóxicos. Divulga-se que os agrotóxicos causam câncer, doenças no aparelho digestivo e neurológico levando a depressão e ao suicídio, entre outros. Não existe a mensuração do impacto sobre os consumidores urbanos que são expostos a estes produtos pela ingestão de alimentos. Segundo Koiffmann, (2003) a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ está realizando estudos e em resultados preliminares observaram-se problemas hormonais que estão levando a população em geral a problemas com fertilidade e a um aumento de cânceres que podem ser atribuídos a dietas com alimentos produzidos com pesticidas.

No Brasil existe um acompanhamento da intoxicação humana causada por agrotóxicos realizada pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas - SINITOX¹⁹. Bochner²⁰ (2006) apresentou um levantamento dos casos de intoxicação por agrotóxicos em geral, ou seja, todos os tipos de agrotóxicos e pesticidas de uso agrícola e de uso veterinário. Os dados para este relatório foram extraídos de formulários preenchidos por centrais estaduais de notificação, o relatório chama a atenção para que o preenchimento das notificações é voluntário. Os dados coletados referem-se aos anos de 1999 à 2003, com as devidas correções na amostra o relatório mensura no período a ocorrência de trinta e um mil e sessenta e dois casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola e veterinário, sendo registrado setecentos e oitenta e seis óbitos²¹. Lembrando que estas notificações são espontâneas, e que provavelmente muitos dos casos de pessoas atendidas com doenças que podem ser causadas por agrotóxicos, não são identificados, como fator motivador o produto. Bochner (2006) ainda comenta que o agrotóxico é a terceira maior fonte de intoxicação no Brasil, somente atrás de medicamentos e animais peçonhentos. A Organização Mundial da Saúde estima que no por ano ocorram três milhões de intoxicações agudas por exposição aos agrotóxicos e duzentas e vinte mil mortes (PIRES, 2005).

Segundo informação divulgada pela FIEP²² (2005), “mais de cento e vinte países produzem alimentos orgânicos, com destaque para Austrália, Estados Unidos, Alemanha

¹⁹ Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas criada em 1980 e vinculada a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

²⁰ Rosany Bochner, pesquisadora da FIOCRUZ.

²¹ Para maiores informações ver Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológica-SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil <http://www.fiocruz.br/sinitox/>

²² Federação das Indústrias do Estado do Paraná

e Argentina, gerando renda bruta superior a US\$ 25 bilhões de dólares.” Estima-se que este valor já alcance US\$ 30 bilhões dólares em 2007. Observou-se na década de 90 do século XX que os mercados de produtos orgânicos certificados por auditoria apresentaram taxas de crescimento elevadas na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, bem como em muitos países de baixa renda. (IPARDES, 2007 p. 71)

Estima-se que a área de produção mundial esteja assim distribuída: 42,9% na Oceania; 23,8% na Europa; 23,5% na América Latina; 5,5% na América do Norte; 2,8% na Ásia e 1,6% na África. Países que se destacam como exportadores importantes na União Européia ressaltam-se a Espanha, que exporta 75% de sua produção, a Itália e a Dinamarca, que exportam 67%, além da Áustria e de Portugal. Canadá que exportam 80% de sua produção predominantemente para os EUA e México. Nos EUA o mercado orgânico representa 2% do mercado de alimentos (HAUMANN, 2003 apud IPARDES 2007, p. 72).

O Japão tem o maior mercado da Ásia sendo que sua produção está concentrada no arroz, chá japonês, saquê e vinagre de arroz. Os produtos importados comercializados neste país costumam ter um acréscimo no preço de 20% a 50% sobre os convencionais. No Oriente Médio são Turquia e Israel os países produtores orgânicos com destaque para a produção de nozes, frutas e vegetais, frescos e secos.

Embora tenha cerca de 60% da população mundial, a Ásia possui o menor mercado de produtos orgânicos, o qual, entretanto, aponta para um crescimento constante. O baixo percentual de consumo nessa região do planeta, pode estar atrelado também, à encontrar-se ali grande percentual de população pobre e com grau de escolaridade baixo. (IPARDES 2007, p. 73)

No Leste da Ásia, destacam-se China, Índia, República da Coreia e Sri Lanka, que exportam cacau, café, óleos essenciais, ervas, especiarias, amendoim, arroz, chá e baunilha. A Oceania compreende quase a metade da área orgânica certificada mundial, embora o tamanho das transações de mercado seja uma fração do mercado total. No norte da África, crescem particularmente, o mercado doméstico para produtos orgânico certificados no Egito. Na África do Sul, a venda dos produtos orgânicos acontece em lojas especializadas e supermercados. Na Tunísia, a venda de frutas cítricas, vinhos, azeite de oliva e plantas medicinais para exportação também encontram-se em expansão. (IPARDES 2007. p. 71-75).

Quando o foco é o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul observa-se que na exportação de produtos orgânicos, segue-se a mesma tendência da exportação de

commodities sendo comercializado predominantemente matérias-primas.

O mercado mundial tem procurado formas de comercializar os produtos orgânicos e observa-se que em países com renda per capita elevada existe uma maior disseminação dos pontos de venda.

Nos países de alta renda, os produtos certificados da agricultura orgânica são transacionados em diferentes mercados, podendo ser encontrados em diversos pontos de comercialização. Nos grandes centros já existem supermercados só de produtos orgânicos, como o Biogros, na França, o Bioethic, na Alemanha, a rede Planet Organic, no Reino Unido, ou a cadeia de supermercados naturais Whole Foods, nos EUA. Cresce também o mercado da venda direta, com transações entre "produtor-consumidor", como os *Farmer Street Market* (Mercado dos Produtores) e CSA. (IPARDES 2007, p. 73)

Observa-se que as políticas públicas tiveram um papel decisivo no desenvolvimento da agricultura orgânica nos países europeu, americano e japonês e a falta desse incentivo tem sido apontado como uma deficiência do Brasil, quando os atores dessa cadeia produtiva são questionados. Já a iniciativa privada apóia a produção quando há especificidade e carência da matéria-prima no mercado global. A iniciativa privada assume quando existe interesse os custos da certificação de um produto específico (IPARDES 2007, p. 77). Essa afirmação é observada no Paraná quando verificado a política de compra de matéria-prima das empresas de beneficiamento de produtos orgânicos, principalmente as frutas legumes e verduras.

MAPA/SPA/IICA (2007, p. 15) comenta que os países em desenvolvimento estão começando a beneficiar-se das oportunidades de exportação dos produtos orgânicos, 60% dos estabelecimentos certificados estão nestes países e 29% das áreas certificadas. Apesar da expectativa de crescimento da demanda global por produtos orgânicos, observa-se um fenômeno que também é apontado pelos especialistas brasileiros como um dos entraves para o crescimento da produção interna.

Mesmo com todo esse apoio, tem diminuído o número de unidades de produção orgânica certificadas em alguns países da União Européia. As razões apresentadas para isso podem ser de ordem estrutural, em função de o custo da certificação de produtos não ser compatível com a pequena produção agrícola, ou de ordem social, relacionadas à necessidade de muitos registros e excesso de burocracia. (IPARDES 2007, p. 77)

Segundo a FAO - Organização para Agricultura e Alimentação, para 2010, o mercado pode crescer entre US\$ 61 à US\$ 94 bilhões nos países com mercados orgânicos certificados ou entre 3,5% e 5% no mercado global de alimentos. Esta previsão pode ser maior se os mercados orgânicos não-certificados forem incluídos.

Quando estreitamos a visão para o Brasil, segundo IBD (2006) a produção brasileira cresce em média 30% ao ano. Com uma característica importante, estima-

se que 80% das propriedades orgânicas certificadas sejam de agricultores familiares. Esta característica deve ser observada pelo poder público com atenção, pelos motivos já expostos anteriormente quando comentado sobre a importância de manter o homem no campo. Estima-se que no Brasil atualmente existam 6,5 milhões de hectares de terras certificadas para o cultivo pelo sistema orgânico, estas áreas são compostas por áreas agrícolas e de extrativismo.

Os recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o setor de produção de orgânicos atingiram cerca de R\$ 2 milhões em 2005. De acordo com o Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007, serão alocados R\$ 10 bilhões para a agricultura familiar na safra de 2006-2007, ante R\$ 9 bilhões na safra passada. No entanto, o documento não especifica quanto será gasto exclusivamente com a agricultura orgânica (IPARDES, 2007, p.79).

Especialistas afirmam que a demanda brasileira por alimentos orgânicos têm crescido e tende a continuar crescendo para os próximos anos. Um dos motivos que podem ser apontados para este crescimento é o aumento do poder aquisitivo da população e o aumento do grau de escolaridade. Segundo MAPA/SPA/IICA (2007, p. 84 apud LOMBARDI et al., 2003), o perfil do consumidor de produtos orgânicos brasileiro é normalmente um profissional liberal, com idade variando entre 31 e 50 anos, com nível de instrução elevada tendo em sua maioria, cursado o ensino superior. Esses consumidores têm o hábito de praticar esportes com frequência e, mesmo morando na cidade, procuram um estilo de vida que privilegie o contato com a natureza. A procura por esses alimentos tem uma ligação forte com a escolaridade, visto que esses consumidores têm maiores informações, dizem conhecer os males dos agrotóxicos, além de se interessarem pela questão ambiental. A iniciativa privada estima que no Brasil a agricultura orgânica movimente cerca de US\$ 90 milhões a US\$ 150 milhões de dólares por ano, sendo que os produtos que hoje geram a maior receita é o café e a soja. As hortaliças em contrapartida é a cultura que emprega o maior número de pessoas (IBD, 2007).

Segundo IPARDES (2007, p. 39) um dos motivos do surgimento e fortalecimento da agricultura orgânica no Brasil e também no Paraná é a busca dos consumidores pelas relações humanas diretas, onde quem está vendendo o produto conhece seu cliente e se compromete com a qualidade de seu produto. Além das relações, o consumidor privilegia alimentos com o sabor dos cultivados anteriormente, nas roças familiares, sem a adição da tecnologia trazida pela

Revolução Verde²³.

O estado do Paraná é o mais atuante no país quando o assunto é produção orgânica. Esta importância é atribuída pelo trabalho realizado por grupos de agricultores, pelo apoio do governo estadual, por órgãos como a FIEP, entre outros atores que buscam o desenvolvimento desta forma de produção no Estado. O CEAO (2002), hoje extinto, elaborou relatório²⁴ que apresenta a situação da agricultura orgânica no Paraná e faz um resgate histórico do surgimento desta forma de produção.

Na década de 80 do século XX, as organizações estaduais começam a articular propostas para superação das limitações e problemas gerados pela agricultura convencional, com vista à promoção do desenvolvimento rural sustentável. Na região sudoeste do Paraná, a forma de cultivo orgânico se destaca, devido à organização do espaço rural existente na região. Nasce em 1966 a ASSESOPAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural que inicia suas atividades na metade dos anos 80 do século XX, trabalhos com tecnologias alternativas que visavam auxiliar os produtores que não queriam continuar a desenvolver a agricultura convencional. Também em meados da mesma década surge a organização de produtores orgânicos no município de Agudos do Sul em torno do trabalho de um técnico local apoiado pela EMATER e forma-se a HORTISUL - Cooperativa agrícola de Agudos do Sul, que atuava na comercialização dos produtos no mercado de Curitiba. Em 1986 no município de Colombo, iniciam-se as atividades da Chácara Verde Vida, que utiliza os princípios biodinâmico²⁵ de produção, e este empreendimento torna-se responsável pela abertura de canais de comercialização diferenciados em Curitiba, como feiras, lojas, sacolas e restaurantes. O Seminário de Pesquisa em Agricultura Alternativa em 1984, constituindo-se num marco do movimento da agricultura orgânica no Brasil. IPARDES (2007, p. 45).

CEAO (2002, p.21) Em plena época do monocultivo para exportação, do predomínio dos agroquímicos, a instituição oficial de pesquisa agropecuária do Paraná, promoveu o questionamento do modelo agrícola vigente e a discussão de alternativas. Outra atividade nesse sentido foi a realização de Cursos de Agricultura Alternativa, a partir de meados da década de 1980, capacitando técnicos do poder público, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil.

²³ “O termo Revolução Verde refere-se ao modelo tecnológico concebido e implementado nos países do norte, a partir dos anos de 1950, visando à transformação da agricultura a partir das premissas do sistema industrial.... A utilização desse "pacote" no Brasil, a partir dos anos 60, levou à homogeneização das práticas produtivas, à simplificação e à artificialização do meio natural, bem como à desestruturação das relações sociais no campo.” (IPARDES 2007, p.12).

²⁴ Diagnóstico da Cadeia Produtiva Orgânica do Estado do Paraná – 2002.

²⁵ Segundo Darolt (2002, p.20) A Agricultura Biodinâmica “é definida como uma ciência espiritual, ligada a antroposofia, em que a propriedade de ser entendida como um organismo.”

CEAO (2002, p.22) comenta que as ONGs também desenvolveram um papel fundamental na década de 90, como disseminadores das práticas produtivas orgânicas e estímulo ao associativismo. Com os trabalhos realizados surge excedente de produção. Para que estes excedentes fossem comercializados é criado em 1995 a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA). Com a expansão da atividade de produção orgânica no Estado surge a necessidade da criação de um conselho, que ocorre em 1999. O Conselho Estadual de Agricultura Orgânica (CEAO), formado em 1999, aglutinou diferentes segmentos da sociedade paranaense que atuavam no cenário da agricultura orgânica, objetivando ser um espaço de diálogo e de formulação e implantação de políticas públicas para o setor.

Segundo Hamerschmidt (2004), no Paraná no ano de 2004 existiam quatro mil cento e vinte e dois produtores orgânicos. A produção orgânica cresceu nos últimos oito anos 1.200%. As principais culturas desenvolvidas no estado são: soja, hortaliças, frutas, açúcar mascavo, café, feijão, milho, mel e seus derivados. A área explorada no estado é próxima a 12.000 hectares sendo que as principais cidades onde ocorre a produção são: Curitiba, Paranaguá, União da Vitória, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Toledo, Londrina, Ivaiporã, Maringá, Apucarana, Campo Mourão, Santo Antônio da Platina, Cornélio Procópio e em menor escala todas as demais regiões.

As últimas estatísticas apontam que no estado do Paraná a produção de alimentos orgânicos

“obteve um acréscimo de 21% na safra 2005/2006 e atualmente ocupa uma área de 13,9 mil hectares cultivados em todo o Estado. A produção passou de um volume de 78 mil toneladas, na safra 04/05, para um total 94,4 mil toneladas de alimentos na última safra, conforme levantamento realizado em conjunto pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e Emater-PR. Para Hamerschmidt, chama a atenção o avanço da produtividade dos produtos orgânicos no Paraná, fator fundamental para dar viabilidade econômica à atividade. Outra característica da produção orgânica do Estado é a grande diversidade de produção no Estado. O cultivo de frutas e hortaliças, cujo plantio se concentra ao redor dos grandes centros urbanos, atingiu um volume de produção de 26,8 mil toneladas.” (Agência de Notícia do Estado do Paraná, 2007)

Os dados de crescimento no Estado devem ser tratados pelo poder público com atenção, são predominantemente produtores familiares que além de manter suas famílias no campo deixando de inchar as periferias de Curitiba e região metropolitana, preservam o local onde vivem e produzem alimentos mais saudáveis, considerando a inexistência de contaminantes químicos, sendo assim promotores do desenvolvimento sustentável e cidadãos que cumprem papel social quando minimizam um problema para a sociedade brasileira, a degradação ambiental.

2.4 PERFIL DO PRODUTOR ORGÂNICO

O perfil dos agricultores orgânicos diverge o perfil dos agricultores familiares convencionais. No trabalho realizado por Mazzoleni e Nogueira (2006) com um grupo de trinta e sete agricultores certificados identificou-se 47% possuíam ensino superior, possuem experiências em outras atividades diferentes da agricultura, contratam mão-de-obra, 81%, na média do público estudado observou-se um resultado líquido mensal de quatro salários mínimos.

Todos os percentuais citados são superiores aos encontrados em qualquer estudo que aborde o produtor agrícola familiar, que geralmente possui baixa escolaridade, devido a escassez de escolas nas zonas rurais, sempre viveram no campo, possuem renda insuficiente para sua manutenção dependendo muitas vezes de auxílio do setor público. Alves (2001, p.15-20) comenta que 80% das propriedades com menos de 100 hectares²⁶ não geram dois salários mínimos de remuneração e que 74% destes geram renda líquida negativa. Outro ponto comentado no estudo é a deficiência no grau de instrução destes agricultores que na sua maioria não termina o ensino fundamental, dependendo posteriormente do poder público.

2.5 SISTEMA PRODUTIVO DE ORGÂNICOS

Para entender como funciona o Sistema Orgânico buscou-se conhecer seu sistema produtivo.

O sistema produtivo de orgânicos está inserido nos sistemas agroindustriais – SAG²⁷, que “tem ampla aplicação, apresenta desde o desenho de políticas públicas até arquitetura de organizações e formulação de estratégias cooperativas” Zylbersztajn e Neves (2005, p. 2).

No quadro 1 são apresentadas as definições e características de cada um dos agentes do SAG.

²⁶ Alves (2001) classifica como pequena propriedade rural as com menos de 100 hectares.

²⁷ SAG – Sistema Agroindustrial definido por Zyberstajn (2005, p. 13) como “um conjunto de relações contratuais entre empresas e agentes especializados, cujo objetivo final é disputar o consumidor e de determinado produto”.

QUADRO 1 - AGENTES DO SAG – SISTEMA AGROINDUSTRIAL

AGENTES	DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
CONSUMIDOR	Agente econômico responsável pela aquisição de produto final para a satisfação as suas necessidades alimentares. Essas necessidades variam de acordo com a renda, preferências, faixa etária e expectativas, e outros fatores motivadores do consumo.	<p>O consumidor moderno apresenta mudanças na forma de consumo, atribuídos a globalização.</p> <ul style="list-style-type: none"> - preocupação com a qualidade e aspectos de saúde; - valorização do tempo; - compatibilidade ambiental (embalagens recicláveis, tecnologia de produção, bem-estar animal, respeito aos direitos humanos).
VAREJO	Forma de comercialização onde a venda é realizada diretamente ao consumidor final em pequenas quantidades à este consumidor.	<p>Os agentes que atuam nesta forma de comercialização podem ser locais ou transnacionais.</p> <p>O papel destes agentes está ganhando importância, pois é o responsável em apresentar a qualidade do produto, o que induz na valorização das marcas, dos selos de qualidade e de rastreabilidade dos alimentos.</p>
ATACADO	Forma de comercialização realizada em grande quantidade. Possui como consumidores os agentes varejistas e não atingem o consumidor final.	Podem ser público ou privado e apresentam nos últimos anos plataformas de especialização que ganham na eficiência da destruição.
AGROINDÚSTRIA	Agentes que atuam na fase de transformação do alimento.	<p>Podem ser primeira transformação que adiciona atributos ao produto sem transformá-los ou de segunda transformação quando o transformação.</p> <p>Nos últimos anos as empresas estão buscando maior integração com os agentes varejistas e atacadistas para buscar informação e manter seu lugar no mercado.</p>
INSUMOS	Produtor da matéria-prima para a agricultura: sementes, adubos, defensivos, etc.	Empresas distantes do consumidor final, com informações assimétricas, mas que nos últimos anos perceberam a importância de estreitar os laços com o produtor devido a concorrência no mercado fornecedor.
AMBIENTE INSTITUCIONAL	São as regras do jogo da sociedade, representadas: pelas leis, tradições e costumes.	Dificuldade em absorver mudanças e responsável pelas políticas públicas.
AMBIENTE ORGANIZACIONAL	São estruturas criadas para dar suporte ao funcionamento dos SAGs, como as empresas, universidades, cooperativas e associações de produtores	As empresas fazem as SAGs funcionar e pressionam o ambiente institucional para a criação de regras para regular o setor.

FONTE: Elaborado pela autora utilizando como fonte Zylbersztajn e Neves (2005, p. 16-20)

Abaixo, na figura 1, uma estrutura de SAG que pode ser aplicada a qualquer tipo de estrutura produtiva que envolva alimentos.

Vale destacar que a estrutura apresentada abaixo é uma visão macro de um SAG. Ao especificar o ramo de produtos, este SAG pode ser apresentado com mais detalhes, como ocorre na figura 2, quando apresentamos os produtos orgânicos.

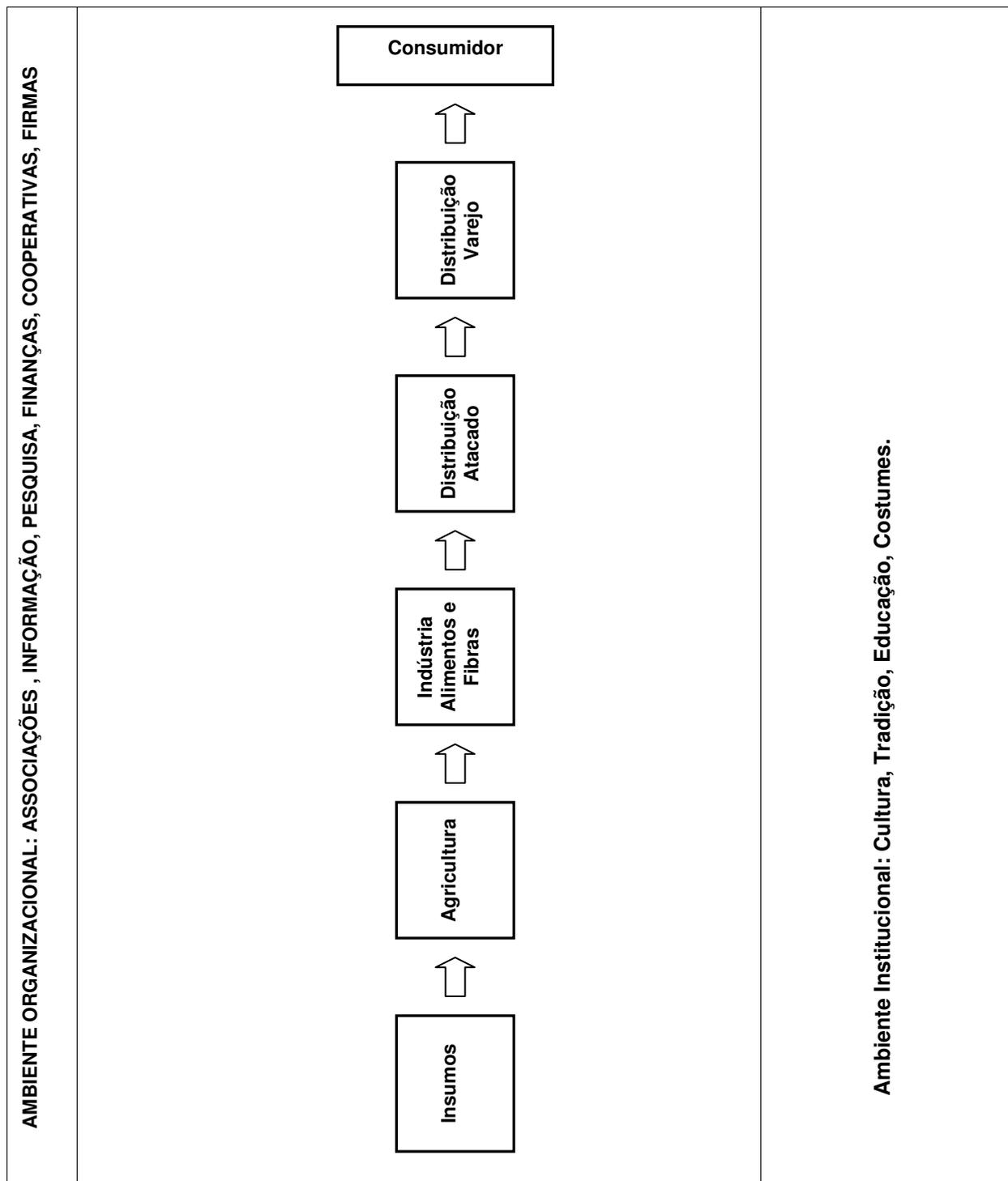


FIGURA 1 - SISTEMA DE AGROBUSINESS E TRANSAÇÕES TÍPICAS

FONTE: Zylbersztajn e Neves (2005, p. 14)

No sistema produtivo orgânico é necessária a inclusão de outros atores como demonstra a figura 2 abaixo.

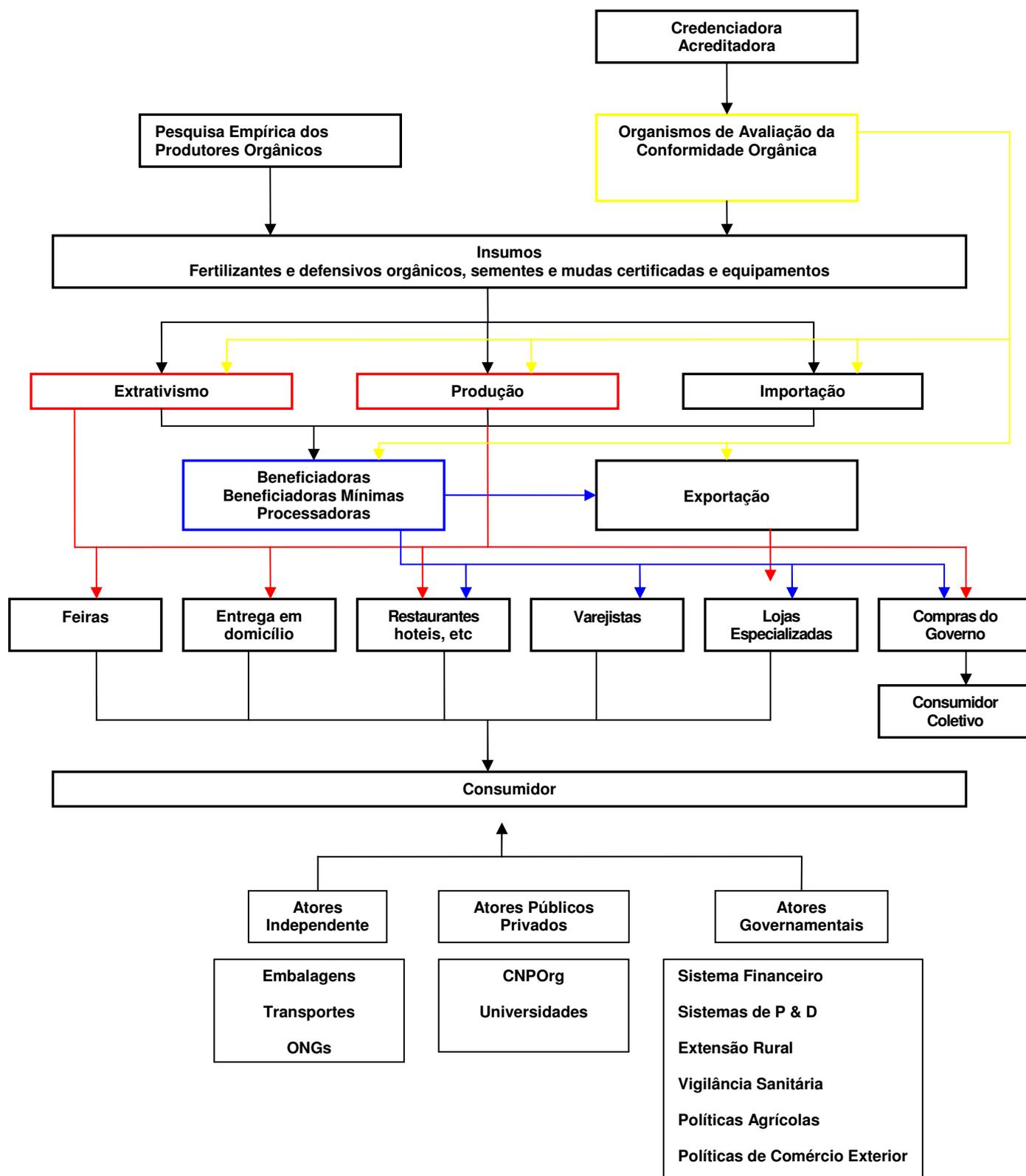


FIGURA 2 - SISTEMA PRODUTIVO ORGÂNICO

FONTE: Autora, baseado em Ormond et al (2002), Souza (2005) e Farina (2002)

Nos tópicos a seguir serão apresentados com detalhes os atores e etapas

do Sistema Produtivo Orgânico, relevantes para este estudo, são eles Credenciadora e Acreditora, Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica, Atores Governamentais (Sistema Financeiro, Extensão Rural, Políticas de Comercio Exterior), Canais de Distribuição (feiras, entrega em domicílio, restaurantes e hotéis, varejistas, lojas especializadas, compras do governo), Atores Públicos e Privados (Universidades).

2.5.1 Acreditora, Credenciadora e a CNPOrg - Comissão Nacional da Produção Orgânica.

O Decreto nº 6.323 de 29 de dezembro de 2007, traz como inovação a criação de dois atores que não figuravam neste sistema de produção até o momento. O MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e o INMETRO - Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

A inserção destes atores neste cenário tem o objetivo de transparecer maior credibilidade, quando o assunto é garantia da aplicação da lei na produção pelo sistema orgânico.

Um Organismo de Avaliação da Conformidade²⁸ precisará do credenciamento do MAPA para atuar na emissão da certificação orgânica²⁹. Antes de requerer o credenciamento, o candidato deverá solicitar a acreditação do INMETRO.

A acreditação consiste em:

Procedimento realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como parte inicial do processo de credenciamento dos organismos de avaliação da conformidade, realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Decreto nº 6.323 de 29 de dezembro de 2007)

O MAPA tem como objetivo, conforme o especificado no Decreto nº 6.323 de realizar o credenciamento, ou seja, “Reconhece formalmente que um organismo de avaliação da conformidade está habilitado para realizar a avaliação de conformidade de produtos orgânicos, de acordo com a regulamentação oficial de produção orgânica e com os critérios em vigor”. (Decreto nº 6.323 de 29 de dezembro de 2007)

O decreto também prevê a criação da CNPOrg - Comissão Nacional da Produção Orgânica e comissões estaduais – CPOrg – UF, organizadas pelas

²⁸ Denominação dada no regulamento também para as empresas conhecidas hoje como Certificadoras.

²⁹ Certificação orgânica: ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes”. (Decreto nº 6.323 de 29 de dezembro de 2007)

superintendências federais de agricultura.

Essas comissões serão compostas por integrantes da sociedade pública e privada, com experiência comprovada em sistema de produção orgânico.

As atribuições do CNPOrg são:

- emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica, considerando as manifestações enviadas pelas CPOrg-UF;
- propor regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional, considerando as propostas enviadas pelas CPOrg-UF;
- assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica;
- articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica;
- discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica, consolidando as posições apresentadas pelas CPOrg-UF; e;
- orientar e sugerir atividades a serem desenvolvidas pelas CPOrg-UF.

(Decreto nº 6.323 de 29 de dezembro de 2007)

As atribuições do CPOrg – UF são:

- emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica;
- propor à CNPOrg regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional;
- assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica;
- contribuir para elaboração dos bancos de especialistas capacitados a atuar no processo de acreditação;
- articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica;
- discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica; e;
- emitir parecer sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica.

(Decreto nº 6.323 de 29 de dezembro de 2007)

As comissões terão o poder para propor melhorias para o setor, além de incentivar os debates locais.

A fiscalização será responsabilidade do MAPA e de instituições credenciadas estadualmente por este. Estão previstas punições para os organismos de avaliação da conformidade e produtores orgânicos que descumprirem a lei, prevendo o pagamento de multas.

2.5.2 Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica

A empresa certificadora tem um papel fundamental na produção nacional.

Estas empresas têm sido responsáveis não somente pela garantia dos produtos ofertados, no que tange às normas e procedimentos para o cultivo orgânico, como também pela orientação de produtores e consumidores nacionais e internacionais. Nesse sentido, a certificação é um elemento fundamental de governança das transações que, além de proporcionar mecanismos de padronização e classificação, reduz os custos de aquisição da informação, minimizando a assimetria informacional e diminuindo o comportamento oportunista entre os agentes, MAPA/SPA/IICA (2007, p. 16).

Entende-se como Entidade Certificadora o estabelecido no Anexo I – Glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção da Produção Orgânica da Portaria nº. 17 de 10 de abril de 2001: "Empresa ou instituição responsável pela certificação, marca da certificação, selo de certificação, símbolo ou logotipo que identifica que um ou diversos produtos estão em conformidade com as normas de produção orgânicas de certificação".

O termo Certificação é estabelecido no mesmo anexo I e estabelece que: "O procedimento pelo qual uma entidade certificadora dá garantia por escrito que uma produção ou um processo claramente identificado foram metodicamente avaliados, e que estão em conformidade com as normas de produção orgânica vigente".

O Decreto nº. 6.323 de 27 de dezembro de 2007 alterou a forma de atuação destas empresas no território nacional. As empresas certificadoras passam a serem chamadas de Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica, e deverão se submeter as normas estabelecidas pelo INMETRO, para obterem a acreditação que as habilita a atuar no território nacional. Além da acreditação as empresas deverão estar cadastradas junto ao MAPA.

Essas entidades costumam cobrar taxas para realizar os trabalhos nas propriedades rurais que podem onerar os custos. DAROLT (2002, p. 50) comenta que em entidades nacionais o custo pode 0,5 e 0,2 do faturamento e entidades internacionais este custo pode variar entre 2 a 5% do faturamento. DAROLT ainda

comenta que para pequenas propriedades³⁰ rurais familiares, principalmente para o sul do país, para reduzir os custos, estava sendo desenvolvido um processo de certificação participativa “Associação Ecovida de Certificação Participativa”, que hoje já está atuando na certificação dessas propriedades.

As empresas certificadoras citadas neste estudo foram: Rede Ecovida IBD TECPAR.

A Rede Ecovida constituída em 1998 no estado de Santa Catarina é um sistema de certificação participativa descentralizada composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais. A certificação acontece para cada um dos grupos, não sendo uma certificação individual, seus integrantes procuram respeitar a cultura local e buscam aproximar o consumidor do produtor rural.

Certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade, Ecovida (2007).³¹

A Ecovida 2007, divulga que está constituída de vinte e um núcleos regionais, cento e setenta municípios, com duzentos grupos de agricultores, vinte ONGs e dez cooperativa de consumidores espalhadas pelas três estados do sul do país, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A principal dificuldade desse sistema de certificação a e falta de credibilidade mencionada por empresas e clientes internacionais, pela certificação acontecer pelo grupo de produtores orgânicos que possuem interesses convergentes. Hoje os produtores certificados com o selo da Rede Ecovida somente podem comercializar nos três estados do sul.

Com Decreto nº. 6.323 de 27 de dezembro de 2007 pela característica da Rede Ecovida, ela passa a ser enquadrada como SPG³² e a integrar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. A Rede tem um prazo de dois anos para realizar as adequações impostas pelo decreto que regulamenta a LEI nº. 10.831 de 23 de setembro de 2003.

O IBD – Instituto Biodinâmico é uma organização brasileira sem fins

³⁰ Segundo SETP (2006) pequena propriedade rural é a propriedade com extensão inferior a 50 hectares.

³¹ Maiores informações podem ser obtidas na página eletrônica da Rede <http://www.ecovida.org.br/>

³² Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica

lucrativos, localizada no estado de São Paulo na cidade de Botucatu, que certifica produtos desenvolvidos pelo sistema orgânico e pelo sistema biodinâmico. Formada em 1991 quando é desmembrada do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural. O IBD tem credibilidade internacional por ser acreditada por quatro organizações internacionais, a inglesa IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements), a alemã DAR (Deutsche Akkreditierungsrat), a USDA (United States Department of Agriculture) dos Estados Unidos e a DEMETER Internacional. Além disto, tem convênio com JAS (Japan Agriculture Standard) do Japão. Essas parcerias permitem acessos dos produtos certificados pelo IBD aos principais mercados do mundo. Atualmente o IBD certifica projetos agrícolas, produção de insumos, industrialização de alimentos, pecuária de corte, piscicultura, silvicultura. Hoje são setecentos projetos certificados ou em processo de certificação em todo o Brasil e na América Latina, estimando a participação de quatro mil e quinhentos produtores em trezentos mil hectares³³. Os produtores brasileiros interessados em exportar procuram o IBD pela aceitação do selo da empresa internacionalmente. Empresas com a característica do IBD segundo o Decreto nº. 6.323/2007 passam a ser conhecidas como Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica e devem ser credenciadas ao MAPA após a acreditação pelo INMETRO.

A TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná é uma empresa pública localizada em Curitiba Paraná e possui entre suas atribuições a certificação de produtos e sistemas. Entre os produtos, a empresa está habilitada a certificar os produtos orgânicos.

A TECPAR CERT³⁴ assim denominada a unidade da TECPAR responsável pelas certificações é acreditada pelo INMETRO e obteve a acreditação como organismo para certificação de sistemas de qualidade e produtos pela primeira vez em 1997. Atualmente a empresa desenvolveu um programa para certificação orgânica, baseada na legislação nacional e internacional, para os produtores, associação de produtores e indústrias.

Da mesma forma que o IBD a TECPAR CERT por suas características segundo o Decreto nº 6.323/2007 passa a ser conhecidas como Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica e devem ser credenciadas ao MAPA após a

³³ Informações extraídas do site institucional do IBD www.ibd.com.br.

³⁴ Dados extraídos de página institucional <http://www.tecpar.br/cert/>

acreditação pelo INMETRO. A TECPAR CERT por ser uma empresa estatal e por possuir relação de acreditação pelo INMETRO pode conseguir a adequação à nova regulamentação da lei antes das outras empresas.

Outro ponto a ser observado é a regulamentação dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica, uma forma de certificação até então sem credibilidade, pois são compostos por membros de uma rede de indivíduos envolvidos na própria cadeia produtiva que terão o papel de acreditar. Experiência semelhante é encontrada na Rede Ecovida³⁵.

2.5.3 Atores Governamentais - Incentivos Governamentais para a Promoção da Agricultura Orgânica.

A partir da década de 90 do século XX, a agricultura orgânica exigiu do poder público a criação de serviços mais adequados para os seus atores³⁶ envolvidos e dependentes deste setor. As características como tempo de produção, volume e riscos³⁷ de perda de safra difere dos apresentados na agricultura convencional. Mazzoleni e Nogueira (2006, p. 291) comentam que a agricultura orgânica é vista pelo setor público como uma oportunidade de retirar da marginalidade agricultores familiares excluídos da agricultura química ou convencional, estima-se que este grupo represente 70% dos agricultores brasileiros. Estima-se que 74% dos agricultores que trabalham ou possuem áreas menores que 100 ha não geram renda suficiente para manter os integrantes familiares. Alves (2001, p.15)

O poder público federal tem atuado em duas frentes, no que se refere ao processamento e a comercialização de produtos oriundos da Agricultura Orgânica brasileira. O papel de regulador com a criação de legislação para disciplinar as relações dos atores envolvidos neste setor. Crédito é a outra frente na qual o setor público federal atua. (MACHADO e CORAZZA, 2004, p. 27).

No presente estudo, foram considerados, os financiamentos agrícolas voltados para a agricultura orgânica, o acesso dos agricultores a técnicos ligados a setores de pesquisa e extensão rural, a disponibilidade de espaços para a

³⁵ A Rede Ecovida constituída em 1998 no estado de Santa Catarina é um sistema de certificação participativa descentralizada composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais.

³⁶ Agricultores, distribuidores, donos de empresas de beneficiamento e processadoras e comerciantes varejistas e atacadistas.

³⁷ O termo "risco" refere-se a contratos de seguro, incidente que acarreta indenização.

comercialização destes produtos e como a fiscalização sanitária está sendo aplicada sobre os feirantes que atuam no “mercado de venda direta”³⁸.

2.5.2.1 Linhas de Financiamento Para Produção Orgânica

Dentro do Sistema Financeiro as linhas de financiamento para a agricultura orgânica não são fartas e apresentam dificuldades de utilização por parte dos agricultores. Em estudo recente comenta-se que apesar de ter-se observado crescimento na produção orgânica, as linhas de crédito específicas são poucas. Esse cenário causa dois problemas: “existência limitada de financiamento e desconhecimento de instrumentos de financiamento” (IPARDES, 2007, p. 60).

O crédito oficial ofertado aos agricultores orgânicos é condicionado a certificação das propriedades por uma empresa denominada certificadora³⁹.

Sensível ao desenvolvimento do setor e da necessidade de auxílio financeiro o Banco Central do Brasil publica em 08/08/2001 Resolução nº.2.879 determinando que os projetos que tenham como objetivo a produção orgânica ou agroecológica tenham priorização na concessão de crédito. O foco da priorização é para projetos de agricultores que se enquadrem no grupo C⁴⁰ do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Além do PRONAF e do Programa do Banco do Brasil – BB Produção Orgânica, o BNDES também oferta financiamento através de suas linhas tradicionais, como FINAME-AGRICOLA - Agência Especial de Financiamento Industrial (financiamento de máquinas e equipamentos) além do PROSOLO - Programa de Recuperação de Solos, que financia adubação verde.

A seguir serão apresentadas as características dos planos mais utilizados pelos agricultores orgânicos na região metropolitana de Curitiba.

BB Produção Orgânica

O programa de financiamento do Banco do Brasil – BB Produção Orgânica criado em 1999 é um Plano de financiamento para a agricultura orgânica, com base nos

³⁸ Mercado de Venda Direta: neste estudo é entendido como a relação comercial de venda, face a face, que possui dois atores, o produtor, neste caso o agricultor orgânico, e o consumidor que pode ser pessoa física ou jurídica.

³⁹ No item 2.4.7 deste trabalho é apresentado o conceito de empresa certificadora.

⁴⁰ Agricultores familiares com renda anual entre R\$ 1,5 mil e R\$ 10 mil.

recursos do PRONAF e do PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda.

O programa inclui convênios de integração rural, crédito para a agricultura familiar, cédula de comercialização para o produtor rural, leilão eletrônico com as bolsas de alimentos do país e parceiros com empresas do agronegócio⁴¹. Esse plano de financiamento está vinculado à certificação da propriedade por empresas autorizadas pelo Banco do Brasil, no quadro 2 são apresentadas as empresas credenciadas.

Entre as empresas autorizadas, não figuram as certificadoras participativas⁴², exemplo encontrado no Paraná na Rede Ecovida.

QUADRO 2 - EMPRESAS AUTORIZADAS PELO BANCO DO BRASIL PARA CERTIFICAR PROPRIEDADES DE MANEJO ORGÂNICO

CERTIFICADORAS	LOCALIZAÇÃO	PÁGINA ELETRÔNICA
AAO - Associação de Agricultura Orgânica	São Paulo / SP	www.aao.org.br
ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro / RJ	www.abio.org.br
APAN Certificadora	São Paulo / SP	WWW.APAN.ORG.BR
BCS Öko-Garantie	Piracicaba/SP	www.bcs-oeko.de
ECOCERT DO BRASIL	Florianópolis / SC	
FUNDAÇÃO MOKITI OKADA M O A	São Paulo / SP	
IBD - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural	Botucatu / SP	WWW.IBD.COM.BR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR	Curitiba/PR	www.tecpar.br
IMO - Control do Brasil S/C Ltda	São Paulo	
MINAS ORGÂNICA - Associação Mineira de Certificação de Produtos Orgânicos	Belo Horizonte/ MG	
OIA BRASIL - Organização Internacional Agropecuária - Agricontrol S/A	São Paulo / SP	www.oiabrasil.com.br
SAPUCAÍ - Associação de Certificação de Produtos Orgânicos	Pouso Alegre / MG	
SKAL INTERNACIONAL DO BRASIL	São Paulo/SP	

FONTE: Página institucional do Banco do Brasil – Portal do Agronegócio, 2007.

Para ter acesso ao financiamento o produtor deve apresentar:

⁴¹ Página Institucional do Banco do Brasil, 2007 - <http://www.bb.com.br/portallbb/>

⁴² No item 2.4.7 deste trabalho é apresentado o conceito de certificação participativa

- Cópia do certificado, que comprove a sua condição de produtor orgânico, emitido por certificadora;
- Cópia do plano de manejo, em que conste a atividade objeto da proposta de crédito, as épocas previstas para as realizações do custeio, investimento, comercialização e da obtenção das receitas, aprovado pela certificadora.
- Cópia do último laudo de inspeção, realizada pela certificadora.
- Declaração formal de que o produto a ser financiado tem comercialização assegurada, contrato firmado com compradoras ou disponibilidade de pontos de venda garantida.

Essa linha de financiamento é destinada ao produtor orgânico, mas não faz diferenciação do pequeno produtor familiar para a grande indústria.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Programa de financiamento é destinado ao pequeno produtor rural que na produção utiliza a força de trabalho familiar.

O produtor rural pode financiar:⁴³

- Custeio – crédito para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.
- Investimento - bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;
- Comercialização - despesas necessárias à comercialização da produção.

Para ter acesso ao PRONAF o produtor rural deve apresentar a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF e atenda ao conjunto de exigências que o caracterizam como produtor familiar:

- Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- Resida na propriedade ou em local próximo;
- Tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento;
- Tenha renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do PRONAF;
- Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais.

⁴³ Página Institucional do Banco do Brasil, 2007 - <http://www.bb.com.br/portallbb/>

A DAP é fornecida gratuitamente por entidades credenciadas pelo MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. No Paraná podemos citar a EMATER como órgão mais próximo do grupo de agricultores estudados. A DAP identifica o grupo de enquadramentos exigido pelo PRONAF para a liberação dos recursos. Os grupos de enquadramento são os apresentados abaixo.

- Grupo B: agricultores familiares que possuam renda bruta anual familiar de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- Grupo C: agricultores familiares que possuam renda bruta anual familiar acima de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais);
- Grupo D: agricultores familiares que possuam renda bruta anual familiar acima de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Grupo E: agricultores, familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais);
- Grupos A e A/C: específica para agricultores familiares assentados por programa de reforma agrária ou beneficiários do crédito fundiário.

O custo deste financiamento em 2006 foi para os grupos C e D: 3% ao ano e para o Grupo E: 5,5% ao ano.

Nesse programa de financiamento é disponibilizada uma linha específica para produtores familiares orgânicos/agroecológico, o PRONAF - Agroecológico. Por meio do PRONAF - Agroecológico, o governo fornece pequenos empréstimos para a agricultura familiar visando facilitar-lhe a conversão da produção convencional para a orgânica, ou seja, oferece suporte financeiro na fase de transição para a produção agroecológica. Nesse programa, a mesma unidade de produção pode ter até dois créditos consecutivos, desde que pelo menos uma prestação tenha sido paga e com laudo de regularidade.

Para ter acesso ao financiamento o produtor deve apresentar projeto conforme normas definidas pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A vantagem neste projeto é que ele permite o financiamento de produtores em fase de conversão da propriedade.

O prazo para pagamento é de até oito anos incluindo até três anos de carência. O custo é de 2% ao ano para os grupos C e D e 5,5% para o grupo E.

Para poder captá-lo os produtores devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP dos Grupos: C, D ou E nos seguintes limites:

- Grupo C: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
- Grupo D: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
- Grupo E: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

No quadro 3 são apresentados os montantes do crédito rural do PRONAF nos grupos C, D e E do PRONAF no Brasil no anos de 2008.

QUADRO 3 - MONTANTE DE EMPRESTIMOS FORNECIDOS EM 2008 GRUPOS DO PRONAF – 2008 NO BRASIL

ANO	ENQUADRAMENTO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$1,00)
2008	GRUPO C	82.660	272.510.660,21
2008	GRUPO D	70.784	701.111.249,80
2008	GRUPO E	21.032	415.366.485,12

FONTE: Portal da Secretaria de Agricultura Familiar

Dados atualizados até BACEN: Até 06/2007; BANCOOB Até 05/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 05/2008; BASA: Até 04/2008; BB: Até 04/2008; BN: Até 03/2008 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos á alterações.

No quadro 4 são apresentados os montantes do crédito rural dos grupos do PRONAF C, D e E apenas do estado do Paraná.

QUADRO 4 - MONTANTE DE EMPRESTIMOS FORNECIDOS EM 2008 GRUPOS DO PRONAF – 2008 NO ESTADO DO PARANÁ

ANO	ENQUADRAMENTO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$1,00)
2008	GRUPO C	2.996	14.760.647,84
2008	GRUPO D	6.545	69.052.537,59
2008	GRUPO E	5.932	100.387.384,83

FONTE: Portal da Secretaria de Agricultura Familiar

Dados atualizados até BACEN: Até 06/2007; BANCOOB Até 05/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 05/2008; BASA: Até 04/2008; BB: Até 04/2008; BN: Até 03/2008 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos á alterações.

2.5.2.2 Órgãos Governamentais de Apoio Técnico Agrícola

O setor público disponibiliza apoio técnico aos agricultores, sem distinção da forma de produção na propriedade.

Abaixo uma breve apresentação dos dois agentes mais citados pelos produtores neste trabalho.

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

Criada em 1956 por uma parceria entre o Brasil e Estados Unidos, denominada primeiramente como Escritório Técnico de Agricultura – ETA Projeto 15. Em 1959 o projeto é extinto, pelo bom trabalho desempenhado pelos seus técnicos e a importância dos projetos iniciados, algumas entidades paranaenses assumem a responsabilidade pelo projeto e alteram sua nomenclatura para ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. Passa a ser filiada a ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural vinculada à SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. A ACARPA é a responsável pela transformação do estado paranaense em referência agrícola nacional. Em 1977 por força da Lei nº.6.969 foi criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER Paraná, absorvendo as atividades da ACARPA. Em dezembro de 2005 seu regime jurídico é alterado passando de empresa pública para autarquia e passa a se chamar, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

A EMATER desenvolve através de seus extensionistas trabalhos na área de bem estar social, no campo da nutrição, saúde, saneamento, educação, cidadania, projetos de impacto como a racionalização no uso de agrotóxicos, a redução de perdas na colheita, a conservação dos solos, além do manejo de pragas e doenças nas lavouras e auxílio na obtenção de crédito pelos agricultores.

Uma das preocupações da EMATER é com evasão do campo, devido entre outros fatores, a escassa renda dos pequenos proprietários rurais. (ALVES, 2001, p.15).

Para tentar combater essa realidade, a EMATER está envolvida nos programas Leite das Crianças e a Irrigação Noturna. “São ações que contribuem para que milhares de famílias mantenham-se no processo produtivo, em condições de competir num mercado global cada vez mais exigente” (EMATER⁴⁴).

A retomada da prioridade à agricultura família foi determinada em 2003 pelo Governador do Estado e pelo Secretário da Agricultura e Abastecimento, reconhecendo o papel da agricultura familiar como importante segmento social. No ano de 2005 são oitocentos e cinquenta extensionistas que atuam em trezentos e noventa e nove municípios paranaenses. Além do enfoque social, vale destacar alguns números obtidos

⁴⁴ Informação divulgada na página eletrônica institucional <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>

no ano de 2005. Em 2005 estima-se que houve cento e quarenta e três mil e novecentos e noventa e quatro, atendimentos por extensionistas à agricultores familiares. A EMATER em parcerias com sindicatos rurais captou para aplicação somente no ano de 2005, de R\$ 673,9 milhões, oriundos do PRONAF. Esses recursos beneficiaram 139.700 famílias de agricultores.

Na agricultura orgânica a EMATER:

trabalha para diversificar e integrar as explorações e práticas agrícolas, pecuárias e florestais, com a utilização de técnicas agroecológicas; reciclagem e uso dos recursos naturais nos diversos níveis da propriedade e desenvolvimento de metodologias de planejamento da produção para a comercialização diferenciada (feiras, cestas, supermercados). Ainda é papel da Extensão Rural, estimular os processos de organização dos agricultores, contribuindo para sua formação e profissionalização; incentivar iniciativas de agroindustrialização artesanal e buscar a articulação interinstitucional. EMATER (2004)

Como resultados da atuação na agricultura orgânica para 2003, a EMATER divulga:

- Assistência direta a dois mil e cento e vinte agricultores;
- Criação de setenta e cinco mil empregos diretos e indiretos no campo;
- Geração de R\$ 5.200.000,00 em ICMS para o Estado;
- Orientação a trezentas propriedades que obtiveram certificação;
- Produção de trinta mil e quinhentas toneladas de produtos orgânicos;
- Organização de feiras, associações de produtores/ consumidores e cooperativas;
- Redução de até 15% dos custos de produção e a agregação de renda entre 30% e 50% para os agricultores que adotaram o sistema orgânico;
- Economia anual de R\$ 4.000.000,00 com a eliminação de despesas com agrotóxicos e adubos químicos;
- Capacitação três mil novecentos e cinqüenta e seis e técnicos de produtores e cento e quarenta e três técnicos.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

A EMBRAPA unidade Agrobiologia é a responsável pelas pesquisas em agricultura orgânica. Essa instituição tem o caráter de pesquisadora neste setor e não de fornecedora de assistência técnica.

Em 1993 foi implantado o SIPA - Sistema Integrado de Produção Agroecológica, também conhecida como a Fazendinha Agroecológica, km 47. Este

projeto formalizou a entrada da EMBRAPA na pesquisa da agricultura orgânica, e contou com a parceria da EMBRAPA Solos, UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a PRESAGRO-RIO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro. O local serve de base de pesquisa e apresenta como avanços:

“identificação de cultivares adaptadas a sistemas orgânicos de produção, no desenvolvimento de substratos apropriados para a produção de mudas, na adequação do uso de leguminosas para adubação verde, de modo a maximizar o aproveitamento do nitrogênio fixado biologicamente, e no ajuste da técnica de plantio direto em sistemas orgânicos de produção de hortaliças, frutas e integração com produção de leite” (EMBRAPA)⁴⁵

A EMBRAPA volta sua atenção a Agricultura Familiar⁴⁶ e deixa evidente esta afirmação no relatório publicado em 2001⁴⁷. Nesse estudo são apresentadas várias frentes que a EMBRAPA identifica como deficientes para a agricultura familiar, a pesquisa e desenvolvimento é uma delas. Agricultura agroecológica usada como sinônimo de agricultura orgânica é um dos caminhos vislumbrados por esta instituição para elevar a renda dos pequenos produtores familiares, pelo acréscimo no preço final do produto e pela redução de custo na utilização dos insumos.

Voltado para a agricultura orgânica em 2004 a Embrapa desenvolve um método de avaliação para unidades produtivas orgânicas, que mostra como está sendo sua produção, em relação ao manejo e aos seus custos.

O método detecta pontos onde o produtor pode aplicar medidas corretivas e melhorar sua produção, inclusive diminuindo os custos. Essa avaliação também possibilita detectar a falta de tecnologias disponíveis para a agricultura orgânica e faz comparações com a agricultura convencional. EMBRAPA (2004)

As afirmações realizadas neste item demonstram que o principal objetivo da EMBRAPA é a pesquisa de novas tecnologias e não a assistência direta ao produtor rural, sendo que esta assistência ocorre quando este agricultor está inserido em algum projeto de pesquisa de interesse da instituição.

2.5.2.3 Mercado Orgânico de Curitiba

O mercado de Orgânicos de Curitiba⁴⁸ é um projeto da Prefeitura Municipal de Curitiba com a previsão de inauguração em maio de 2008 segundo página

⁴⁵ Página eletrônica Institucional (<http://www.cnpab.embrapa.br/pesquisas/ao.html>).

⁴⁶ SETP (2006) “Por Agricultura Familiar entendemos o fato de que a gestão da propriedade agrícola e a maior parte da mão-de-obra são realizadas pelos próprios membros da família”.

⁴⁷ Agricultura Familiar Prioridade da Embrapa

⁴⁸ Maiores informações podem ser encontradas na página da Prefeitura Municipal de Curitiba no endereço eletrônico <http://www.curitiba.pr.gov.br/Secretarias/7/357/flash/index.html>

eletrônica da Prefeitura Municipal de Curitiba.

O espaço será composto por três pisos sendo subsolo, térreo e andar superior, totalizando 3.700 m².

Os espaços já licitados pela prefeitura comportarão negócios como box para venda de produtos in natura, lanchonetes, restaurante, mercearias, açougue, box especial para a agricultura familiar, artesanato, cosmético e confecção e praça de alimentação.

2.5.2.4 Comercio Exterior: Programa de Exportação Orgânico Brasil

A APEX-Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento e a FIEP em julho de 2005 lançou o Projeto Organics Brasil, com o objetivo de promover os produtos orgânicos brasileiros com uma marca única e forte no exterior.

O programa insere empresas orgânicas certificadas⁴⁹ que atendam ao padrão de qualidade exigido pelo programa e oferece ao empresário orgânico apoio e consultoria de mercado externo facilitando assim a inserção desta empresas no mercado exterior.

Cada vez mais os mercados internacionais para os principais produtos agropecuários exigirão requisitos de segurança no consumo (sem resíduos de agrotóxicos, hormônios, aditivos e organismos biológicos) e ambiental dos processos produtivos (preservadores de florestas nativas, economizadores de água e energia fóssil), além dos padrões de qualidade já consagrados. EMBRAPA (2003, p.9)

MAPA/SPA/IICA (2007, p.67) comenta que o Brasil possui ainda algumas restrições para a maior exportação de seus produtos, entre elas vale destacar, “a falta do conhecimento sobre sistemas de gestão mais adequados à cadeia produtiva de orgânicos e de rastreabilidade, acarretam defasagem em relação a países mais desenvolvidos.” Além do problema destacado no mesmo estudo realizado pelo MAPA, comenta-se que existe muita desconfiança, principalmente dos países europeus sobre a origem dos produtos orgânicos e recomenda campanhas de marketing para esclarecimento destas populações.

O Brasil predominantemente exporta produtos in natura, sendo assim além dos problemas enfrentados pelos produtos orgânicos pela condição de produção orgânica, a necessidade de certificação, estes produtos enfrentam os mesmo problemas dos produtos convencionais, isto é, as barreiras comerciais.

⁴⁹ O programa aceita apenas as certificações das empresas BCS Öko-Garantie, Ecocert, IBD, IMO, OIA, Control Union.

A fatia de mercado que o Brasil ocupa no mercado externo ainda é modesta, em 2004, cerca de US\$ 100 milhões, segundo (Centro de Estudos em Sustentabilidade – CES/FGV), contra US\$ 26 bilhões mundiais, segundo a OMC – Organização Mundial de Comércio. Sendo assim, para o Brasil conquistar os mercados internacionais orgânicos precisará diversificar seus produtos ofertando diferencial e qualidade para derrubar as barreiras impostas e aproximar os compradores internacionais de nossa cadeia produtiva para dirimir as dúvidas sobre a qualidade de nossos produtos. “Além de incrementar a produção, é preciso alterar o perfil exportador do país, investindo no processamento de matérias-primas, de maneira a seguir o exemplo de produtores de açúcar e café orgânicos, que já atuam no mercado externo há alguns anos” (MAPA, 2007, p. 76).

2.5.2.5 Canais de Distribuição

Os produtos orgânicos são comercializados nas mais variadas frentes que serão expostas abaixo.

Venda direta

Algumas das formas utilizadas na venda direta de produtos orgânicos são: as feiras orgânicas, a venda de cestas/sacolas com entrega à domicílio, o turismo rural, programas governamentais de compra de alimentos.

As Feiras Orgânicas de Curitiba são espaços de comercialização institucionais regulamentadas pelo Decreto n.º. 992/2003⁵⁰ publicado em 06/11/2003 e pela Portaria n.º. 30/2005⁵¹ da Secretária Municipal de Abastecimento do município de Curitiba publicada em 05 de maio de 2005.

O Decreto n.º. 992/2003 regulamenta os centros de abastecimentos do município de Curitiba, entre os centros de abastecimentos estão inseridas as feiras orgânicas. No art. 2º deste decreto determina que: “As Unidades de Abastecimento serão criadas, nominadas, descritas e disciplinadas por meio de portarias expedidas pela Secretária Municipal do Abastecimento, obedecidas as regras gerais previstas neste regulamento”.

Para atender a determinação do art. 2º do decreto Nº 992/2003 é publicada a portaria nº 30/2005, que traz as regras de acesso, características dos produtos a

⁵⁰Decreto disponível na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Curitiba <http://www.curitiba.pr.gov.br>, Secretaria Municipal de Abastecimento, item Leis e Decretos.

⁵¹Portaria disponível na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Curitiba <http://www.curitiba.pr.gov.br>, Secretaria Municipal de Abastecimento item Leis e Decretos.

serem comercializados, comportamento dos feirantes e as penalidades impostas pelo descumprimento das regras para os produtores interessados em comercializar produtos com selo orgânico.

Na tabela 2 são apresentadas as feiras orgânicas disponíveis em 2007 no município de Curitiba.

TABELA 2 - FEIRAS ORGÂNICAS NA CIDADE DE CURITIBA

NOME	COMPLEMENTO ENDEREÇO	BAIRRO	ATENDIMENTO
Campina do Siqueira	Ao lado do Terminal Campina do Siqueira	Campina do Siqueira	Funciona às terças-feiras, das 7h às 12h.
EMATER	Em frente à EMATER	Cabral	Funciona às quartas-feiras das 7h às 12h.
Expedicionário	Praça do Expedicionário	Centro	Funciona às quartas-feiras, das 7h às 12h.
Jardim Botânico	Praça da Igreja Santo Antônio	Jardim Botânico	Funciona aos sábados das 7h30 às 12h.
Passeio Público	Passeio Público	Centro	Funciona aos sábados, das 7h às 12h.
Praça do Japão	Final av. sete de setembro.	Água Verde	Funciona às quintas-feiras, das 15h às 20h.
Prefeitura	Prefeitura Municipal de Curitiba.	Centro Cívico	Funciona às quartas-feiras, das 7h às 12h.
Cabral	Na Praça São Paulo da Cruz	Cabral	Funciona às quintas-feiras, das 7h às 12h.
Praça da Ucrânia	Na Praça da Ucrânia	Bigorriho	Funciona aos sábados das 7h às 12h.

FONTE: Secretária de Abastecimento da Prefeitura Municipal de Curitiba. Divulgado em novembro de 2007 e pesquisa de campo.

A cesta de produtos orgânicos entregues à domicílio é uma das formas de venda direta mais antiga, praticadas pelos produtores orgânicos. Essa forma de comercialização foi a primeira utilizada pelos agricultores organizados no Paraná no município de Agudos do Sul na HORTISUL, em 1986 tinha como forma de comercialização a entrega de sacolas à domicílio, esta também foi a forma encontrada pela Chácara Verde Vida localizada no município de Colombo que até o final da década de 80 do século XX utilizava esta forma de comercialização para vender seus produtos Darolt (2002, p. 52).

IPARDES (2007, p. 111) identificou essa forma de venda direta ainda utilizada por agricultores. Apesar de vantagens levantadas como: a possibilidade de planejar a produção por saber antecipadamente a demanda dos clientes; o recebimento do dinheiro à vista; e as margens líquidas de comercialização superior às outras formas de comercialização, encontram-se também entraves que desmotivam alguns produtores a comercializar por este canal. Entre os entraves levantados, cita-se a pulverização da localização de moradia dos clientes,

encarecendo o deslocamento para a entrega; as entregas demandam tempo que deixa de ser utilizado na produção; e a necessidade grande diversificação de produtos para atender a necessidade dos clientes.

Apesar dos entraves levantados, as cestas entregues à domicílio tem se mostrado uma boa forma de aproximar o produtor do cliente e proporciona o maior conhecimento por parte do cliente sobre as dificuldades da produção, o que acaba sensibilizando o cliente sobre a necessidade de uma maior remuneração para o produtor.

O turismo rural consiste na abertura das propriedades para que os visitantes possam conhecer como funciona uma propriedade de produção orgânica. Geralmente este tipo de venda direta funciona como sistema de colha e pague ou venda de produtos já processados na propriedade. As desvantagens apontadas neste tipo de venda é a necessidade de o produtor desenvolver uma infra-estrutura de recepção que demanda tempo, treinamento e custos com banheiros, estacionamentos, etc. Além da redução do tempo de descanso do produtor rural que é obrigado a atender os consumidores nos finais de semana e feriados. IPARDES (2007, p. 112).

Outro entrave na venda pelo turismo rural é a escala de vendas por essa forma de comercialização. Para manter o equilíbrio de suas propriedades os produtores não podem permitir excesso de visitantes. As propriedades orgânicas precisam do equilíbrio ecológico para sua manutenção e a grande massa de pessoas prejudica esta manutenção. Sachs (2004, p. 38) comenta que “o verdadeiro turismo ecológico... nunca poderá ser de massa”, devido dificuldade em manter o equilíbrio dentro da propriedade.

O poder público está impulsionando o mercado de produtos orgânicos através de dois programas institucionais, Merenda Escolar Orgânica e PPA - Programa de Aquisição de Alimentos (MDS /Programa Fome Zero/CONAB).

Estes programas atendem ao consumidor denominado coletivo⁵² através do atendimento das necessidades nutricionais de um determinado grupo de pessoas.

Uma das primeiras iniciativas para atender a esse consumidor coletivo ocorreu recentemente, a partir de iniciativas na Região Sul do País, quando se introduziram na alimentação escolar os produtos da agricultura orgânica. Tal iniciativa não tem representado meramente um programa alimentar, mas vem sendo encarada como parte de um amplo processo educativo, com o objetivo de fazer conhecer o que são esses alimentos que chegam até os alunos, como são produzidos e quem os produz. IPARDES (2007, p. 69)

⁵² IPARDES (2007, p. 69) conceitua como consumidor coletivo, um grande número de pessoas atingidas por programas sociais como o Fome Zero, ou através de programas de merenda escolar.

Estimativa divulgada em 2006 pelo PNAE/MEC⁵³, informa que existiam até aquele ano 36,3 milhões de estudantes em todo o país. Esse número apresenta uma perspectiva de elevação da demanda dos produtos, hoje já escassos. Sendo necessário um planejamento junto aos grupos de agricultores caso o programa estenda-se para outras regiões.

As ações desenvolvidas pelo poder público, através do mercado institucional, podem ser entendidas como estratégias para potencializar o consumo de orgânicos por um público mais amplo, em que o foco central é a segurança alimentar e nutricional para a população de menor renda. Precisam ser incentivadas políticas públicas para ampliar o acesso dos diversos segmentos da população a alimentos de qualidade. Essas políticas devem assegurar a qualidade e regularidade do abastecimento interno e estimular processos de transação mercantil que garantam a produção, eliminando ou reduzindo as formas abusivas de intermediação, IPARDES (2007. p. 70).

O mercado orgânico somente poderá ser estendido com a criação de outras formas de escoar a produção, como a venda para creches, empresa institucionais, entre outras, somente se o poder público fechar parcerias garantindo a compra dos produtos para incentivar a produção. Nesse assunto o estado do Paraná é pioneiro, com o lançamento do Programa Merenda Escolar Orgânica que visa atender a sessenta e seis municípios, o objetivo do programa é a redução do uso de agrotóxicos no estado. Segundo Agencia de Notícias (2006) em 2006 foram atendidos quarenta e cinco mil alunos da escola da rede pública de ensino em 2005, este programa é de responsabilidade da FUNDEPAR - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná.

Sachs (2002) comenta a importância do setor público no auxílio ao pequeno produtor através de compras governamentais.

Através de um feixe de políticas públicas para que a agricultura familiar tenha acesso aos créditos, à tecnologia, à educação e aos mercados. Deveríamos pensar numa política que favorecesse os pequenos, através das compras públicas como a merenda escolar que fornece diariamente, em todo país, 37 milhões de refeições. Em Santa Catarina foi inaugurado um programa experimental de apoio à agricultura biológica, e em Palmeira, no Paraná, um convênio com a prefeitura assegura o fornecimento às escolas de legumes e hortaliças da agricultura orgânica familiar.

Comercialização no varejo

Algumas das formas de comercialização no varejo utilizadas pelos produtores orgânicos são a venda em lojas especializadas e restaurantes e as indústrias de beneficiamento.

⁵³ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Nacional de Alimentação Escolar

Desde 1986, quando os produtores orgânicos se unem, os restaurantes têm se mostrado como uma opção para a venda da produção orgânica. Em Curitiba encontra-se o Chauá Comida Orgânica, Café Terra Verdi. MAPA (2007, p.102). A principal vantagem desse canal de comercialização são as entregas programadas e em quantidades significativas. As desvantagens são a margem de lucro menor e exigência com o controle sanitário devido as freqüentes fiscalizações. O produtor que assume este compromisso deve se atentar para os prazos de entrega e a manutenção da oferta. Darolt (2002, p. 206).

Já as lojas especializadas oferecem uma boa margem de lucro, mais exigem produtos frescos, investimento em material de divulgação. Nas lojas a oferta de produtos frescos é reduzida, sendo preteridos os produtos processados e higienizados.

As indústrias orgânicas no território paranaense beneficiam, transformam e processam os produtos produzidos no território do estado como mel, cana, soja, café entre outros. O público alvo deste estudo são produtores frutas, legumes e verduras e fornecedores basicamente de produtos para indústrias de processamento mínimo como é o caso das empresas Rio de Uma e Fruto da Terra.

As empresas já citadas destacam-se na higienização e embalagem de produtos para a comercialização em grandes redes de super e hipermercados. A empresa Rio de Una localizada no município de São José dos Pinhais, desde 2002 processa oferta produtos minimamente processados às grandes cadeias supermercadistas. A segunda empresa é a Fruto da Terra localizada no município de Colombo que desde 2000 fornece produtos para as grandes redes varejistas IPARDES (2007, p. 117).

A grande vantagem para os agricultores é a não preocupação com a venda dos produtos, pois as empresas compram toda a produção, a desvantagem é a submissão aos preços impostos pelas empresas que podem em algum momento serem favoráveis e em outros momentos não. Os especialistas acreditam que haverá um crescimento das indústrias orgânicas anual de 20%. (MAPA, 2007, p. 76), mostrando-se como uma alternativa para os produtores que não possuem vocação para a comercialização, ou não querem ter essa preocupação.

Comercialização no atacado

As grandes redes de super e hipermercados, representam a forma de comercialização de produtos orgânicos no comércio atacadista, e tem se

intensificado na região metropolitana de Curitiba nos últimos cinco anos. As principais redes que comercializam produtos orgânicos atualmente em Curitiba são: Wal-Mart, Condor, Carrefour, Extra, Muffato, Angeloni.

Uma experiência mal sucedida entre a AOPA e a rede Sonae levou em 2001 ao afastamento da venda direta entre produtores aos supermercados.

Essa fórmula de comercialização via supermercado mostrou-se insustentável para as associações de produtores, havendo um desgaste na imagem dos alimentos orgânicos por parte da população. Pesquisa de Darolt, acompanhando cerca de 40 produtos orgânicos comercializados basicamente via supermercado, mostrou que, do valor total (100%) deixado no caixa pelo consumidor, 30% em média foi destinado ao agricultor, 33% para cobrir os custos dos distribuidores com classificação, embalagem, transporte e pessoal, e o restante (37%) ficou com os supermercados. Ademais, os descartes nas gôndolas de supermercados eram assumidos integralmente pelas associações, o que aumentava a margem dos supermercados e encarecia demasiadamente o produto final para o consumidor IPARDES (2007, p. 107).

Atualmente as redes de super e hipermercados comercializam em sua grande maioria produtos já processados e beneficiados e adquirem estes produtos diretamente das indústrias.

A principal vantagem em comercializar por este canal e a venda em grande quantidade, as desvantagens apontadas é a baixa margem de lucro, sendo em média de 10 a 20% menor que adquirida pela venda direta, demora do pagamento pelas empresas e o alto custo de manutenção da infra-estrutura necessária para a comercialização dentro das lojas como repositores, gôndolas e entrega, Darolt (2002, p. 206).

MAPA/SPA/IICA (2007, p. 30) comenta que os preços abusivos cobrados pelos supermercados e a pequena margem repassadas aos agricultores, os leva a procurarem outras formas de comercialização. Em pesquisa realizada pelo IPARDES com uma cesta de treze produtos, constatou-se uma diferença de preço de 118/% entre as feiras e supermercados corroborando com as queixas realizadas pelos agricultores.

Já quando os profissionais do setor atacadistas são consultados, apontam os seguintes problemas para a comercialização dos produtos orgânicos: "...desinformação dos consumidores, alto preço, pouca variedade e quantidade disponível, descontinuidade na oferta e a falta de segurança sobre a qualidade do produto".

O embate entre os produtores e as grandes redes de supermercados persiste até o momento, sendo que os produtores acusam as grandes redes de afastarem os consumidores dos produtos orgânicos por fazerem estes acreditarem que estes produtos são muito caros.

2.6 ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS

No SAG existem atores compostos por atores públicos e privados, ou seja, instituições que auxiliam na agricultura orgânica com a participação do setor público, como por exemplo, as universidades públicas e privadas.

Estas instituições são as formadoras de conhecimento e buscam formas para auxiliar setores produtivos da sociedade.

Dentre dos conhecimentos científicos utilizados na administração de um negócio, temos o marketing e ferramentas de gestão financeira.

2.6.1 Marketing

Para ter sucesso é preciso ter conhecimento, esta afirmação é proclamada em todas as áreas de negócios. Mazzoleni e Nogueira (2006, p. 291) comentam que é uma condição básica para o sucesso do sistema orgânico que os produtores além do conhecimento técnico tenham outros conhecimentos para cultivar com eficiência econômica.

Quando traçado o perfil do agricultor orgânico, tem-se um produtor com um nível de escolaridade superior ao dos agricultores convencionais (DAROLT, 2002, p. 156), e este é um ponto positivo para o desenvolvimento do sistema orgânico. Apesar do grau de instrução superior, Darolt (2002, p. 227) comenta que um dos entraves encontrados é a dificuldade em comercialização do produto pela falta de organização dos circuitos comerciais e deficiência no marketing do produto.

Esses assuntos foram um dos focos deste trabalho, mas para entender melhor os conhecimentos básicos buscou-se o referencial básico sobre economia e marketing.

Darolt (2002, p. 212) comenta que os consumidores, principalmente os que frequentam supermercados, possuem dificuldades em saber a diferença entre produtos orgânicos, hidropônicos, e apenas higienizados e embalados, considerado que todos são iguais. O mesmo problema é relatado no estudo realizado pelo IPARDES (2007, p. 66).

Faz-se necessário o esclarecimento do público sobre a diferença entre os produtos muitas vezes apresentados lado a lado nas grandes redes de supermercados. Esse esclarecimento deve ser realizado com um marketing⁵⁴ direcionado ao público, ou

⁵⁴ Marketing é a “função empresarial que cria continuamente valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradoura para a empresa, por meio da gestão estratégica das variáveis controláveis de marketing: produto, preço, comunicação e distribuição”, DIAS (2003, p.2).

segmento de mercado⁵⁵ que se pretende atingir, isto é, os freqüentadores de super e hipermercados que consomem frutas, legumes e verduras.

Para realizar e elaborar essas campanhas é necessária à compreensão das ferramentas de marketing, e como essas ferramentas podem auxiliar na conscientização dos consumidores sobre as diferenças entre os produtos orgânicos e os outros tipos, entender o porquê existe a não oferta de produtos em determinados meses do ano, o que o alimento orgânico pode trazer de benefícios para si, para sua família e para a sociedade.

Dentro da forma de marketing que podem ser praticadas, observam-se duas formas que podem ser utilizadas quando o objeto são produtos orgânicos: Dias (2003, p. 8)

- Marketing Social é dirigido para organizações sem fins lucrativos, organismos e causas sociais. Cada vez mais, as empresas reconhecem seu papel social e aplicam recursos em programas voltados para as comunidades carentes e causas sociais, como preservação do meio ambiente, desenvolvimento dos esportes, das artes e da cultura, educação e saneamento.
- Marketing Institucional são as ações de marketing direcionadas para a criação de imagem favorável e preferência para uma determinada organização ou empresa. A imagem da empresa, juntamente com a do produto, são fatores importantes que influenciam a decisão de compra dos clientes.

Essas duas formas de marketing podem ser utilizadas tanto pelas empresas quanto por grupos de agricultores que buscam a conscientização da produção orgânica para a sustentabilidade ambiental e social.

O marketing é dividido em quatro ações ou estratégias reconhecidas como Composto de Marketing ou 4ps – que são ferramentas utilizadas para criar valor⁵⁶ para o cliente: preço, produto, promoção e ponto de distribuição, Dias (2003, p. 8).

- As decisões de produto englobam a identificação de oportunidades de lançamento de produto e serviços, a adequação destes às

⁵⁵ Segundo Dias (2003, p.2) segmento de mercado “grupo de consumidores com necessidades e características comuns entre si, mas diferentes em relação a outros grupos, que exige estratégia e programa de marketing distintos”.

⁵⁶ Valor para o cliente é a diferença entre os benefícios obtidos e os custos incorridos pelo cliente. Lembrando que estes custos podem ser econômico (preço pago), físico (tempo de espera, tempo de deslocamento, esforço físico, mal-estar), emocional ou psicológico (medo, insegurança, risco de vida, constrangimento), Dias (2003, p. 4).

necessidades e desejos dos clientes, a formulação de estratégias de produto e linhas de produtos (como diferenciação, posicionamento, etc.) e a administração do ciclo de vida do produto, entre outras.

- As decisões de preço envolvem a seleção da estratégia de preço que gere vantagem competitiva e diferenciação para cada produto ou linha de produto, bem como maximize o retorno para a empresa e para os parceiros do canal de distribuição.
- As decisões de promoção são aquelas relativas aos investimentos em estratégias e atividades de comunicação (propaganda, marketing direto, relações públicas, publicidade, eventos, seminários) e promoção de vendas (sorteios, prêmios ao consumidor, descontos de preços, brindes e outros).
- As decisões da variável distribuição englobam a escolha dos canais e vendas e distribuição para que o produto esteja no lugar certo, no momento certo, e o cliente possa realizar a compra e satisfazer a sua necessidade⁵⁷.

Alguns dos principais entraves apontados pelos especialistas que estudam o setor é o preço⁵⁸ elevado em comparação aos produtos convencionais, canais de distribuição não organizados e desconhecimento pelo público da diferença entre produtos orgânicos e os demais produtos. Darolt, (2002, p. 227).

Uma das sugestões para auxiliar na conscientização da população é o marketing considerando a logomarca, por acreditar que uma marca única auxiliaria aos consumidores na identificação do produto. Darolt (2002, p. 212)

Estas dificuldades podem ser sanadas com o desenvolvimento das quatro ferramentas de marketing. O desenvolvimento necessita de planejamento e forte investimento, sendo que a maioria dos produtores familiares orgânicos não possui capital para investir. Desta forma a solução poderia ser o investimento público ou empresarial.

Vale comentar que o preço é o grande desafio do marketing neste setor, principalmente quando o público são consumidores que atuam em super e hipermercados, é necessário conscientizar que esses produtos em alguns momentos estarão mais caros devido ao respeito a sazonalidade imposta pela natureza e

⁵⁷ Segundo Dias (2003, p.4) satisfação da necessidade “é o estado de realização atingido quando desempenho do produto se iguala à expectativa do cliente ou a supera”.

⁵⁸ Segundo Dias (2003, p. 254) Preço na visão do marketing “é o montante de dinheiro pago em troca do uso de um benefício proporcionado por um produto ou serviço”.

reconhecendo sua utilidade⁵⁹ para a sociedade como um todo.

2.6.2 Gestão Financeira para administrar propriedades rurais.

Pela visão econômica os preços dos produtos orgânicos ainda são mais elevados que os convencionais porque obedece a Lei Oferta e da Procura que diz que quanto maior a demanda maior será o preço do produto, isto acontece devido a escassez de oferta. A escassez de oferta é entendida pelos pesquisadores com um dos entraves para o desenvolvimento da agricultura orgânica.

Este cenário é causado pela deficiência de planejamento da produção pelos agricultores, Darolt (2002, p.227). Ocorre uma pergunta deve ser elaborada no contexto apresentado atualmente: os agricultores desejam mesmo aumentar a oferta?

O mercado de produtos orgânicos não é igual ao convencional pelas seguintes características a serem observadas.

Quando o mercado de produtos orgânicos é estudado pela visão econômica, entende-se, pelas suas características, que ele deve ser analisado de duas maneiras distintas. Quando observa-se o produto orgânico em relação ao produto produzido de maneira convencional, deve-se tratar este mercado como uma concorrência monopolística⁶⁰ e não uma concorrência perfeita⁶¹ como a princípio um olhar menos apurado poderia supor. Esta conclusão seria devido ao tipo de produto comercializado que pode ser tratado como homogêneo, ou seja, igual a qualquer outro produzido por qualquer outro agricultor, mas sabe-se pelo exposto anteriormente que esta afirmação não é verdadeira. O produto orgânico tem um diferencial, que é a produção com uma forma de tecnologia diferente da utilizada para a produção convencional. Esta tecnologia traz um valor agregado ao consumidor, como mais sabor, mais nutrientes, menos agrotóxicos, menos degradação ambiental, entre outros benefícios elencados, quando o produto orgânico é consumido. Esta característica torna o produto orgânico heterogêneo, ou diferente, quando comparado ao produto convencional.

⁵⁹ Para Oliveira 2006, p.173) “utilidade é o grau de adequação de um bem à necessidade do consumidor, possuindo ainda caráter individual e subjetivo.”

⁶⁰ Segundo Vasconcellos (2006, p. 81) na concorrência monopolística o número de ofertantes é grande, os produtos ofertados são diferenciados, a influência sobre preços é pouca por haver produtos substitutos e os produtores podem acessar e deixar este mercado à qualquer momento sem barreiras de acesso.

⁶¹ Segundo Vasconcellos e ENRIQUEZ (2006, p. 81) na concorrência perfeita o número de ofertantes é muito grande, os produtos ofertados são iguais, a influência sobre preços não existe por os produtos serem perfeitamente substitutos e os produtores podem acessar e deixar este mercado à qualquer momento sem barreiras de acesso.

Sendo assim o produtor pode influenciar no preço, não de maneira tão intensa quanto nos monopólios e oligopólios, por existir produtos perfeitamente substitutos, mas ofertam um diferencial ao consumidor.

Já quando observa-se o mercado orgânico isoladamente percebe-se que é uma concorrência perfeita, pois o que o produtor A produz é igual ao que o produtor B produz, esta afirmação está considerando os produtores rurais e não os produtores que beneficiam o produto e agregam marca a este produto.

Essas características de mercado permitem uma renda maior ao produtor, situação não encontrada pelos pequenos produtores convencionais. Para formação do preço dos produtos, considerando as duas características de mercado, pode-se calcular o preço dos produtos orgânicos da seguinte forma: preço = custo total + percentual de lucro desejado, acontece que atualmente nas feiras orgânicas existe um acordo para a formação dos preços, “que equipara o preço da maioria dos sessenta e sete itens comercializados, privilegiando a cooperação e minimizando a concorrência entre eles”. IPARDES (2007, p.110).

Custo total é formado pelo custo fixo total, ou seja, o que com produção ou sem produção deve-se desembolsar no final do período e custo variável total que ocorre somente quando existe produção.

O preço destes produtos ainda pode ser superior quando comparado com os convencionais porque a oferta⁶² deste produto é inferior à demanda⁶³. Esta situação somente será alterada com o aumento da oferta, que pode ser pela entrada de novos produtores.

Em países industrializados, a demanda por produtos orgânicos certificados deve continuar aumentar, talvez acima da taxa de crescimento de 20 % registrada atualmente. Entretanto, o crescimento futuro da agricultura orgânica certificada dependerá mais de restrições no fornecimento que em mudanças na demanda. A tendência, portanto, é de que a demanda cresça mais rapidamente que o fornecimento desses produtos, mas esta diferença pode ser moderada com a entrada de mais produtores no mercado. MAPA/SPA/IICA (2007, p. 78)

Nesse mercado a demanda é a que define a oferta tanto dos feirantes que observam a procura dos clientes e algumas vezes erram ocasionando o

⁶² Segundo Rossetti (1995, p. 250) Demanda ou procura “as várias quantidades que os consumidores estarão dispostos e aptos a adquirir, em função dos vários níveis de preços possíveis, em determinado período de tempo.”

⁶³ Segundo Rossetti (1995, p. 250) Oferta “várias quantidades que os produtores estarão dispostos e aptos a oferecer no mercado em função dos vários níveis de preços possíveis em determinado períodos de tempo.”

desabastecido. Tanto quanto os industriais que abastecem as empresas de beneficiamento e processamento que estabelecem a demanda que pretendem atingir e repassam esta programação para seus agricultores.

Se não houvesse o acordo os preços seriam estabelecido pela procura dos clientes, só parariam de subir quando os clientes não aceitassem pagar mais pelo produto, e neste momento seria encontrado o equilíbrio, sendo assim os produtos poderiam estar com um preço mais elevado que atualmente.

O principal problema no acordo estabelecido é que talvez alguns agricultores não estejam auferindo o necessário para quitar seus custos e para ter o suficiente para sua manutenção.

Então o principal dilema dos agricultores inseridos neste setor é decidir se a entrada de novos agricultores e a expansão da oferta é interessante economicamente hoje, sendo que a expansão da oferta destes produtos tornará em algum momento este mercado em uma concorrência perfeita, onde o controle de preço pelo grupo deixa de existir, sendo assim a renda atual pode diminuir ocasionando a estes agricultores o mesmo problema de renda enfrentado pelos pequenos produtores convencionais.

2.7 DEFINIÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Busca-se neste item do trabalho a definição de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade para auxiliar na análise dos resultados.

São mais 500 anos de buscas intensivas das metrópoles européias por terras abundantes em riquezas naturais e minerais, com o caráter puramente exploratório, comportamento aceito e incentivado pelas sociedades da época e contemporânea, que vieram até a década de 80 do século XX a destruição de florestas como um sinal de progresso. Brown (2002, p.3) comenta que os economistas, os cientistas responsáveis em planejar o crescimento e desenvolvimento de uma nação, relegam o meio ambiente a uma área da ciência econômica “os economistas vêem o meio ambiente como um subconjunto da economia” (BROWN, 2002, p.3). Esta visão coloca o meio ambiente como um recurso, e como um recurso, este pode ser utilizado maximizando o retorno que pode proporcionar.

Em meados do século XIX a Revolução Industrial ganha força na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Os resíduos desse processo eram conhecidos, mas na época ainda não eram aparentes, a poluição de Londres pelo carvão utilizado nas

calefações e não tratado, e o mau cheiro no ar das cidades industriais, não eram preocupações porque não minimizavam o crescimento econômico. O Mundo parecia grande o suficiente para que toda aquela poluição fosse absorvida e reciclada pelo meio ambiente. Tinham certa razão, a população mundial era estimada em 1 bilhão de pessoas, a industrialização era restrita a poucos países, o Novo Mundo⁶⁴ eram terras novas, ricas e forneciam todos os subsídios para os países do Velho Mundo⁶⁵. Para os economistas da época a poluição gerada era um efeito irrelevante, tinham em mente que a natureza precisava ser domesticada.

Os ambientalistas do século XIX eram formados por donos de terras que tentavam proteger suas propriedades dos avanços industriais. Formados em ricas famílias, pregavam em seus conceitos, o não materialismo, e exigiam da sociedade o não enriquecimento pela industrialização. Atribuíaam à industrialização os problemas ambientais enfrentados naquele período e exigiam medidas para salvar a natureza, ou seja, suas terras. Esta posição de ecologistas elitistas é citada pelo autor como motivo para explicar, como até o final do século XX, observava-se a preocupação ambiental, com maior frequência, em países desenvolvidos e com origem agrária, e com menor intensidade dessa preocupação em países pouco desenvolvidos, e com uma população pobre. Silverstein (1993, p. 15).

Na década de 60 do século XX, formam-se movimentos principalmente no mundo acadêmico, motivados pelo livro escrito pela bióloga marinha Rachel Carson em 1962. “Silent Spring” explica os malefícios causados pelo uso do inseticida DDT - iclorodifeniltricloreto, e de uma maneira mais abrangente, como os processos manufatureiros e a agricultura em larga escala, podiam causar problemas para todos os ambientes. Esses estudos desencadearam debates acalorados, discutindo como os impactos gerados pela exploração econômica dos recursos ambientais para a promoção de riquezas, que apesar de abundantes, não estavam reduzindo as desigualdades mundiais. É nesse período que surgem os movimentos ecologistas⁶⁶ mais radicais, que dissemina o conceito de preservação total, ou melhor entendendo, que o mundo deveria parar de crescer para que os recursos naturais fossem preservados, e viam nesta atitude a única forma de salvar o planeta. Pode-

⁶⁴ Continente Americano

⁶⁵ Continente Europeu

⁶⁶ A ecologia – palavra proveniente do grego oikos (lar) – é o estudo do lar terra Partindo do conceito de ecologia Entende-se ecologista como quem se dedica a ou participa de ações ou movimentos conservacionistas ou ambientalista para a proteção da terra.

se tomar como exemplo desses movimentos o grupo Greenpeace⁶⁷, não desmerecendo seu papel de grupo que chamou a atenção mundial para grandes crimes ambientais, causados por negligência onde a sociedade aceitava a degradação ambiental para a promoção de riquezas, acreditando ser esses recursos naturais infindáveis. Silverstein (1993, p. 17).

O relatório “Limite para o Crescimento” de 1972 gerado para o Clube de Roma, permitiu os primeiros estudos científicos sobre a sustentabilidade ambiental. As discussões foram levadas também em 1972 à Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, onde o principal foco foi o impacto causado pela ação humana ao meio ambiente, e que este impacto poderia causar a insustentabilidade da própria vida humana sobre a face do planeta. Esta Conferência gerou a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo que reconhece o direito que as gerações atuais e futuras têm à vida em um ambiente sadio, e um Plano de Ação que convoca todos os agentes dirigentes dos países, organizações de representação mundial, para juntos buscar soluções para os problemas ambientais observados. Para auxiliar nos trabalhos a ONU - Organização das Nações Unidas cria a Pnuma - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em 1987 na Noruega a CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, elaborou o Relatório Brundtland (1987)⁶⁸ que comenta que o “Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Este relatório além de preocupar-se com o impacto econômico sobre o meio ambiente, também preocupa-se com a qualidade de vida e bem-estar das sociedades atuais, e não negligencia o direito a vida, com a mesma qualidade para as gerações futuras. Forma-se o tripé do conceito do Desenvolvimento Sustentável: economia; meio ambiente e sociedade.

Em 1992 acontece na cidade do Rio de Janeiro, Brasil a Cnuced - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Esta conferência tinha como objetivos avaliar a evolução dos países para a promoção da proteção ao meio ambiente desde a Conferência de

⁶⁷ Instituição sem fins lucrativos criada em 1971 no Canadá. Realiza trabalhos de em prol da defesa ao meio ambiente.

⁶⁸ O Relatório Brundtland foi publicado no Brasil com o título Nosso Futuro Comum pela editora da Fundação Getúlio Vargas

Estocolmo, e a conscientização e compreensão das necessidades comuns comprometendo os poderes políticos e a sociedade civil, e com características políticas aprovou a Declaração do Rio e a Agenda 21.

Em 2002 as Nações Unidas promovem uma nova reunião global em Johannesburg, África do Sul, que permitiu aos líderes mundiais buscar formas de cooperar para promover o desenvolvimento sustentável.

O termo Desenvolvimento Sustentável é utilizado quando o assunto é meio ambiental. Para esse termo foram elaboradas várias definições, que envolvem com maior ênfase a economia, a proteção ambiental, entre outros temas. Neste trabalho é adotado o conceito de desenvolvimento sustentável elaborado e publicado por Silva (2005, cap.1, p.37), “Desenvolvimento Sustentável é um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para o global”. Tem-se como hipótese que a promoção da agricultura orgânica nos diversos municípios da região metropolitana de Curitiba, irá auxiliar no Desenvolvimento Sustentável da mesma região, isto é, do local para o global.

Pelo exposto entende-se que a agricultura desenvolvida pelo sistema orgânico pode ser um meio para a promoção do desenvolvimento sustentável. Esta forma de cultivar a terra é intensiva em mão-de-obra, ocupando os integrantes familiares e oferecendo uma alternativa à deixar o campo e se concentrar nas grandes cidades, por ofertar uma maior renda, além de buscar minimizar o impacto gerado no meio ambiente pela intervenção humana, pode-se observar que as premissas básicas para o do Desenvolvimento Sustentável são atendidas. No estudo realizado pelo CEAO (2002, p.3) comenta-se que “A produção orgânica é caracterizada por proprietários de áreas de pequeno e médio porte, com pequena capacidade de investimento e que contam majoritariamente com a mão-de-obra familiar para a condução da cultura”.

Vale destacar que apesar da agricultura desenvolvida pelo sistema orgânico permitir a promoção do desenvolvimento sustentável, este desenvolvimento pode não ocorrer, devido a distorções e não observação dos critérios do conceito do desenvolvimento sustentável.

No quadro 5 observa-se as dimensões do conceito de Desenvolvimento Sustentável adotado neste estudo e características da agricultura orgânica.

QUADRO 5 - AGRICULTURA ORGÂNICA E CONVENCIONAL VERSUS O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA	CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA CONVENCIONAL
ESPACIAL	Busca a produção e o desenvolvimento do local preocupando-se em minimizar os impactos gerados pela ação humana.	Busca a maior produção possível no local disponibilizado para a cultura sem se preocupar com os possíveis impactos, sendo estes impactos sendo minimizados por ações legais. As propriedades são caracterizadas muitas vezes por latifúndios.
SOCIAL	Por ser intensiva em mão-de-obra busca ocupar a sociedade local tentando manter seus integrantes no local promovendo qualidade de vida.	Preocupa-se com a maior rentabilidade dos recursos, inclusive com a mão-de-obra, promovendo em muitos casos a substituição da mão-de-obra humana por máquinas.
AMBIENTAL	A não degradação dos recursos naturais, sendo a natureza fonte de realimentação do sistema.	A natureza somente é protegida quando existe uma determinação legal. São geralmente cultivadas monoculturas que acabam empobrecendo a diversidade de fauna e flora local.
CULTURAL	O respeito pelos conhecimentos locais para a solução dos problemas no cultivo, desde que estas soluções estejam dentro das normas estabelecidas pela lei.	Os conhecimentos utilizados na produção são os trazidos pelos técnicos ou engenheiros agrônomos, sendo que os conhecimentos locais não são considerados.
ECONOMICA	A promoção de renda para as populações locais com a redução de custos para a manutenção das propriedades e preço mais elevado, pelo valor agregado gerado pela produção com proteção do meio ambiente.	Busca-se grandes produções com menor custo para a elevação dos lucros.

FONTE: Elaborada pela autora utilizando como as dimensões o conceito elaborado por Silva 2005.

SILVA (2006, p. 15) “pela própria base conceitual, o desenvolvimento sustentável é histórico e deve ser escrito todos os dias”, isto é as dimensões da sustentabilidade para a promoção do Desenvolvimento Sustentável não são estáticas e dependem das pessoas locais, para sua manutenção e consolidação.

No conceito de Desenvolvimento Sustentável utilizado neste estudo fala em dimensões que promovem a sustentabilidade. Essa sustentabilidade pode ser entendida como a manutenção do desenvolvimento sustentável, isto é, os pontos que devem ser observados em uma sociedade para que o Desenvolvimento Sustentável possa ser possível, é como dividir o conceito em pontos a serem promovidos e vistoriados como uma lista de conferência, onde o sucesso depende de que todos aqueles pontos estejam desenvolvidos corretamente.

2.8 ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA

O grupo de feirantes/agricultores desta pesquisa residem em áreas de proteção ambiental, também conhecidos como APAs. Por este motivo buscou-se conhecer um pouco mais sobre o assunto, visto que pela tendência apresentada na regulamentação de uma das APAs, a tendência é a promoção da agricultura orgânica e o desestímulo a agricultura convencional.

O setor administrativo público do Estado do Paraná têm mostrado preocupação com o rumo tomado pelo crescimento urbano na região metropolitana de Curitiba. Essa preocupação torna-se visível na década de 90 do século XX. Principalmente no tocante ao assunto do abastecimento de água para a população que estava crescendo à altas taxas devido ao plano de industrialização, que atraiu várias indústrias e com elas uma multidão de pessoas que começou a ocupar a Capital e sua região metropolitana de maneira indiscriminada. A preocupação com os mananciais pode ser observada pela criação de APA que são compostas pelas frágeis regiões de mananciais que circundam o município de Curitiba. Esta preocupação se justifica por afirmações realizadas por especialistas, como Andreoli (2003, p. 24), que comenta que se não houver programas efetivos de conservação de mananciais, os recursos hídricos da RMC esgotará entre os anos de 2030 à 2040.

Os programas de conservação das APAs não podem ser isolados, pois são sistemas que se interligam, sendo que ações em uma região geram conseqüências em outras.

Oliveira (2006, p. 89) “Nas regiões metropolitanas, nenhuma cidade pode ser considerada como entidade independente mas sim como parte de um todo. As cidades satélites e a cidade central (pólo) precisam ser encaradas como um sistema vivo. Cada município empenhando-se na busca do bem-estar comum”.

Na Lei nº9.985 de 18 de julho de 2000, APA é definida como:

“uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

A Região Metropolitana de Curitiba está inserida em uma região de APAS – Áreas de Proteção Ambiental composta por sete áreas. Estas áreas possuem aproximadamente a extensão de 649.352,93 hectares⁶⁹ e estão assim divididas:

APA Estadual do Passaúna: criada pelo Decreto Estadual nº. 458 de 05 de

⁶⁹ 1 hectare no Paraná equivale a 10.000 m².

junho de 1991, fazem parte os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo e Curitiba e totalizam de extensão 16.020,04 hectares onde está localizada a Bacia Hidrográfica do Rio Passaúna. Tem por objetivo “a proteção e a conservação da qualidade ambiental e dos sistemas naturais ali existentes, em especial a qualidade e a quantidade de água para fins de abastecimento público”.

O Decreto Estadual 458 é complementado pelo Decreto Estadual nº. 832 de 26 de maio de 1995 que aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Passaúna, que atualiza os zoneamento estipulado no decreto de criação e pelo Decreto Estadual nº. 5063 de 21 de novembro de 2001 que atualiza o zoneamento Ecológico-Econômico estipulado pelo Decreto Estadual nº. 832.

APA Estadual de Guaratuba: criada pelo Decreto Estadual nº. 1.234 de 27 de março de 1992, fazem parte desta APA os municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes, totalizando uma extensão territorial de 199.596,51 hectares, entre seus objetivos estão a proteção da rede hídrica e o uso racional dos recursos naturais.

APA Estadual do Pequeno: criada pelo Decreto Estadual nº. 1.752 de 06 de maio de 1996 e localizada no município de São José dos Pinhais, é composta por 6.200 hectares onde está localizado a Bacia Hidrográfica do Rio Pequeno. Entre seus objetivos está a proteção e manutenção da qualidade e quantidade da água para o abastecimento público.

APA Estadual do Piraquara: criada pelo Decreto Estadual nº. 1.754 de 06 de maio de 1996 e localizada no município de Piraquara, é composta por 8.881 hectares onde está localizada a Bacia Hidrográfica do Rio Piraquara. Entre seus objetivos está a proteção e manutenção da qualidade e quantidade da água para o abastecimento público.

APA Estadual do Rio Verde: criada pelo Decreto Estadual nº. 2.375 de 28 de setembro de 2000 e localizada nos municípios de Araucária e Campo Largo, é composta por 14.756 hectares onde está localizada a Bacia Hidrográfica do Rio Verde. Entre seus objetivos está a proteção e manutenção da qualidade e quantidade da água para o abastecimento público.

APA Estadual do Rio Iraí: criada pelo Decreto Estadual nº. 1.753 de 06 de maio de 1996 e localizada nos municípios de Colombo, Piraquara, Pinhais e Quatro Barras, é composta por 11.536 hectares onde está localizada a Bacia Hidrográfica do Rio Iraí. Entre seus objetivos está a proteção e manutenção da qualidade e quantidade da água para o abastecimento público.

APA Estadual da Escarpa Devoniana: criada pelo Decreto Estadual nº. 1.231 de 27 de março de 1992 e localizada nos municípios, Porto Amazonas, Lapa, Balsa Nova, Palmeiras, Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés, é composta por 392.363,38 hectares onde está localizada a Bacia Hidrográfica do Rio Iraí. Tem como objetivo assegurar a proteção do limite natural entre o primeiro e segundo planalto Paranaense.

A APA da Escarpa Devoniana é a única das áreas e proteção ambiental que possui um plano de manejo aprovado. O plano de manejo foi aprovado em 2004 e sua elaboração envolveu o governo do estado do Paraná, IAP, Sema, além de representantes dos governos municipais locais e empresa privada contratada para a realização do relatório.

O Plano de Manejo da APA da Escarpa Devoniana comenta que o uso de produtos químicos agride o meio ambiente de forma invisível. O uso indiscriminado de fertilizantes e agrotóxicos tem causando a contaminação de recursos hídricos, além de prejudicar a fauna e flora local. Define a proibição da utilização de agrotóxicos, fungicidas e pesticidas mencionados pela Portaria 36/Bsb⁷⁰ da Secretaria de Saúde. O mesmo relatório alerta que existe a utilização indiscriminada de agrotóxicos e coloca a fiscalização como prioridade, recomendando a introdução da agricultura de manejo orgânico.

A iniciativa do poder público é louvável, mas deve-se sempre observar o local à qual estas APAS estão instaladas. SILVA (2006. p. 25) comenta que “A construção de um projeto de desenvolvimento local não pode passar despercebida das pessoas”. Além das pessoas deve-se observar que a influências dessas pessoas podem gerar resultados distintos, mesmo que a origem do problema seja igual.

“Alguns modelos de gestão do desenvolvimento local tentam ser replicados a diversos locais, sem se compreender que, por mais que se coincidam os indicadores, as pessoas são diferentes. A vontade, capacidade e liderança são constituídas de forma distinta e podem implicar resultados diferentes ao mesmo modelo.” SILVA (2006. p. 25)

É somente com as pessoas e respeitando as dimensões da sustentabilidade que será possível à conservação das áreas e a promoção do desenvolvimento sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

⁷⁰ Os produtos mencionados na portaria 36/Bsb são: Aldrin, BHC, Chlordano, DDD (TDE), DDE, DDT, Dieldrin, Endosulfan, Endrin, HCB, Heptacloro, Lindane (BHC), Metoxicloro, Toxofeno (Campheclor), Dysiston (Disulfaton), Ethion, Malathion, Metil-Parathion, Naled, Parathion, Phosdrin (Mesinphos), Vapona (Diclor-vos).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A proposta de pesquisa descrita é motivada pela crescente demanda por respostas que indiquem soluções para a manutenção da sustentabilidade da vida no planeta.

A busca pela sustentabilidade primariamente foi uma preocupação de outras ciências, como por exemplo, a Ecologia, inserida no campo de conhecimento das ciências naturais.

Sachs (2002, p. 31) apresenta sua preocupação sobre a necessidade de uma visão mais integrada entre as ciências comenta “precisa-se de uma abordagem holística e interdisciplinar, em que cientistas naturais e sociais desenvolvam trabalhos em conjunto”. Considerando esta afirmação, entende-se que estudos integrando várias linhas de conhecimentos são necessários e relevantes e atendem ao objetivo da busca por um desenvolvimento sustentável e da linha de pesquisa pretendida, “Sustentabilidade.e Desenvolvimento Local”.

A agricultura de manejo orgânico/agroecológico é uma das formas de produção que respeita a sustentabilidade do local ao qual está inserida (ASSIS, 2006, p. 77). Apesar desta constatação e pelas normas que regem este manejo, ainda existem controvérsias sobre os benefícios trazidos pela mudança do manejo convencional para o manejo orgânico/agroecológico. O tema tem motivado vários estudos sobre os benefícios ou malefícios causados, mas os problemas locais enfrentados pelos agricultores que optam por converter suas propriedades para o manejo orgânico nem sempre são observados de maneira mais atenciosa.

O tema se mostrou relevante na região metropolitana de Curitiba devido a legislação em vigor que trata das APAs – Áreas de Proteção Ambiental, Lei nº. 9.804 de 03 de janeiro de 2000, que proíbe o uso de poluentes no solo na região de mananciais da região, e pela vocação agrícola do estado, e neste inserido as cidades que compõem a região metropolitana de Curitiba.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Do ponto de vista da sua natureza, segundo Silva e Menezes (2005), esta pesquisa é classificada como uma pesquisa aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, é uma pesquisa quali-quantitativa, pois se utiliza tanto da abordagem quantitativa quanto da qualitativa do problema, sendo que para Silva e Menezes (2005):

- Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).
- Pesquisa Qualitativa: Não requer necessariamente o uso de métodos e técnicas estatísticas. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Oliveira (1997, p.116) caracteriza o método qualitativo por “não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema”.

Optou-se por esta classificação baseando-se pela afirmação de Goode e Hatt (1968, apud, OLIVEIRA, 1997, p. 116) onde comentam que: “...a pesquisa moderna deve rejeitar como falsa a dicotomia a separação entre estudos qualitativos e quantitativos ou entre ponto de vista estatístico e não estatístico, em virtude de que não existe importância com relação à precisão das medidas, uma vez que o que é medido continua a ser uma qualidade”.

Apesar da predominância qualitativa, análise quantitativa é necessária no momento do levantamento dos problemas relatados pelos agricultores e posteriormente na apuração dos resultados das entrevistas. Bardin (1977, p. 115) a análise quantitativa “obtem dados descritivos utilizando método estatístico”.

Do ponto de vista de seus objetivos é uma pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória tem como característica a flexibilidade que permite ao pesquisador realizar considerações variadas sobre o fato estudado. Essa característica se mostra importante nesse estudo, pois se pretende estudar os problemas encontrados por agricultores de manejo orgânico na comercialização de seus produtos.

Gil (2002, p.41) comenta em sua obra que a pesquisa exploratória envolve o levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos (GIL, 1991), esta pesquisa

enquadra-se como um levantamento, pois “envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

3.3 MATERIAIS E MÉTODOS

Devido a amplitude do tema, buscou-se identificar a principal demanda trazida pelos agricultores orgânicos.

Para a identificação desta demanda, em conjunto com os agricultores, optou-se por utilizar as duas primeiras etapas do método participativo Design Macroergonômico – DM (FOGLIATO E GUIMARÃES, 1999): i) Identificação do usuário e coleta organizada de informações, ii) Priorização dos Itens de Demanda identificados pelos usuários (componentes do sistema).

O método DM foi desenvolvido para o levantamento de demandas macroergonômicas dos usuários de sistemas industriais onde são relatadas várias queixas, mas é difícil se estabelecer a priorização destas queixas. A mesma realidade foi encontrada neste estudo, onde ouvia-se várias queixas sobre a comercialização, mas não conseguia-se estabelecer os problemas mais relevantes para o momento estudado. Para se adequar a realidade desta pesquisa, ou seja, uma pesquisa social, foram necessárias adequações no método utilizado para identificar e priorizar as queixas dos agricultores. No método DM o usuário é normalmente o trabalhador da indústria e para este estudo o usuário é o agricultor de manejo orgânico/agroecológico. As demandas no método DM são as queixas apresentadas com a realização do trabalho, neste estudo, as demandas são os problemas percebidos pelos agricultores orgânicos/agroecológicos.

3.3.1 Identificação do usuário

Os usuários participantes deste estudo são os agricultores orgânicos/agroecológicos que comercializam nas Feiras Orgânicas, conhecidas também como Feiras Verdes da cidade de Curitiba.

Optou-se em realizar entrevistas em todas as Feiras Orgânicas/ Agroecológicas existentes na cidade de Curitiba, para abranger todos os feirantes que atuam nestes locais. Para identificar estas feiras utilizaram-se os endereços disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Curitiba em sua página de eletrônica www.curitiba.pr.gov.br. Os endereços estão apresentados na tabela 3.

TABELA 3 - FEIRAS ORGÂNICAS NA CIDADE DE CURITIBA DIVULGADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

NOME	COMPLEMENTO ENDEREÇO	BAIRRO	ATENDIMENTO
Campina do Siqueira	Ao lado do Terminal Campina do Siqueira	Campina do Siqueira	Funciona às terças-feiras, das 7h às 12h.
EMATER	Em frente à EMATER	Cabral	Funciona às quartas-feiras das 7h às 12h.
Expedicionário	Praça do Expedicionário	Centro	Funciona às quartas-feiras, das 7h às 12h.
Jardim Botânico	Praça da Igreja Santo Antônio	Jardim Botânico	Funciona aos sábados das 7h30 às 12h.
Passeio Público	Passeio Público	Centro	Funciona aos sábados, das 7h às 12h.
Praça do Japão	Final av. sete de setembro.	Água Verde	Funciona às quintas-feiras, das 15h às 20h.
Prefeitura	Prefeitura Municipal de Curitiba.	Centro Cívico	Funciona às quartas-feiras, das 7h às 12h.

FONTE: Secretária de Abastecimento da Prefeitura Municipal de Curitiba. Divulgado em novembro de 2007.

Na tabela 4 estão apresentados os endereços das Feiras Orgânicas não divulgadas pela Prefeitura de Curitiba. A divulgação destes endereços é feita pelos próprios feirantes nas Feiras Orgânicas tradicionais.

Os entrevistados nas feiras do Cabral e Praça da Ucrânia comentaram que estes endereços não estão sendo divulgados pelo motivo da não inauguração oficial pelos órgãos competentes municipais, mas que as feiras já estão funcionando aproximadamente desde abril de 2007.

TABELA 4 - FEIRAS ORGÂNICAS QUE ACONTECEM NA CIDADE DE CURITIBA NÃO DIVULGADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA EM 2007.

NOME	COMPLEMENTO ENDEREÇO	BAIRRO	ATENDIMENTO
Cabral	Na Praça São Paulo da Cruz	Cabral	Funciona às quintas-feiras, das 7h às 12h.
Praça da Ucrânia	Na Praça da Ucrânia	Bigorriho	Funciona aos sábados das 7h às 12h.

Fonte: Elaborada pela autora baseada no levantamento preliminar de julho/2007.

Para a etapa inicial deste estudo, buscou-se entrevistar alguns agricultores a fim de elaborar um conjunto inicial de itens de demandas. Nesta etapa não existe número definido ou ideal de entrevistas, e desta etapa participaram voluntariamente oito feirantes/agricultores orgânicos/agroecológicos.

Observou-se nas oito entrevistas realizadas que os feirantes que atuam nas feiras são oriundos das várias cidades da região metropolitana de Curitiba, e que além das feiras, atuam ou atuaram em outros canais de comercialização e

geralmente realizam os mesmos comentários sobre a situação da agricultura orgânica enfrentada pelos produtores orgânicos/agroecológicos.

Com base nestes itens de demandas é possível elaborar um formulário adequado para a realização das entrevistas para todo o público alvo, que no caso é composto de trinta seis feirantes. As demandas identificadas servem de norte para a elaboração das entrevistas estruturadas utilizadas para a coleta dos dados da pesquisa. Barros (2000, p. 91) comenta que nas entrevistas estruturadas as questões são previamente formuladas. Optou-se por formulários devido ao público alvo e ao local de coleta dos dados que foram as Feiras Orgânicas existentes na cidade de Curitiba em novembro de 2007.

3.3.2 Priorização dos itens de demanda identificados

A idéia desta etapa foi identificar as principais preocupações manifestadas pelos agricultores. Adotou-se a entrevista não estruturada e espontânea como estratégia de identificação da demanda, conforme sugerido pelo DM na etapa ii. Silva e Menezes (2005) na entrevista não estruturada “o pesquisador busca através de conversação dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, ou seja, os aspectos considerados relevantes de um problema de pesquisa”.

Foram realizadas oito entrevistas com agricultores das Feiras Orgânica, escolhidos de maneira aleatória, no mês de julho de 2007. Foram entrevistados aproximadamente 30% dos feirantes que atuam nas feiras orgânicas na cidade de Curitiba em dois dias distintos. Nas entrevistas a questão apresentada foi “Qual o principal problema hoje para se comercializar produtos orgânicos”. Buscou-se não induzir as respostas apresentadas pelos entrevistados. Estas entrevistas foram gravadas e posteriormente analisadas.

Na análise dos resultados das entrevistas não estruturada para o levantamento dos itens de demanda, foi utilizada a seqüência de análise apresentada por Bitencourt (2005).

As respostas foram tabuladas em planilha Excel e analisadas. Foram expurgadas as informações não pertinentes⁷¹, e agrupadas as respostas por

⁷¹ Da análise das informações levantadas foram retirados assuntos não pertinentes à pesquisa, por exemplo. O assunto é a forma de venda dos produtos e as dificuldades encontradas e durante a

afinidade, ou seja, as respostas semelhantes foram consideradas como um mesmo item de demanda.

A tabulação das respostas de todos os respondentes permitiu o estabelecimento de um ranking de importância quanto à demanda dos usuários, ou seja, um ranking de importância dos problemas apresentados pelos agricultores orgânicos/agroecológicos.

Para efeito de priorização dos itens de demanda, a ordem de menção de cada item foi utilizada como peso de importância pelo recíproco da respectiva posição; ou seja, a resposta dada como o primeiro problema é atribuído o peso 1/p. Dessa forma, o primeiro fator mencionado receberá o peso $1/1 = 1$, o segundo $1/2 = 0,5$, o terceiro $1/3 = 0,33$ e assim sucessivamente.

Na tabela 5 pode-se observar a frequência de citações realizadas pelos entrevistados na primeira entrevista não estruturada.

TABELA 5 - FREQUÊNCIA DAS DEMANDAS IDENTIFICADAS NAS ENTREVISTAS.

ITENS DE DEMANDA(1)	ENTREVISTADOS							
	E-I	E-II	E-III	E-IV	E-V	E-VI	E-VII	E-VIII
Carência de apoio governamental		1/4+1/8+1/9+		1/4		1/1+1/2+ 1/3+1/5+ 1/14+1/15 +1/8+1/9+	1/1+1/4+ 1/5+1/16+ 1/19+1/6+ 1/7+1/8+	1/1+1/4+ 1/7+1/8+ 14+1/15+1/18 +1/19+1/20+1/21+1/22
Comparativo de preços entre canais de comercialização	1/1+1/3+ 1/5+1/7+ 1/9+1/11+ 1/12+1/13 +1/15+ 1/17+1/18	1/2+1/4			1/1+1/4+1/5 +1/8+1/2+ 1/6+1/9+ 1/10+1/11	1/12+1/13	1/9	1/2+1/17
Infra-estrutura para comercialização				1/1+1/2 +1/3		1/6+1/7+ 1/10+1/18	1/2+1/3+ 1/17+1/18	

Continua

conversa comenta-se sobre formas de “combate de pragas na lavoura”. O combate de pragas na lavoura não faz parte do tema do estudo.

		Conclusão						
ITENS DE DEMANDA(1)	FEIRANTES							
	E-I	E-II	E-III	E-IV	E-V	E-VI	E-VII	E-VIII
Esclarecimento do público consumidor			1/4		1/3+1/7+ 1/12+1/13 +1/14	1/1+1/2+ 1/3		1/3
Diversificação da oferta de produtos	1/16	1/11	1/1+1/2 +1/3					
Comparação de preços entre praças	1/2+1/4+ 1/6+1/8+ 1/10+1/14							
Entraves para a exportação	1/19	1/1						
Barreiras de acesso para comercializar em supermercados			1/5+1/6 +1/7				1/10+1/11+ 1/12+1/13	
Falta de visão gerencial		1/3						

FONTE: Elaborada pela autora baseada no levantamento preliminar de julho/2007.

NOTA (1): Obedecendo a priorização do itens de demanda do método DM, os assuntos abordados na entrevista não estruturada. Ex. (1/1), significa que este foi o primeiro assunto citado pelo entrevistado. (1/4) significa que o assunto foi abordado no quarto comentário realizado pelo entrevistado. (1/5+1/9) significa que o assunto foi abordado no quinto comentário realizado pelo entrevistado e no nono comentário.

Na tabela 6, é possível visualizar os itens de demanda por ordem de importância. Pode-se observar que o item mais citado pelos agricultores orgânicos/agroecológicos é o item “Carência de apoio governamental”, pela metodologia utilizada entende-se que este é o principal entrave para o crescimento da oferta da Agricultura Orgânica na região metropolitana de Curitiba, pelo peso atribuído, 7,74, na visão dos entrevistados.

O item menos citado pelos agricultores é a “Falta de visão gerencial”, sendo considerada pelos agricultores como item relevante, mas com pouco peso para o desenvolvimento da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba.

Vale lembrar que nesta etapa os resultados apresentados, são unilaterais e representam apenas a opinião de uma parcela dos entrevistados, não sendo necessariamente e expressão da verdade, por não considerar toda população entrevistada e por ainda não sofrer a confrontação com os dados levantados na

teoria. Esta etapa é apenas para auxiliar na elaboração de um formulário de entrevista relevante e coerente.

TABELA 6 - PESO DOS ITENS DE DEMANDA.

ITENS DE DEMANDA(1)	FEIRANTES								TOTAL
	E-I	E-II	E-III	E-IV	E-V	E-VI	E-VII	E-VIII	
Carência de apoio governamental		0,59		0,25		2,62	2,14	2,14	7,74
Comparativo de preços entre canais de comercialização	2,22	0,75			2,54	0,16	0,11	0,56	6,34
Infra-estrutura para comercialização				1,83		0,47	0,95		3,25
Esclarecimento do público consumidor			0,25		0,71	1,83		0,33	3,12
Diversificação da oferta de produtos	0,06	0,09	1,83						1,98
Comparação de preços entre praças	1,21								1,21
Entraves para a exportação	0,05	1,00							1,05
Barreiras de acesso para comercializar em supermercados		0,51					0,35		0,86
Falta de visão gerencial		0,08							0,08

FONTE: Elaborada pela autora baseada no levantamento preliminar de julho/2007.

NOTA (1): Os valores dos itens demanda são gerados pela soma das seqüências das citações apresentadas na tabela 4, ($1/4 = 0,25 + 1/2 = 0,5 = 0,75$).

Para elaborar os formulários de pesquisa, os itens de demanda apresentados na tabela 6 foram agrupados em quatro assuntos a seguir na tabela 7.

No grupo “Serviços Públicos para Agricultura Orgânica” foram agrupados os itens Carência de apoio governamental, Infra-estrutura para comercialização e Entraves para exportação. No grupo Marketing foram agrupados os itens Comparativo de preços entre canais de comercialização, Esclarecimento do público consumidor e Comparação de preços entre praças. No grupo Gestão foram agrupadas os itens Diversificação da oferta de produtos e Falta de visão gerencial. No grupo Canais de Comercialização foi considerado o item Barreiras de acesso para comercializar em supermercados.

TABELA 7 - PESO DOS ITENS DE DEMANDA. APÓS AGRUPAMENTO POR AFINIDADES

ITENS DE DEMANDA	FEIRANTES								TOTAL
	E-I	E-II	E-III	E-IV	E-V	E-VI	E-VII	E-VIII	
Serviços Públicos para Agricultura Orgânica	0,05	1,59	0,00	2,08	0,00	3,08	3,09	2,14	12,04
Marketing	3,43	0,75	0,25	0,00	3,25	1,99	0,11	0,89	10,68
Gestão	0,06	0,17	1,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,07
Canais de Comercialização	0,00	0,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	0,00	0,86

FONTE: Elaborada pela autora baseada no levantamento preliminar de julho/2007.

A soma dos pesos relativos a cada item dá o ranking dos itens que serviu de guia para a elaboração dos formulários de entrevistas aplicados com todos os feirantes que atuam nas feiras orgânicas/agroecológicas na cidade de Curitiba.

O resultado dessas entrevistas irá indicar os principais problemas e as causas, permitindo assim a pesquisadora sugerir possíveis alternativas de solução.

3.3.3 Entrevistas

Após a priorização dos itens de demanda, elaborou-se o formulário de entrevista⁷². Este formulário foi utilizado para a realização das entrevistas com todos os feirantes que atuam nas nove Feiras Orgânicas de Curitiba.

O formulário de pesquisa é composto por 57 questões agrupadas em 5 constructos distintos, contemplando questões abertas e fechadas, dispostos conforme demonstração da tabela 8:

TABELA 8 - FORMULÁRIO DE PESQUISA

CONSTRUCTO	GRUPO DE QUESTÕES	OBJETIVOS
1	Questões de 1 à 12	Caracterizar o entrevistado
2	Questões 13.1.1 à 13.7.5	Verificar o grau de conhecimento e acesso dos agricultores aos serviços públicos destinados para o setor.
3	Questões 14.1 à 14.4	Estabelecer as formas de divulgação dos produtos orgânicos pelo público entrevistado
4	Questões 15.1 à 15.8	Levantar as formas de gerenciamento realizadas pelos entrevistados em suas propriedades
5	Questões 16.1 à 16.6	Buscar as formas utilizadas para a comercialização dos produtos orgânicos/agroecológicos pelos entrevistados
6	Questões 17.1 à 17.4	Perceber a expectativa do produtor para o futuro

FONTE: Formulário de pesquisa realizada em nov./2008.

⁷² O modelo do formulário de entrevista pode ser conferido no apêndice 2 deste trabalho.

Para abranger todo o público, foram visitadas as Feiras Orgânicas, iniciando-se as entrevistas no dia 10 de novembro de 2007 e finalizando em 17 de novembro de 2007.

Foi necessária a utilização de dois sábados devido ao fato de acontecerem três feiras em locais distintos no sábado, Passeio Público; Praça da Ucrânia e; Jardim Botânico.

As entrevistas foram realizadas durante o período das feiras, conforme horários já apresentados nas tabelas 3 e 4, respeitando o fluxo de clientes e o tempo necessário de atendimento de cada um deles.

Este procedimento permitiu à entrevistadora interagir com os clientes, e captar seus comentários, sobre a qualidade e falta de alguns produtos, tornando as análises mais ricas, pois estes fatos estimulavam também comentários dos entrevistados.

Além do preenchimento manual em formulário de papel, as entrevistas foram gravadas, o que possibilitou no momento das análises nova consulta do contexto de algumas afirmações.

Para realizar o estudo foram utilizados fontes de dados primários e secundários na pesquisa bibliográfica e documental.

Os dados secundários para a fundamentação do tema foram coletados através de livros, artigos, teses, periódicos, revistas especializadas, junto a órgãos governamentais como o IPARDES, TECPAR, IAPAR, IAP, Embrapa, Secretária da Agricultura do Estado do Paraná, Secretária do Meio Ambiente do Estado do Paraná, FIEP, Prefeitura Municipal de Curitiba, Banco do Brasil e BNDES. Para Ferrari (1982, p. 235) dados secundários “são contribuições que já foram analisadas e geralmente publicada”.

Os dados primários são os resultados do levantamento realizado através das entrevistas estruturadas aos agricultores orgânicos/agroecológicos e conforme disponibilidade, aos especialistas da área. Para Ferrari (1982, p.234), dados de origem primária, “são de natureza inédita, primários, recolhidos, organizados e formulados pelo pesquisador”.

Observou-se nas Feiras Orgânicas a existência de mais de uma família de agricultores compartilhando a mesma barraca. Esta constatação explica a informação apurada na etapa do levantamento preliminar quando foi informado existirem trinta e seis famílias de agricultores atuando nas Feiras Orgânicas do município.

Na tabela 9 é possível verificar o número de barracas existentes nas feiras no período de 10 a 17 do mês de novembro.

TABELA 9 - SEQUÊNCIA DE ENTREVISTAS REALIZADAS NAS FEIRAS ORGÂNICAS/AGROECOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – NOV/2007

NOME	BARRACAS	ENTREVISTAS	OBSERVAÇÕES
Cabral	5 barracas	5 entrevistas	
Campina do Siqueira	7 barracas	3 entrevistas	4 feirantes entrevistados em outras feiras
EMATER	3 barracas	2 entrevistas	1 feirante entrevistado em outra feira
Expedicionário	4 barracas	1 entrevista	3 feirantes entrevistados em outras feiras.
Jardim Botânico	6 barracas	2 entrevistas	4 feirantes entrevistados em outras feiras
Passeio Público	15 barracas	11 entrevistas	4 feirantes entrevistados em outras feiras.
Praça da Ucrânia	6 Barracas	1 entrevista	5 feirantes entrevistados em outras feiras.
Praça do Japão	4 barracas	1 entrevista	3 feirantes entrevistados em outras feiras.
Prefeitura	2 barracas	1 entrevista	1 feirante se recusou a responder a entrevista
Nove feiras	52 barracas	27 entrevistas	24 barracas repetidas entre as feiras

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba.

Observou-se que cada uma das famílias atua pelo menos em duas feiras orgânicas durante a semana.

3.3.4 Análise de consistência do formulário de entrevista

A segunda etapa do levantamento de dados consistiu na realização da segunda etapa das entrevistas, conforme o modelo apresentado no apêndice 2 deste trabalho.

A consistência das informações apresentadas foi apurada pelo Alfa de Cronbach.

O alfa de Cronbach se baseia em correlações entre variáveis calculadas pela razão entre covariâncias e variâncias. Quanto mais as variações conjuntas entre as diferentes medidas de o fenômeno superarem as variações individuais, melhor será a confiabilidade do construto. Do mesmo modo, quanto mais indicadores forem mensurados, maior será essa confiabilidade. (Pereira, 1999 apud Sellitto e Ribeiro 2004).

Para calcular o alfa de cronbach k é o número de indicadores que compõem o construto latente e cov e var são, respectivamente, as covariâncias e as variâncias dos indicadores.

$$\alpha = \frac{k \cdot \left(\frac{\overline{\text{COV}}}{\text{var}} \right)}{1 + (k - 1) \left(\frac{\overline{\text{COV}}}{\text{var}} \right)}$$

FIGURA 1. FORMULA ALFA DE CRONBACH

Estas entrevistas foram realizadas nas feiras orgânicas/agroecológicas localizadas no mês de novembro/2007 na cidade de Curitiba.

Para avaliar a consistência dos resultados das entrevistas estruturadas foi utilizada a ferramenta Alfa Cronbach. De acordo com Cronbach (1951), os valores de alfa maiores ou iguais a (0,55) indicam uma boa consistência interna. Para tanto as questões foram agrupadas em cinco constructos diferentes por critérios de afinidade: serviços públicos para a agricultura orgânica, marketing, gestão, canais de comercialização e perspectivas para o futuro. Para análise estatística dos dados coletados foi utilizado o software SPSS.

As respostas tabuladas nos constructos propostos não apresentaram consistência, a seguir apresentam-se os valores alfa gerados:

- 1º constructo: serviços públicos para a agricultura orgânica = 0,3684.
- 2º constructo: marketing = -0,0846
- 3º constructo: gestão = -1,4564
- 4º constructo: canais de comercialização = -0,5990
- 5º constructo perspectiva para o futuro = 0,2698

A inexistência de consistência nas respostas apresentadas refere-se: ao tamanho reduzido da população entrevistada, apenas 27 entrevistados; e pela variabilidade das respostas apresentadas; e pela variação de assuntos dentro de um mesmo constructo.

Realizando ajuste, e considerando dentro de cada um dos constructo, sub-constructos, conseguiu-se alcançar a consistência em alguns dos temas, como por exemplo, quando assunto é “linhas de financiamento”, alcança-se alfa 0,7076, demonstrando que existe e consistência quando considerando apenas um assunto de cada um dos constructos.

3.3.5 Teste não-paramétrico

Para verificar a correlação entre as respostas apresentadas pelos entrevistados, utilizou-se a estatística não-paramétrica, que pode ser definida como:

A estatística Não-Paramétrica pode ser definida como uma coleção de métodos estatísticos aplicada a conjuntos de dados onde a suposições distribucionais necessárias para aplicação de uma técnica clássica (Intervalo de Confiança, Teste de Hipótese) não são satisfatoriamente atendidas. Universidade Federal do Paraná – Departamento de Estatística (2001, p. 11).

Para as respostas obtidas nas entrevistas realizadas utilizou-se o teste não-

paramétrico χ^2 (Qui-Quadrado). É uma prova de aderência útil para comprovar se a freqüência esperada em pelo menos duas variáveis testadas, considerado as seguintes hipóteses:

- Hipótese nula, H_0 = não existe freqüência, ou seja, associação entre os dados testados, as variáveis são independentes.
- Hipótese alternativa H_a = existe freqüência, ou seja, associação entre os dados testados, as variáveis são dependentes.

O método para calculo é dado primeiramente a definição da hipótese nula como proporção esperada definida pela distribuição de probabilidade em questão. Posteriormente testa-se se as freqüências observadas diferem muito das freqüências esperadas pela seguinte fórmula:

$$\chi^2 = \frac{\sum (O - E)^2}{E} \quad \text{Onde,} \quad \begin{array}{l} O \rightarrow \text{Freqüência Observada} \\ E \rightarrow \text{Freqüência Esperada} \end{array}$$

Os valores críticos de χ^2 devem ser consultados na tabela de χ^2 , assim é possível definir o nível de significância e os graus de liberdade:

$$g.l = (r - 1) (k - 1) \quad \text{Onde,} \quad \begin{array}{l} r \rightarrow \text{número de linhas} \\ k \rightarrow \text{número de colunas} \end{array}$$

Deve observar as exigências, como por exemplo, o número de células, com freqüência esperada inferior a 5, deve ser menos de 20% do total de células e nenhuma freqüência esperada deve ser igual a zero. Para os casos em que não se atende as exigências, deve-se utilizar a Correção de Yates (ou Correção de Continuidade), substituindo a fórmula do χ^2 .

$$\chi^2 = \frac{\sum ((O - E) - 0,5)^2}{E} \quad \text{Onde,} \quad \begin{array}{l} O \rightarrow \text{Freqüência Observada} \\ E \rightarrow \text{Freqüência Esperada} \end{array}$$

4 RESULTADOS

As Feiras Orgânicas juntamente com a forma de comercialização Cesta/Sacolas com entregas à domicílio é uma importante ferramenta de divulgação dos produtos orgânicos. Sendo o local onde os consumidores podem esclarecer suas dúvidas, reclamar de algum evento, fazer sugestões e solicitações.

Segundo IPARDES (2007, p. 74) a venda direta representa 57% da comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta fase os dados foram tabulados, quantificados e analisados para auxiliar nas conclusões sobre o tema.

4.1.1 Perfil dos Feirantes Orgânicos/Agroecológicos do município de Curitiba

No início das entrevistas optou-se em elaborar um breve perfil dos entrevistados.

Observou nas entrevistas, quando analisado gênero, que o maior percentual de responsáveis pela comercialização dos produtos nas Feiras Orgânicas é do sexo masculino, 70% são homens e 30% são mulheres. Na figura 3 apresenta a distribuição.

Os números acompanham as pesquisas nacionais quando medido o percentual, por gênero, inseridos no mercado de trabalho. A Fundação Carlos Chagas (2004) apresenta pesquisa informando que em 2002 existiam aproximadamente 36% integrantes do sexo feminino participando economicamente nas famílias contra 64% de integrantes do sexo masculino.

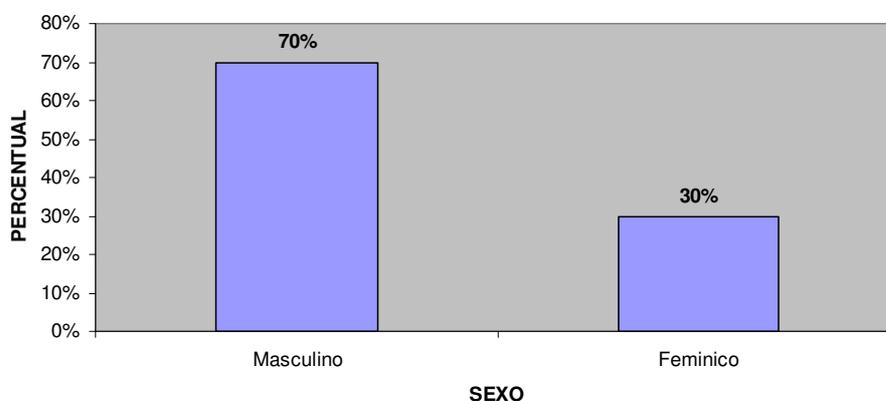


FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DE FEIRANTES POR SEXO.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba.

Principalmente em regiões rurais pode-se observar que os homens e geralmente de maior idade são responsáveis em conduzir a família, inclusive quando seus filhos já estão casados. Com frequência encontraram-se integrantes da família que declararam que auxiliam na produção e na comercialização. Vários entrevistados declaram que necessitam da ajuda da família nas propriedades porque é muito difícil encontrar pessoas que queiram trabalhar na lavoura no manejo orgânico. Comenta-se que este tipo de manejo exige muito trabalho manual e que “pessoas que procuram emprego hoje na agricultura querem utilizar trator, não querem mais colocar a mão na terra”.

Este comentário pode ser um dos motivos para explicar a pequena quantidade de pessoas trabalhando nas propriedades. Na figura 4 pode-se observar o número médio de pessoas trabalhando por propriedade. Vale destacar que predominantemente são trabalhadores com vínculos familiares.

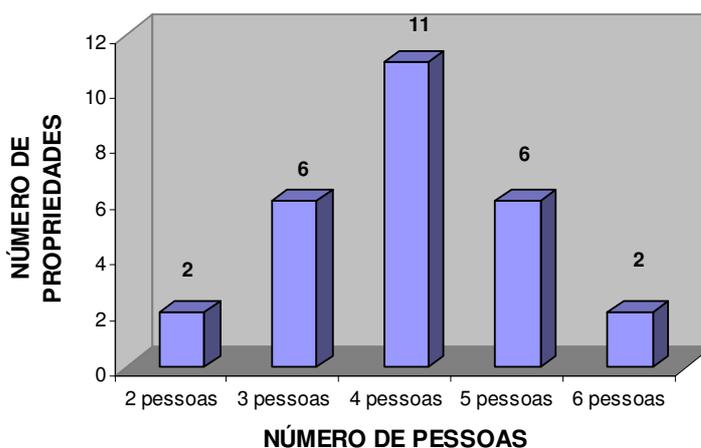


FIGURA 4 - TRABALHADORES POR PROPRIEDADE.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba.

A falta de mão-de-obra é apontada por alguns produtores como uma barreira para a promoção da expansão da agricultura em suas propriedades. Comentam que é muito difícil encontrar trabalhadores dispostos a trabalhar a terra com as mãos, como a agricultura orgânica necessita, expõem que os trabalhadores rurais querem trabalhar em grandes propriedades, com tratores e maquinários modernos.

Alguns agricultores temem assumir compromissos de venda e não terem pessoal para trabalhar na produção. A agricultura orgânica é intensiva em mão-de-

obra e requer monitoramento constante. Outro fator impeditivo para a contratação de mais trabalhadores é a legislação trabalhista, os produtores comentam que “quando registro em carteira tenho muitos gastos e isso acaba inviabilizando minha produção”. Os produtores argumentam que a legislação trabalhista deveria ser simplificada para proprietários de pequenas extensões de terras que tenham interesse em contratar funcionários, “as exigências trabalhistas feitas para nós são as mesmas feitas para as grandes empresas”,

Quando o grau de formação é considerado no perfil dos entrevistados, pode-se constatar que a maioria dos entrevistados completou apenas o ensino fundamental estes entrevistados totalizam treze agricultores destes dez são homens e três mulheres. Dos entrevistados onze finalizaram o ensino médio sendo sete homens e quatro mulheres. Uma das mulheres completou um curso técnico, um dos homens possui ensino superior e um homem possui pós-graduação. Esta distribuição pode ser visualizada na figura 5. Este resultado contradiz a pesquisa realizada por Mazzoleni e Nogueira (2006), pois no estudo realizado anteriormente o maior percentual dos entrevistados, 47% possuíam ensino superior, realidade não encontrada no grupo estudado neste trabalho. Desta forma pode-se concluir que podem existir divergências no perfil do agricultor orgânico nas diferentes regiões do estado e que o baixo grau de formação do público estudado pode alterar as outras informações sobre o perfil traçado em estudos anteriores.

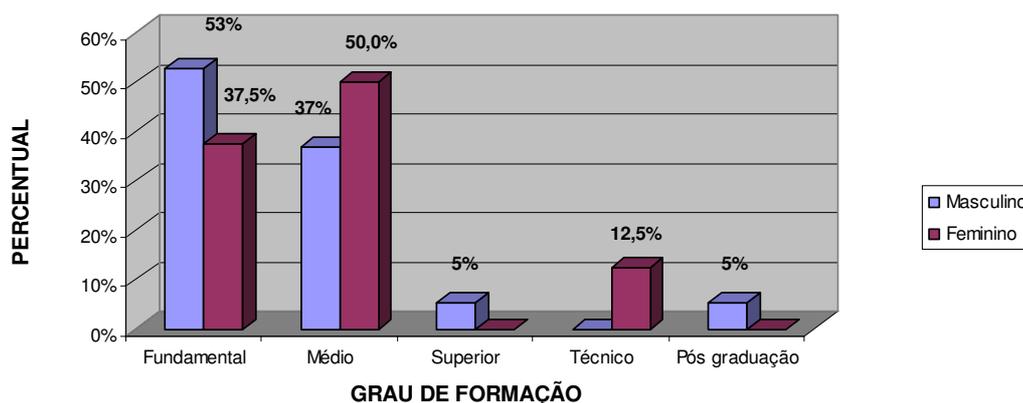


FIGURA 5 - PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS DISTRIBUÍDOS POR GRAU DE FORMAÇÃO E SEXO.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba.

Se a formação for considerada proporcionalmente, constata-se que apesar de os homens serem a maioria no grupo estudo, dezenove, proporcionalmente as

mulheres, oito entrevistadas, possuem grau de instrução maior, pois 37% dos homens possuem ensino médio contra 50% das mulheres.

Os períodos como produtores orgânicos/agroecológicos certificados é bastante variável conforme demonstra a figura 6. A maior parte dos entrevistados encontra-se entre sete a dez anos de conversão e representam 41% da amostra. Agricultores convertidos entre um a três anos representam 15% dos entrevistados, os convertidos a entre quatro à seis anos, representam 19% dos entrevistados, os convertidos entre onze à quinze anos representam 11% do entrevistados e os convertidos à dezesseis anos ou mais representam neste conjunto também 15% dos entrevistados. Apesar da variabilidade dos períodos como produtores orgânicos/agroecológicos, as motivações que levaram os agricultores a conversão de suas propriedade são coincidentes.

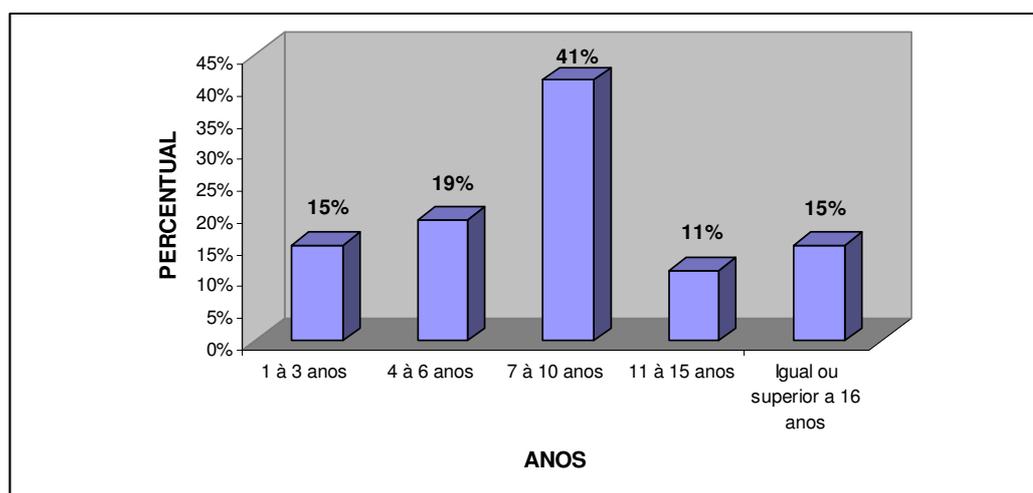


FIGURA 6 - TEMPO DE CONVERSÃO DOS AGRICULTORES

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Entre os motivos relatados observa-se a preocupação com a saúde própria e dos integrantes de suas famílias, alguns já sofriam com doenças causadas por agrotóxicos. Dois depoimentos chamam a atenção pelo relato feito sobre o período em que estes agricultores produziam como produtores convencionais, sabiam dos malefícios que causavam e estavam sendo expostos, mas não tinham opção naquele período.

No primeiro relato um dos agricultores conta que antes da conversão de suas terras, possuía uma parte de sua propriedade reservada para produção dos alimentos consumidos por sua família, e nesta área não aplicava agrotóxicos. Outro

agricultor comenta que sabendo da quantidade de agrotóxico aplicado nos alimentos por ele e pelos outros agricultores convencionais, comprava os alimentos consumidos por sua família de produtor orgânico/agroecológico.

Outros agricultores foram levados à conversão de suas propriedades pela consciência ecológica. Em um dos depoimentos o agricultor comenta que cada um deve fazer sua parte e que o processo de produção mais limpa é uma tendência irreversível. “Se eu não cuidar de manter a mata que está ao redor das minhas nascentes e não manter minha água limpa, o que meus filhos irão beber?”

Alguns agricultores motivaram-se pela conversão de suas propriedades por motivos financeiros. Alguns faliram produzindo de maneira convencional e buscaram alternativas para continuar em suas terras. Outros enfrentavam dificuldades assistidas por amigos e familiares produtores orgânicos e estes fizeram o convite e apoiaram a conversão das terras. Outros foram convidados e apoiados por engenheiros agrônomos engajados em movimentos para produção orgânica/agroecológica. Os depoimentos demonstram que não em 100% dos casos os agricultores alteraram a forma de produzir buscando solução para problemas encontrados na agricultura convencional, e em todos os casos não existe arrependimento, só o lamento pela falta de mais apoio.

A figura 7 apresenta as motivações citadas pelos produtores e o grau de formação. Observa-se que a motivação mais citada, independente do grau de formação é a “opção de vida e saúde”, opção citada ou por consciência do mau observado que estava causando ao meio onde reside, ou por problemas sofridos na saúde. Situação que pode existir entre os agricultores convencionais e que por falta de opção e esclarecimento não é solucionado. Nas entrevistas quando questionados se conheciam produtores que gostaria de realizar a conversão e não conseguiram, a maioria das respostas dadas foi “eles não acreditam que a forma de produção orgânica produz o suficiente”. Este tipo de resposta demonstra carência de esclarecimento dos agricultores convencionais sobre como se desenvolvem as culturas orgânicas, pois os agricultores orgânicos comentam que a produção é igual e em alguns casos superiores aos produtos convencionais, dependendo do tempo de recuperação da terra, “a terra que utiliza veneno está doente e precisa de um tempo para se tornar sadia novamente” comentam alguns entrevistados.

Os motivos levantados neste trabalho corroboram em parte com as informações levantada por Darolt (2002, p. 224) quando 68,4% dos entrevistados

declaram que as motivações que os levarão a conversão foi a “melhoria da saúde pessoal e da família”, e 66,7% dos entrevistados declaram também a conversão como “razões econômica”, sendo que estes também foram os grandes motivadores encontrados neste trabalho.

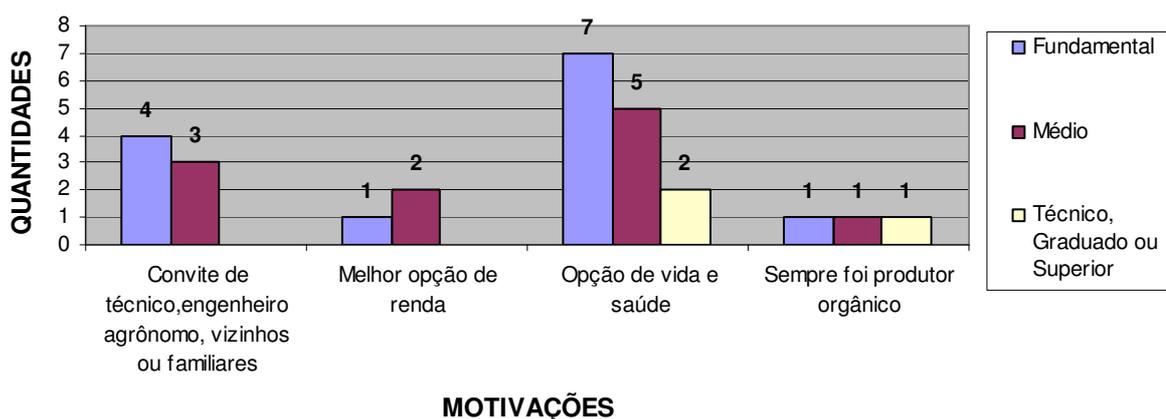


FIGURA 7 - GRAU DE FORMAÇÃO E MOTIVAÇÃO PARA CONVERSÃO

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

O IPARDES (2007, p.86) estima que existam 411 produtores de hortaliças na região metropolitana de Curitiba.

A distribuição das propriedades dos feirantes é variada. Nota-se que grande parte dos entrevistados tem propriedade no município de Campo Largo oito agricultores, seguido pelo município de Campo Magro com cinco agricultores. Nos outros municípios apresentados na tabela 10 observa-se entre um e dois representantes. Esta diversidade demonstra que a forma de produção orgânica está difundida em quase toda região metropolitana de Curitiba.

TABELA 10 - FREQUÊNCIA DE FEIRANTES ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS ENTREVISTADOS

SEQUÊNCIA	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
1	Adrianópolis	1
2	Almirante Tamandaré	2
3	Araucária	1
4	Balsa Nova	1
5	Barra do Turvo	2

Continua

Conclusão		
SEQUÊNCIA	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
6	Bocaiúva do Sul	1
7	Campina Grande do Sul	1
8	Campo Largo	8
9	Campo Magro	5
10	Cerro Azul	1
11	Colombo	1
12	Mandirituba	1
13	São José dos Pinhais	1
14	Tijucas do Sul	1

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Nas feiras, 87% dos entrevistados trabalham em propriedades na Região Metropolitana de Curitiba, 13%, que representam dois agricultores trabalham em propriedades no município de Barra do Turvo município não localizado na região metropolitana de Curitiba. A figura 8 apresenta o mapa com todos os municípios compreendidos como região metropolitana.



FIGURA 8 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

A figura 9 apresenta como a relação da propriedade da terra se dá entre os produtores entrevistados. Observa-se que dos vinte e sete entrevistados vinte e três são proprietários e os outros quatro são arrendatários ou parceiros rurais.

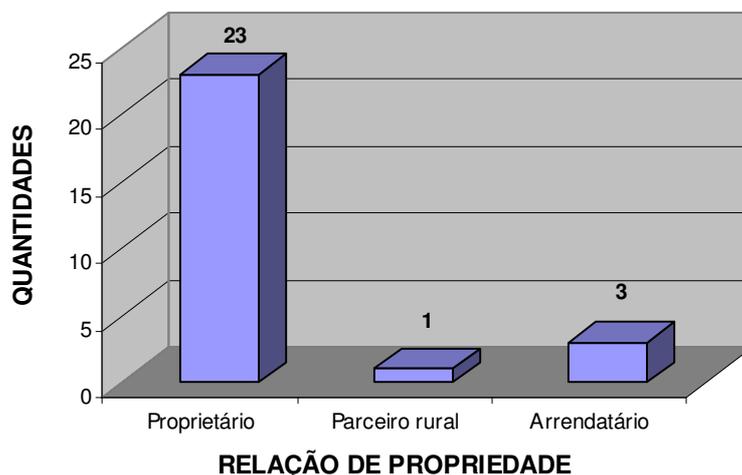


FIGURA 9 - RELAÇÃO DE PROPRIEDADE DA TERRA

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

A extensão das propriedades também é variada sendo que a maior frequência é de propriedades de até quatorze hectares, sendo que conforme legislação vigente no momento da pesquisa, toda a propriedade estava certificada como área de produção orgânica. Na figura 10 apresenta-se a média do tamanho das propriedades.

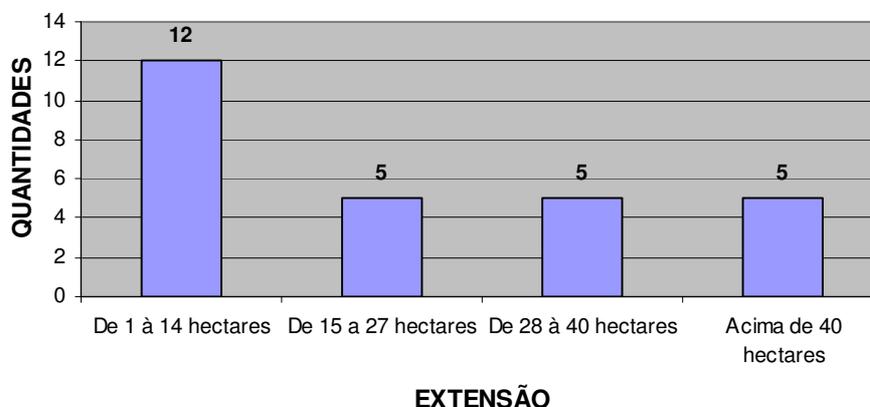


FIGURA 10 - EXTENSÃO DAS PROPRIEDADES DOS ENTREVISTADOS

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Quando se relaciona a média de renda bruta mensal e extensão das propriedades encontram-se discrepâncias, um entrevistado com propriedade entre um à quatorze hectares com renda superior a R\$ 6.000,00 e encontra-se um produtor com renda declarada de R\$ 500,00 com propriedade com extensão superior a quarenta hectares. A figura 10 apresenta que a maior ocorrência da segunda maior faixa de renda de R\$ 3.001,00 à R\$ 6.000,00 encontra-se em produtores com propriedades com extensão superior a quarenta hectares. As rendas estimadas nesta pesquisa referem-se a renda auferida após a certificação das propriedades.

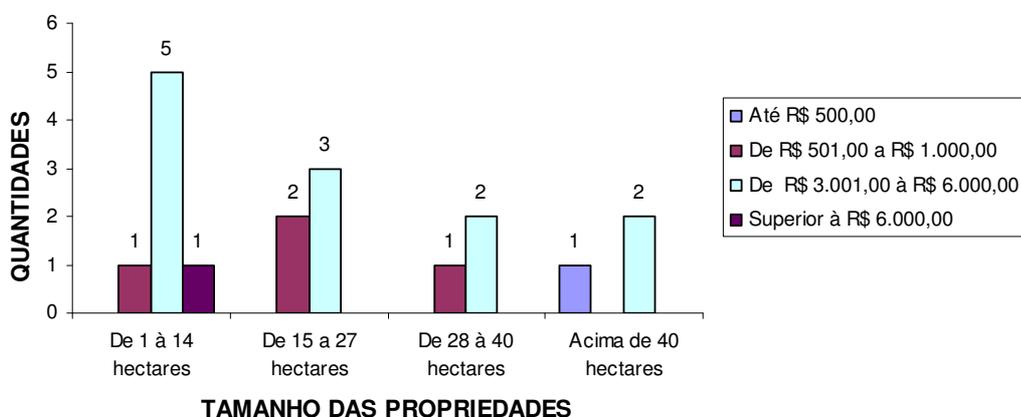


FIGURA 11 - MÉDIA DE RENDA E EXTENSÃO DAS PROPRIEDADES

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Alguns entrevistados relatam que possuem outras fontes de renda além da comercialização de suas produções nas Feiras Orgânicas. Na figura 12 são apresentados os percentuais destas declarações.

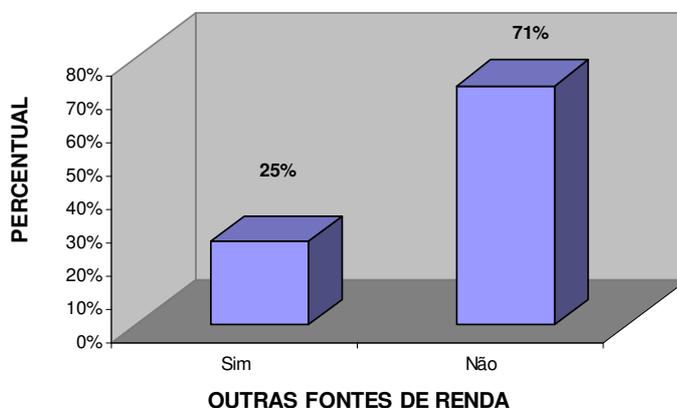


FIGURA 12 - PERCENTUAL DE FEIRANTES COM OUTRAS FONTES DE RENDA

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

As outras fontes de renda são compostas por outras formas de comercialização diferentes das feiras, estas formas serão apresentadas no tópico 4.1.5 que discute os canais de comercialização. Diferente das formas de comercialização, alguns entrevistados comentam além de outras formas de comercialização, que alguns integrantes de família possuem emprego fora da propriedade.

O perfil descrito apresenta um grupo de produtores orgânicos que busca manter suas propriedades com a produção de manejo orgânico. Apresentam-se na maioria por homens, pais de família, que cursaram em sua maioria apenas o ensino fundamental. O maior percentual de entrevistados possuem em média de sete à dez anos produzindo como produtores orgânicos. A principal motivação para a conversão está relacionada com as opções de vida e saúde almejadas para suas famílias. As propriedades dos entrevistados encontram-se distribuídas uniformemente pela região metropolitana de Curitiba com exceção dos municípios de Campo Largo e Campo Magro, que possuem uma freqüência maior de entrevistados. Grande parte dos entrevistados são proprietários da terra, sendo que existe maior freqüência de propriedades com extensão entre um à quatorze hectare. A renda está com maior freqüência situada entre R\$ 1.000,00 à R\$ 3.000,00 e a grande maioria têm a comercialização de produtos orgânicos como única fonte de renda.

4.1.2 Serviços públicos para a agricultura orgânica.

As entrevistas realizadas questionaram feirantes orgânicos sobre seus conhecimentos e satisfações referentes aos apoios disponibilizados pelo poder público para os produtores orgânicos.

A priorização dos itens de demanda realizado em julho de 2007 e apresentado no tópico 3.3.2 deste trabalho, traz à luz alguns pontos que são apontados pelos agricultores como entraves para a expansão de suas produções e como uma barreira de acesso à outros agricultores que pretendam converter suas propriedades.

a) Linhas de Financiamento

O primeiro ponto questionado referente ao serviço público foi sobre os financiamentos específicos para a agricultura orgânica. Na figura 13 é possível visualizar em percentuais as respostas dadas quando questionados se conhecem as linhas de financiamento ofertadas pelo poder público específicos para a agricultura orgânica.

Neste item a palavra “conhecimento” tem o sentido do fato ou condição de estar ciente ou informado sobre o assunto, sem o caráter da ciência de como funciona cada uma das linhas de financiamento.

Observar que uma grande porcentagem de conhecimento das duas linhas financiamentos federais disponibilizados com títulos específicos para a agricultura orgânica, são 89%. Analisando este percentual entende-se que as linhas de financiamentos federais disponibilizados especificamente para produtores de manejo orgânico estão divulgadas adequadamente.

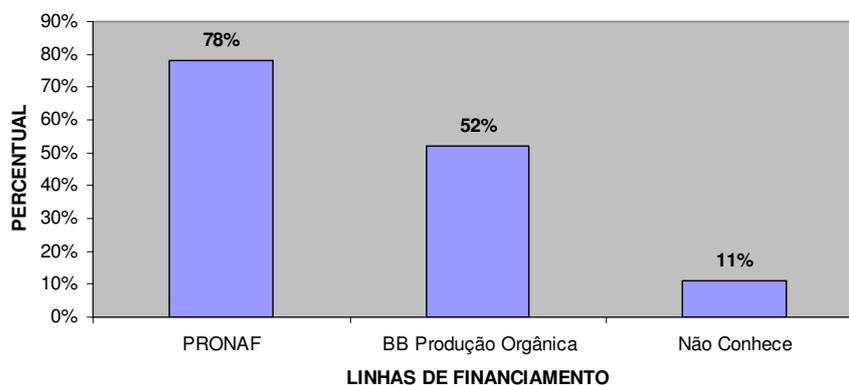


FIGURA 13 - PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS E CONHECIMENTO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO DISPONIBILIZADAS PELO PODER PÚBLICO.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Entre as duas linhas de financiamento, percebe-se que a linha de financiamento PRONAF é divulgada com maior frequência, pois alcança 78% das declarações de conhecimento em contraposição de 52% das declarações da linha de financiamento BB Produção Orgânica. As declarações de desconhecimento de qualquer linha de financiamento alcançam 11% dos entrevistados.

O próximo item questionado foi a utilização das linhas de financiamento. Dos entrevistados que declararam conhecimento das linhas de financiamento 48% destes produtores declararam que utilizaram o PRONAF para o pequeno produtor familiar. Em algumas entrevistas foi esclarecido que a linha de financiamento utilizada não é o PRONAF – Agroecológico. Os motivos citados pelos entrevistados para a não utilização é a burocracia imposta para a comprovação de condição de produtor orgânico. O MAPA em estudo realizado com o título Cadeia Produtiva de Produtor Orgânico faz a seguinte afirmação que corrobora com as afirmações realizadas pelos entrevistados neste estudo.

Estrutura de crédito deficiente. Apesar da disponibilidade de financiamento ter aumentado nos últimos anos, o acesso para os pequenos produtores continua limitado. Muitas vezes o produtor desconhece a existência das linhas de crédito ou não possui toda a documentação exigida. Além disso, há certa resistência dos agentes financiadores em relação a conceder crédito aos pequenos produtores, (MAPA, 2007, p.80).

Apesar do percentual de conhecimento elevado, as declarações de utilização são inferiores a 50% conforme apresenta a figura 14.

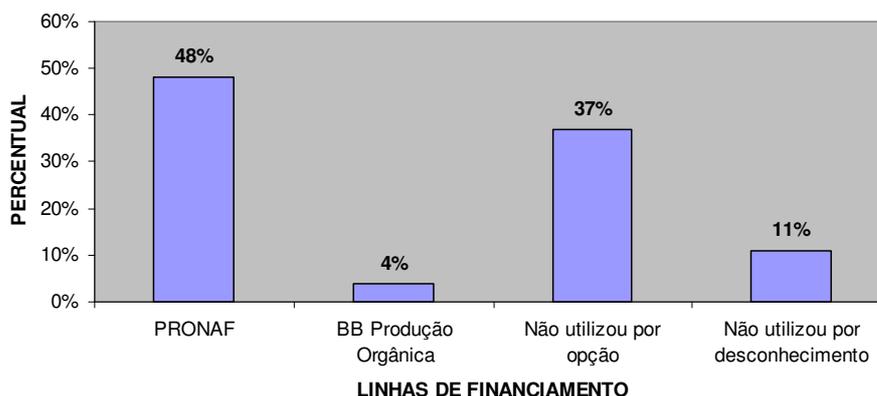


FIGURA 14 - UTILIZAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Os dados apurados demonstram que dos produtores que conhecem as linhas de financiamento, somente 4% utilizam a linha BB Produção Orgânica, em números significa um produtor. Estes números podem representar alguns problemas com esta linha de financiamento. Um deles, mencionado pelos entrevistados, é a não adequação ao pequeno produtor e os motivos desta afirmação seriam por excessiva burocracia, pouco tempo para pagamento, falta de conhecimento dos funcionários do banco sobre esta linha de financiamento e falta de apoio para o preenchimento da papelada para o banco. O observado pelos entrevistados também foi identificado pelo estudo realizado pelo IPARDES. No estudo afirma-se que “apesar do crescimento da produção orgânica, existem poucas linhas de créditos específicas... Isto faz com que o agricultor tenha duas dificuldades... a existência limitada de financiamento e desconhecimento de instrumentos⁷³ de financiamento.” (IPARDES, 2007, p. 60).

Na pesquisa pôde-se observar que os agricultores preferem o financiamento PRONAF. Dos 48% que declararam utilizar este programa de financiamento

⁷³ Instrumento nesta afirmação é relacionado ao conhecimento de como atender as exigências impostas para a aquisição do financiamento.

apontam como motivos para a utilização, a adequação para agricultura familiar, característica do grupo estudado, facilidade de obter os documentos exigidos, apoio para o preenchimento dos papéis exigidos pelos bancos e pela EMATER. Estas declarações demonstram que os responsáveis pela linha de financiamento PRONAF estão procurando atender aos apelos feitos pela melhora do atendimento e o acesso ao financiamento, pelo menos em algumas localidades. A satisfação com os programas de financiamento foram medidas e poderão ser avaliadas logo a seguir.

Um percentual expressivo de entrevistados informou que não deseja utilizar financiamentos, 37%. Os motivos para a declaração foram os mais variados, entre eles houveram a declaração do medo de não conseguir pagar o financiamento captado, falta de atenção do responsável pelos financiamentos nos bancos, entre outros que demonstram muitas vezes falta de informação que transmita mais segurança ao público pesquisado. Ormond (2002) faz o seguinte comentário sobre as linhas de crédito disponibilizadas para o produtor orgânico. “O financiamento para a produção sob manejo orgânico encontra dificuldade de se adaptar ao modelo de crédito agrícola brasileiro, baseado no financiamento da compra de insumos e de despesas de custeio típicas do pacote tecnológico dos anos 70”, (ORMOND, 2002, p.23). Esta afirmação corrobora com as afirmações realizadas pelo público pesquisado que ainda enfrentam o problema do descasamento entre as necessidades da impostas a agricultura orgânica e o modelo tradicional de financiamentos.

As regras de pagamento e garantias impostas aos produtores orgânicos não podem ser igualadas aos produtores convencionais, pelo simples motivo de na produção orgânica, por não utilizar agentes estabilizantes, ou seja, os produtores deixam a natureza atuar, faz com que o risco seja maior, sendo assim, manter as mesmas regras para convencionais e orgânicos, sendo que o produtor não pode interferir quando identificada uma situação de risco, faz com que o sentimento de insegurança seja intensificado.

Os comentários referentes à não utilização refletem as respostas declaradas quando questionados sobre a satisfação referente às linhas de financiamentos disponibilizados para os produtores que optam pelo manejo orgânico.

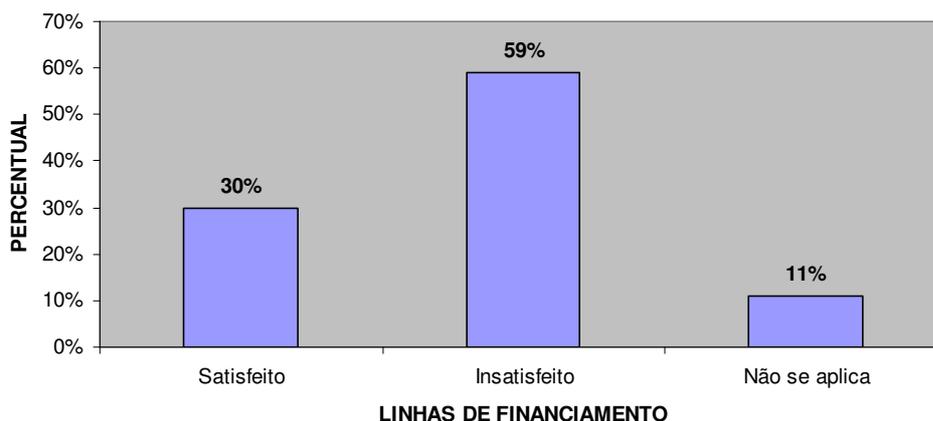


FIGURA 15 - SATISFAÇÃO DOS ENTREVISTADOS REFERENTE AOS FINANCIAMENTOS UTILIZADOS E COM TENTATIVA DE UTILIZÁ-LOS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba.

Apenas 30% dos entrevistados se declaram satisfeitos. Dos entrevistados 59% se declaram insatisfeito. Os motivos apresentados são os mais variados. Dos declarantes insatisfeitos dois separam-se, os que utilizaram as linhas de financiamento e os que não utilizaram as linhas de financiamento e se declaram insatisfeitos por não conseguirem utilizar.

O maior grau de insatisfação, apresentado Na figura 16 se identifica nos produtores que não conseguiram utilizar as linhas de financiamento, 63%. Os dois motivos mais comentados são juros altos e burocracia excessiva para os pequenos produtores rurais.

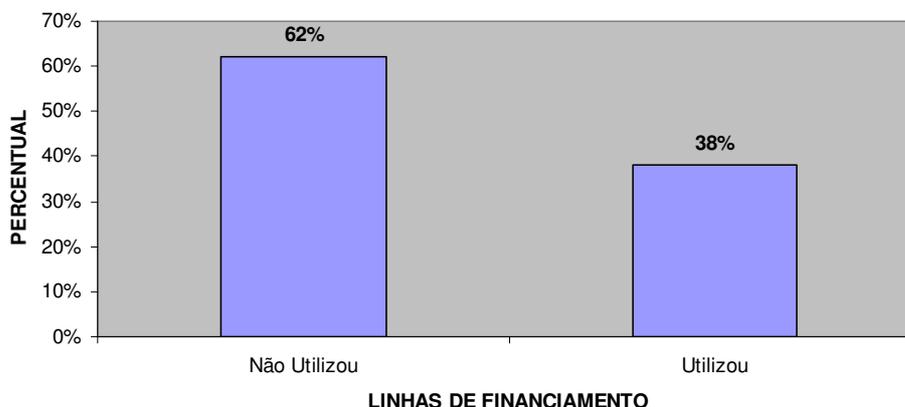


FIGURA 16 - INSATISFAÇÃO APRESENTADA PELOS ENTREVISTADOS QUE UTILIZARAM E NÃO UTILIZARAM AS LINHAS DE FINANCIAMENTO DISPONIBILIZADAS PELO PODER PÚBLICO.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba.

Quando medido o percentual de satisfação utilizando apenas os produtores que conseguiram utilizar as linhas de financiamento observa-se que 62% dos produtores que conseguiram utilizar a linha de financiamento PRONAF mostraram-se satisfeitos, contra 38% que declararam-se insatisfeitos. A linha de financiamento BB – Produção Orgânica foi utilizada apenas um dos entrevistados que se declarou insatisfeito.

A satisfação de 62%, relatada pelos produtores que utilizaram a linha de financiamento PRONAF merece uma reflexão sobre a satisfação por município. A tabela 11 apresenta a utilização e satisfação referente ao programa de financiamento PRONAF.

TABELA 11 - ENTREVISTADOS POR MUNICÍPIO E UTILIZAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO.

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE PRODUTORES	UTILIZOU PRONAF	NÃO UTILIZOU PRONAF	SATISFEITO	INSATISFEITO	NÃO CONHECE
Adrianópolis	1					1
Almirante Tamandaré	2	2		2		
Araucária	1					1
Balsa Nova	1	1		1		
Barra do Turvo	2	1			1	1
Bocaiúva do Sul	1		1		1	
Campina Grande do Sul	1		1		1	
Campo Largo	8	4	3	4	3	
Campo Magro	5	3	2		5	
Cerro Azul	1	1		1		
Colombo	1		1		1	
Mandirituba	1	1			1	
São José dos Pinhais	1		1		1	
Tijucas do Sul	1		1		1	

Fonte: Elaborada pela autora baseada nas entrevistas realizada em novembro de 2007.

Não pode-se comentar a maioria dos município por haver apenas um representante, mas os municípios de Campo Largo com oito entrevistados e Campo Magro com cinco entrevistados podem ser referência por existir número representativo de integrantes considerando os vinte e sete entrevistados.

Em Campo Largo, observa-se que quatro entrevistados utilizaram a linha de financiamento PRONAF e declararam satisfação, percentualmente 100% dos produtores que utilizaram ficaram satisfeitos. O contrário acontece no município de Campo Magro, todos que utilizaram a mesma linha de financiamento declararam-se insatisfeitos.

Com esta breve análise pode-se concluir que a satisfação sobre as linhas de financiamento pode ser relacionada também ao atendimento dado pelas instituições responsáveis em conceder os financiamentos.

É necessário considerar relevante o percentual de 59% apresentado na figura 15, que representa a totalidade do público entrevistado declarantes insatisfeitos, acredita-se que as linhas de financiamento não estejam adequadas para os produtores familiares de manejo orgânico.

Esta breve análise sobre as linhas de financiamentos institucionais utilizadas pelos feirantes orgânicos da região metropolitana de Curitiba demonstra que o público alvo desses financiamentos, os produtores, não estão satisfeitos e esta conclusão demonstra que os programas de financiamento não estão atingindo a seu objetivo que é facilitar o desenvolvimento da produção orgânica. Como coloca o estudo realizado pelo IPARDES, 2007, "...o Brasil não possui subsídios para o setor, como ocorre em outros países". O produtor é o único responsável pela produção e pelo gerenciamento de suas propriedades e assume todos os riscos do negócio. No mesmo estudo comenta-se sobre a dificuldade encontrada por esses agricultores que "...nem sempre os agricultores familiares que já têm história na atividade têm tido oportunidade de acessar o crédito". E esta realidade também foi encontrada com relevância neste estudo.

O relatório realizado pelo MAPA – Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos comenta sobre a oferta de linhas de crédito.

No que se refere ao crédito agrícola, apesar de atualmente já existir a nível federal, desde 1999, linha de financiamento agrícola específica para a agricultura orgânica, esta se destina somente ao custeio de produtores orgânicos já certificados, estando, na prática, restrita a agricultores orgânicos de maior nível de informação e organização. Porém, para que este instrumento de política agrícola cumpra efetivamente seu papel na difusão da agroecologia, é necessário que este crédito de custeio esteja vinculado à utilização de práticas agroecológicas, servindo de estímulo a que um número maior de agricultores orgânicos certificados não se restrinja a uma prática de produção orgânica em que o mote seja apenas a substituição de insumos convencionais por orgânicos. (MAPA, 2007,p. 95)

A afirmação admite que o acesso às linhas de financiamento seja para agricultores organizados, realidade não assistida na maioria das propriedades familiares. Chama também a atenção para a não adequação destas linhas de financiamentos para a realidade da produção orgânica.

Com as informações apresentadas concluí-se que apesar da evolução da agricultura orgânica no Brasil, e dos alertas feitos em estudos realizados à quase uma

década, como podemos citar o publicado pelo pesquisador do IAPAR, Darolt (2002, p. 227), que já comentava que um dos principais entraves para a agricultura na dimensão político-institucional é a “falta de linha de crédito”, ainda faltam atitudes mais efetivas por parte do setor público quando o assunto é crédito para o pequeno produtor orgânico. O poder público deve considerar que o fornecimento de crédito ao produtor de manejo orgânico traz vantagens para toda a sociedade, como por exemplo, a não poluição do solo e das águas, pela preservação da natureza, fornecimento de alimentos sem contaminantes químicos que causam problemas graves de saúde na população. Estes fatores deveriam ser considerados como minimizantes no risco para que o crédito fosse barateado e ofertado com menor burocracia.

b) Apoio Técnico

O segundo tópico questionado na entrevista foi o apoio técnico dos órgãos governamentais disponibilizados para os agricultores para auxiliá-los no desenvolvimento da produção.

Na figura 17 são apresentados os percentuais de declarações dos agricultores de conhecimento dos órgãos que são disponibilizados para ofertar serviços técnicos para os agricultores.

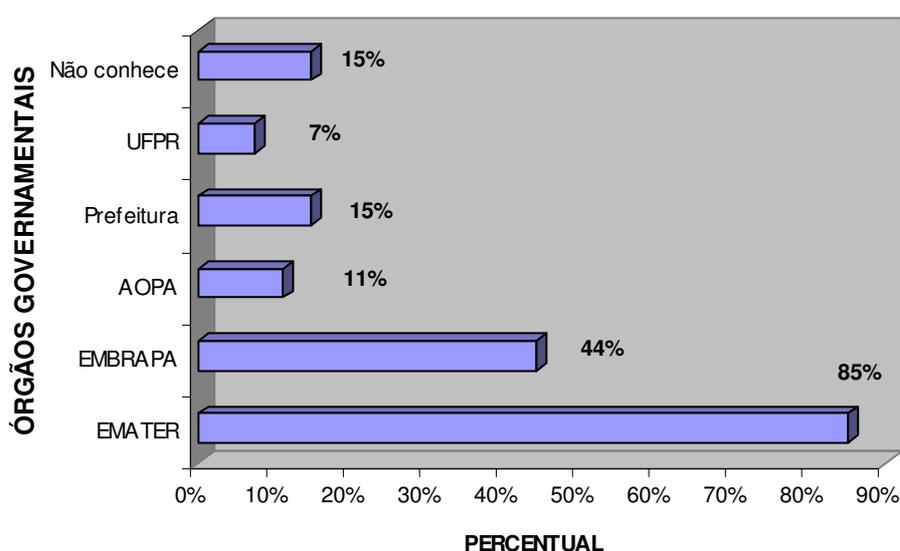


FIGURA 17 - PERCENTUAL DE RECONHECIMENTO DE APOIOS TÉCNICOS DISPONIBILIZADOS PELO PODER PÚBLICO PARA AUXILIAR NA PRODUÇÃO

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Os entrevistados declararam conhecer cinco instituições que em algum momento ofertaram serviços de apoios técnicos. Da mesma forma do comentado no item anterior a palavra “conhecimento” tem o sentido do fato ou condição de estar ciente ou informado sobre o assunto, sem o caráter da ciência de como os serviços são ou foram prestados pelas instituições citadas.

Na figura 17 foram citadas instituições que forneceram serviços em algum momento de desenvolvimento de projetos como exemplos podem-se citar a EMBRAPA e a UFPR – Universidade Federal do Paraná. A AOPA tinha como objetivo inicial a promoção da comercialização e o apoio que fornecia à alguns produtores era a promoção da troca de conhecimento entre os produtores que eram associados a esta instituição. Os serviços disponibilizados pelas prefeituras eram ligados indiretamente a EMATER. Por este motivo o órgão com maior reconhecimento é a EMATER com 85%, fornece aos produtores rurais indiferentemente da forma de produção apoio técnico agrícola via técnicos extensionistas.

Quando questionados sobre a utilização destes serviços, 52% agricultores declaram utilizar o serviço, 33% declaram que não utilizaram, 15% classificados como “não se aplica” são os produtores que declararam não conhecer nenhum dos apoios técnicos. O percentual de desconhecimento declarado pelos produtores é considerado elevado, e pode ter como um dos motivos ocasionais a afirmação realizada CEAO (2002), “Poucos técnicos orgânicos disponíveis para assistência, o que os torna pouco presente”, que demonstra que nem todos têm acesso aos serviços públicos disponibilizados.

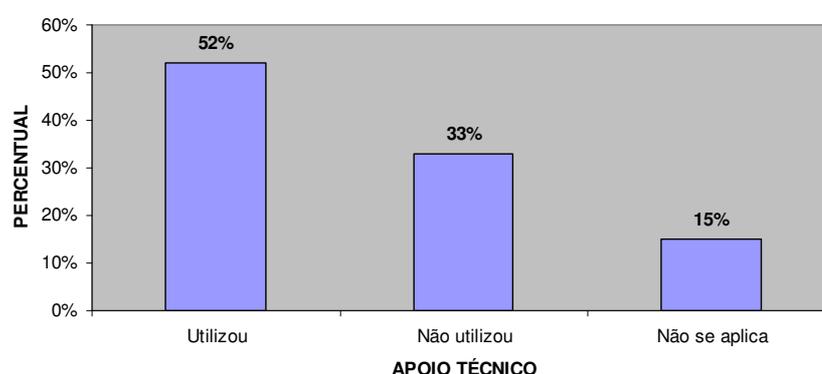


FIGURA 18 - UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO DISPONIBILIZADO PELO PODER PÚBLICO.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

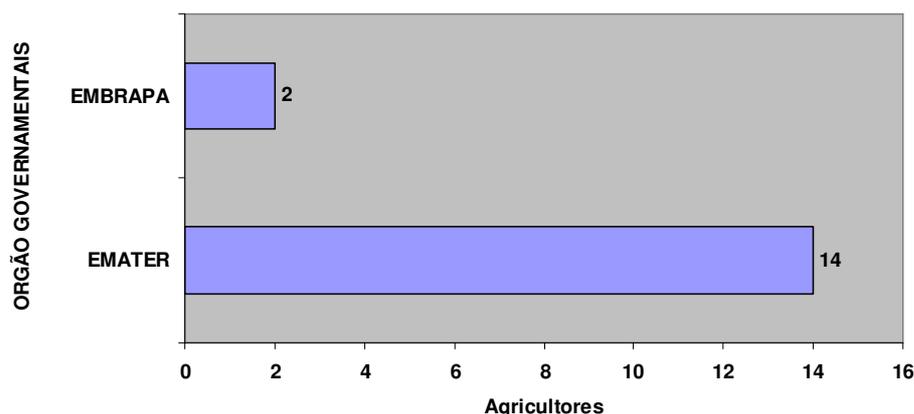


FIGURA 19 - QUANTIDADES DE UTILIZAÇÕES DECLARADAS PELOS ENTREVISTADOS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Na figura 19 são apresentados os órgãos utilizados pelos entrevistados e a quantidade de utilização, a EMATER é o órgão mais citado, com quatorze declarações. O outro órgão citado é a EMBRAPA com duas citações. As citações realizadas a EMATER confirmam que o objetivo da instituição de aproximar-se dos produtores está sendo realizado, não na totalidade pela escassez de técnicos, Hamerschmidt (2005) estima que no estado do Paraná existam noventa e um técnicos distribuídos em noventa e oito municípios e atendendo duas mil famílias. A maior utilização da EMATER pode ser justificada também pela existência de unidades municipais deste órgão.

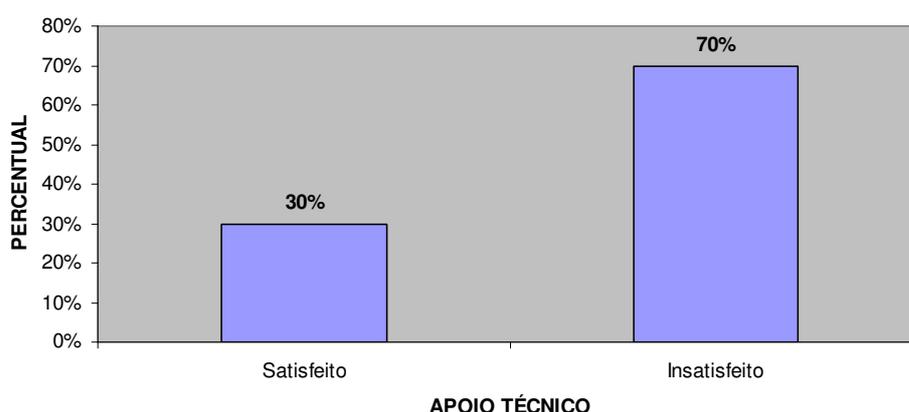


FIGURA 20 - SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Pode-se verificar na figura 20 que 70% dos entrevistados declararam-se insatisfeito com o apoio técnico recebido. Neste gráfico estão contidos os entrevistados

que utilizaram e os que não utilizaram os serviços dos órgãos governamentais apresentados na figura 19. O percentual de insatisfação elevado se justifica pelas declarações dos agricultores que não conseguiram acessar o serviço por algum motivo.

Quando verificado apenas a satisfação dos entrevistados que utilizaram o serviço de apoio técnico apresenta-se a distribuição visualizada Na figura 21.

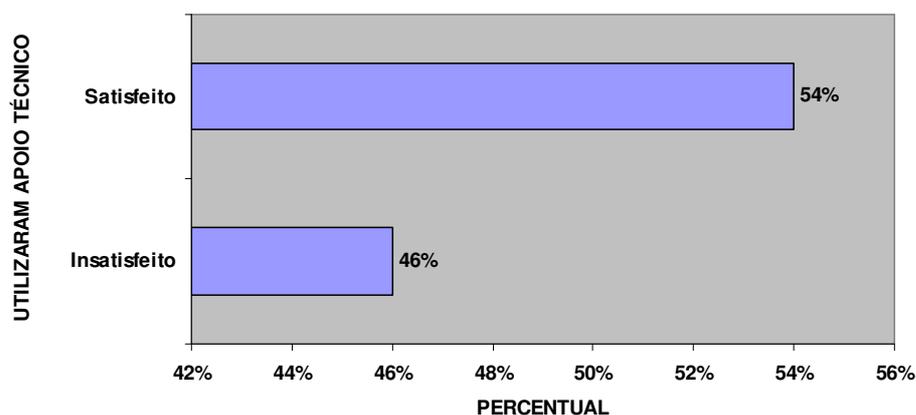


FIGURA 21 - SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUE UTILIZARAM OS SERVIÇOS TÉCNICOS GOVERNAMENTAIS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Dos agricultores que utilizaram o serviço, 54% declaram-se satisfeito, contra 46% insatisfeitos. Em números são sete agricultores satisfeitos contra seis insatisfeitos. A diferença apresentada não é expressiva sendo que os agricultores fazem as mais variadas reclamações. Os comentários realizados foram agrupados por afinidade e apresentados na figura 22.

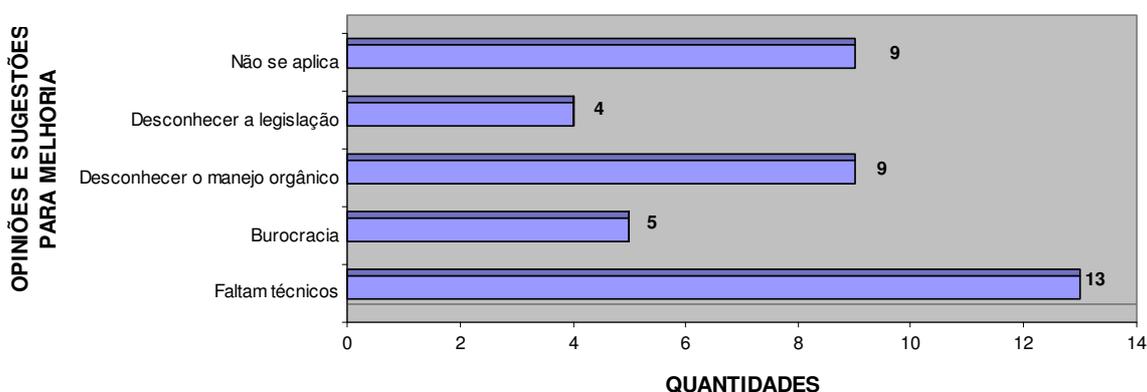


FIGURA 22 - OPINIÕES E SUGESTÕES DE MELHORIA APRESENTADAS PELOS ENTREVISTADOS EM NOVEMBRO/2007.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Os entrevistados emitiram algumas opiniões negativas, apesar da declaração de satisfação, sobre os serviços técnicos disponibilizados pelos órgãos governamentais. Os agricultores comentam que alguns técnicos conhecem pouco o manejo orgânico e a legislação Lei nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003 que regula o setor orgânico no Brasil. Segundo os produtores entrevistados, os técnicos com frequência, quando as práticas agrícolas que são conhecidas não funcionam, recomendam práticas proibidas. Alguns técnicos não acreditam no manejo orgânico e por este motivo priorizam o atendimento em propriedades de manejo convencional. A escassez de técnicos agrícolas também é apontada como um dos problemas para a melhora do desenvolvimento da agricultura orgânica. Das opiniões emitidas, aproximadamente 80% são críticas construtivas, pois os entrevistados comentam que os técnicos devem receber mais apoio e treinamento e pedem para que o número deles seja elevado.

Para verificar se o descontentamento pode ser mensurado por município foi elaborada a tabela 12 que apresenta a satisfação e a insatisfação dos entrevistados por município. Foram excluídos desta tabela os municípios em que os entrevistados se declararam satisfeitos e não emitiram opinião sobre o trabalho técnico realizado.

TABELA 12 - ENTREVISTADOS POR MUNICÍPIO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

MUNICÍPIOS	SATISFEITO	INSATISFEITO
Almirante Tamandaré	1	1
Araucária	1	
Balsa Nova		1
Barra do Turvo		1
Bocaiúva do Sul		1
Campina Grande do Sul		1
Campo Largo	2	5
Campo Magro	1	3
Cerro Azul	1	
Colombo		1
Mandirituba	1	
São José dos Pinhais		1
Tijucas do Sul		1

Fonte: Elaborada pela autora baseada nas entrevistas realizadas em novembro de 2007.

A mesma situação encontrada na tabela “11 - Entrevistados por município e utilização das linhas de financiamento” foi constatada neste item, impossibilidade de

emitir opinião sobre a maioria dos municípios por estes terem como representantes apenas um à dois entrevistados. Já os municípios de Campo Largo e Campo Magro, possuem um número de entrevistados que permite uma análise. Em Campo Largo são oito entrevistados e sete que emitiram opinião, dos entrevistados apenas 29% declararam-se satisfeitos contra 71% que declararam insatisfação. No município de Campo Magro são cinco entrevistados e quatro que emitiram opinião, dos entrevistados 25% declaram-se satisfeitos contra 75% que declaram insatisfação. Estes percentuais demonstram que o serviço pode ser melhorado, sanando os problemas apontados na figura 22.

Os comentários negativos realizados pelos entrevistados sobre a assistência técnica já foram identificados anteriormente em outras pesquisas. O CEAO (2002, p.31) comenta em um diagnóstico desenvolvido sobre a agricultura orgânica paranaense “poucos técnicos orgânicos disponíveis para assistência, o que a torna pouco presente”. Em 2004 a EMBRAPA comenta no estudo realizado para levantamento dos principais problemas enfrentados pelos produtores orgânicos, a assistência técnica não adequada é um deles.

O que precisa ser explicitado nesta apresentação de resultado é que em nenhum momento os produtores realizaram os comentários negativos atribuindo culpabilidade aos técnicos e em muitas vezes reconhecendo o esforço realizado por eles para atender a todos, o que evidencia que o principal problema é a escassez de mão-de-obra técnica e o preparo destes profissionais para as técnicas da agricultura orgânica.

c) Mercado de Produtos Orgânicos de Curitiba

Os entrevistados foram questionados sobre o novo espaço para a comercialização de produtos orgânicos da cidade de Curitiba. O Mercado de Produtos Orgânicos. A pesquisa apresenta que 100% dos entrevistados sabem do lançamento, buscaram informações sobre o novo espaço. Quando questionados sobre as intenções de utilização do novo espaço 37% dos entrevistados declararam intenção em utilizar e 63% declararam que não pretende utilizar. Os motivos para a não pretensão são os custos elevados para comercializar nos espaços para produtos como frutas, verduras e legumes frescos e a burocracia que na opinião dos entrevistados privilegia as empresas de beneficiamento. Mesmo os agricultores que declaram a pretensão de utilizar o espaço o fizeram com a intenção de serem fornecedores, apenas um deles comenta que está participando de um grupo que

está estudando a possibilidade de entrar como vendedor. Um dos entrevistados lamenta que o novo espaço, solicitação antiga dos feirantes orgânicos de Curitiba, tenha tido um objetivo diferente do almejado.

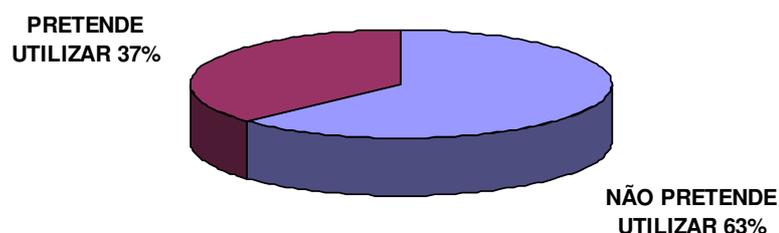


FIGURA 23 - PRETENSÃO DE UTILIZAÇÃO APRESENTADA PELOS ENTREVISTADOS EM NOVEMBRO/2007.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

d) Infra-estrutura nas Feiras Orgânicas na cidade de Curitiba

Os entrevistados foram questionados se a infra-estrutura disponibilizada pelo poder público nas Feiras Orgânicas de Curitiba satisfaz as necessidades dos feirantes.

Referente as barracas expositoras, 52% declaram-se insatisfeitos com as barracas cedidas pelo poder público.

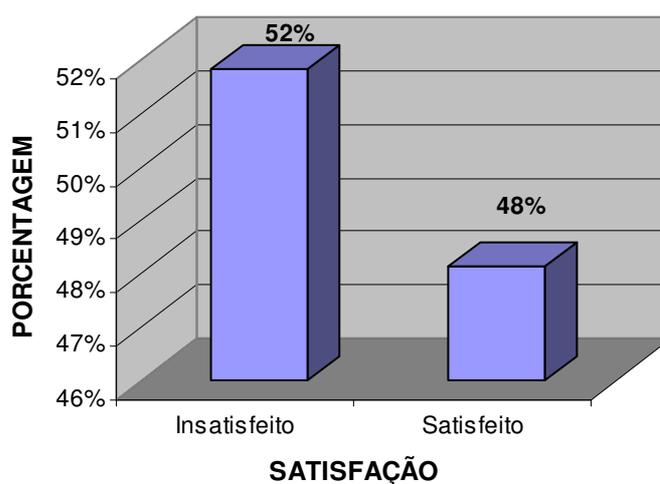


FIGURA 24 - SATISFAÇÃO DECLARADA SOBRE AS BARRACAS DAS FEIRAS ORGÂNICAS

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Os entrevistados relataram vários problemas na estrutura das barracas,

lamentam por não terem sido envolvidos no projeto realizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Primeiramente as mesas expositoras não são funcionais e nos dias de chuva não existe proteção para os clientes na área externa das barracas. “São muito pesadas e difíceis de montar” comenta um dos entrevistados. “Fiz reforços em algumas partes da barraca para ela não desmontar no dia de chuva e troquei a parte superior que estava toda furada” o entrevistado comenta que nos locais disponibilizados para a montagem existem muitas árvores e que destas caem galhos que furam as coberturas. “Estas barracas oferecem riscos aos nossos clientes” comenta um dos feirantes, “o teto da minha já voou”. Os feirantes declaram que receberam as barracas gratuitamente e não criticam a iniciativa ao contrário, louvam, lamentam somente que o recurso não foi empregado da melhor forma e esperam que em uma nova oportunidade, os projetistas ouçam suas idéias e necessidades.

Quando questionados sobre a localização, os entrevistados foram quase unânimes na aprovação, 93% aprovam a localização das feiras.

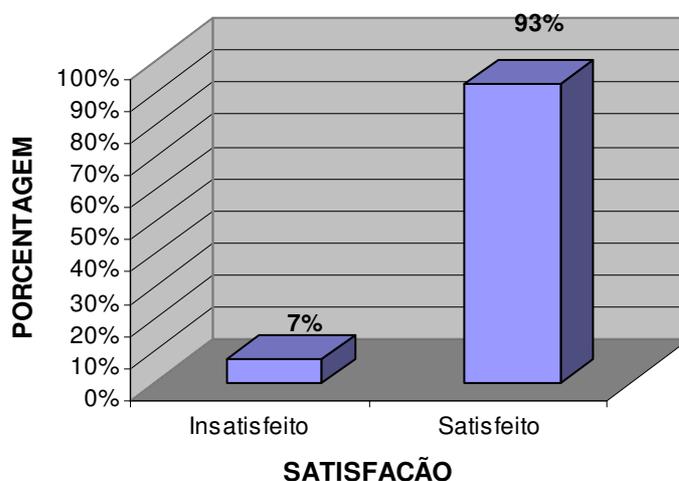


FIGURA 25 - SATISFAÇÃO DECLARADA SOBRE A LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS ORGÂNICAS

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Os 7% de insatisfação é ocasionada pelos seguintes motivos: falta de banheiros para os feirantes e clientes e pela falta de estacionamento para os veículos. Os entrevistados comentam que os locais são ótimos e bem freqüentados.

A segurança foi outro item questionado na entrevista e com satisfação quase unânime, 93%. Os percentuais de satisfação são idênticos aos apresentados na

figura 25.

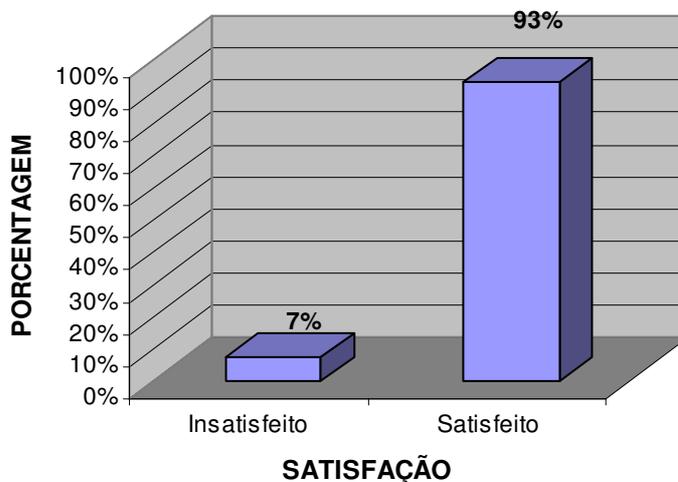


FIGURA 26 - SATISFAÇÃO DECLARADA SOBRE A SEGURANÇA DAS FEIRAS ORGÂNICAS

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

O ponto levantado por alguns feirantes é a falta de policiamento em horários de feiras, principalmente em feiras que ocorrem de 3ª feira à 5ª feira.

Quando questionadas sobre a limpeza dos locais das feiras, os percentuais de satisfação e insatisfação equilibram-se, são 44% contra 56% de satisfação.

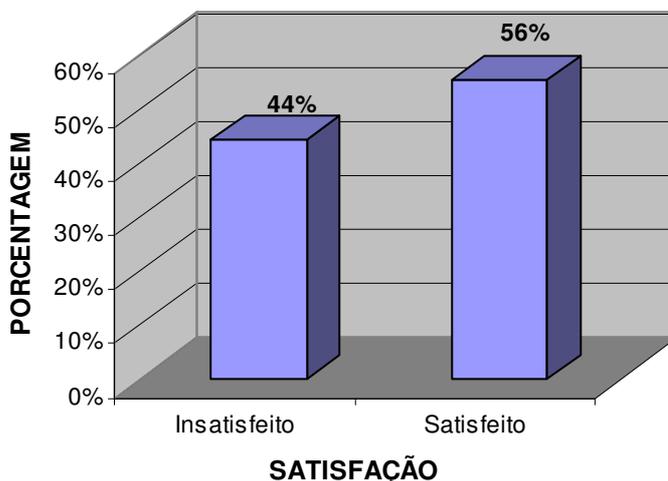


FIGURA 27 - SATISFAÇÃO DECLARADA SOBRE A LIMPEZA DOS LOCAIS DAS FEIRAS ORGÂNICAS

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Os principais problemas apontados foram sacos de lixo encontrados nos locais de montagem das barracas em alguns locais, mato alto em canteiros públicos,

e falta de captação da água de chuva que as vezes alagam os locais de montagem das feiras.

e) Programas de Exportação:

Os entrevistados foram questionados sobre o conhecimento dos canais de exportação específicos para produtos orgânicos. Dos vinte e sete entrevistados 78% dos entrevistados declaram não conhecer nenhum canal de exportação, demonstrando a falta de divulgação apropriada para o público alvo pesquisado. A pesquisa ainda identificou 19% declararam conhecer o Projeto Orgânicos Brasil e 4% declararam que conheceram uma linha de exportação desenvolvida pela AOPA, mais extinta.

Quando questionado sobre a utilização, apenas um entrevistado declarou ter utilizado a extinta linha de financiamento da AOPA e se declarou satisfeito.

Aos serem argüidos sobre os motivos que os levaram a não se interessarem pela exportação, a grande maioria declarou receio de exportar, pois não possui nenhum conhecimento sobre o assunto, mais declararam ter vontade de fazê-lo.



FIGURA 28 - CONHECIMENTO DE LINHAS DE EXPORTAÇÃO ESPECÍFICAS PARA PRODUTOS ORGÂNICOS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

O receio apresentado pelos produtores quando o assunto é a exportação não é infundado como podemos observar na observação realizada pelo IPARDES.

Para alcançar mercados de países desenvolvidos, as exportações brasileiras de orgânicos enfrentam as mesmas barreiras impostas à exportação de

produtos convencionais, a saber: a) subsídios agrícolas daqueles países aos seus produtores, o que tem criado distorções comerciais; b) limitado acesso à informação sobre as regras exigidas para regulamentação, fatores de qualidade, práticas de demanda, práticas de mercado e aspectos logísticos no atendimento aos mercados estrangeiros; c) limitado acesso ao crédito e financiamento, especialmente para agricultores familiares, principais produtores de orgânicos, IPARDES (2007, p.146).

Ao analisar as observações realizadas pelo IPARDES, concluí-se que para exportar é necessário preparo e conhecimento das exigências impostas nesta forma de comercialização.

f) Legislação que rege a comercialização de produtos em feiras livres:

Os entrevistados foram questionados sobre as legislações aos quais são submetidos.

Quando questionados sobre a Lei n.º 10.831 de 23 de dezembro de 2003 que define as regras de como a produção, beneficiamento e comercialização dos produtos orgânicos devem ocorrer, 96% consideram a legislação adequada, apenas um entrevistado declarou que a legislação deveria ser mais específica e severa para os que utilizam o rótulo orgânico e não cumprem a legislação. A satisfação pode ser atribuída à presença de pessoas envolvidas no processo orgânico que auxiliaram na construção do texto da lei.

Os produtores orgânicos, que atuam nas feiras livres orgânicas de Curitiba, como qualquer produtor, estão submetidos ao Decreto n.º. 992/2003 da Prefeitura Municipal de Curitiba⁷⁴ e neste decreto no artigo 8º comenta-se várias obrigações entre elas é não utilização de embalagens recicladas, sobre as regras para a comercialização de origem animal e a obediência a legislação sanitária que determina as regras para a produção, manipulação, exposição e venda de produtos alimentícios.

Quando questionados sobre a adequação da legislação sanitária para a realidade dos feirantes que comercializam em feiras orgânicas, 63% declararam que a legislação sanitária aplicada pelos fiscais é inadequada para pequenos produtores rurais. A principal reclamação é que os fiscais exigem registros específicos para cada produto processado ou embalado comercializado, “se o produtor cumprir esta exigência, a comercialização torna-se inviável”, declara um dos entrevistados. Os feirantes comentam que os produtos como ovos, leite, queijo, são de produção

⁷⁴ O Decreto N.º 992/2003 da Prefeitura Municipal de Curitiba encontra-se no anexo

própria e são os mesmos produtos consumidos na propriedade pela família, as conservas⁷⁵, compotas⁷⁶ e geléias⁷⁷, são elaboradas com os produtos não comercializados, para evitar desperdício, estes produtos são processados para que durem mais e para que seja agregado valor.

Para não serem penalizados, os feirantes optaram em deixar de ofertar produtos processados ou de origem animal para seus clientes. Nas entrevistas não foram raras as vezes que consumidores questionavam os feirantes sobre a existência de leite, ovos, geléias, pão, etc, demonstrando que o consumidor deseja sim consumir estes produtos e não se importam com a embalagem ou a fiscalização. Vale lembrar que os consumidores de produtos orgânicos possuem poder aquisitivo elevado e grau de formação superior ao ensino médio, (IPARDES, 2007, p. 64) e muitas vezes procuram os produtos elaborados daquela maneira por opção, para terem contato com memórias do interior e por acreditarem que esses produtos não possuem aditivos químicos de conservação e acreditam que não farão mal a saúde.

g) Certificação:

Um produto só pode ser considerado orgânico, se for produzido respeitando a legislação que determina como este cultivo deve ocorrer e se uma empresa certificadora atestar que o produtor seguiu as normas de produção. Na entrevista três certificadoras foram identificadas. A Rede Ecovida, com a característica de certificação participativa, o principal benefício apontado pelos produtores é o baixo custo da taxa de manutenção, mas a principal restrição é o impedimento de vender os produtos como orgânico para fora das fronteiras estaduais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Dos entrevistados, 81% declararam ter a certificação da Rede Ecovida, 11% possuem o IBD – Instituto Biodinâmico e 22% possuem a certificação da Tecpar CERT.

⁷⁵ Vegetais acondicionados em vidros lacrados artesanalmente com diversos temperos.

⁷⁶ Frutas acondicionadas em vidros lacrados artesanalmente com calda doce.

⁷⁷ O resultado do cozimento de vegetais ou frutas com temperos até adquirir consistência pastosa.

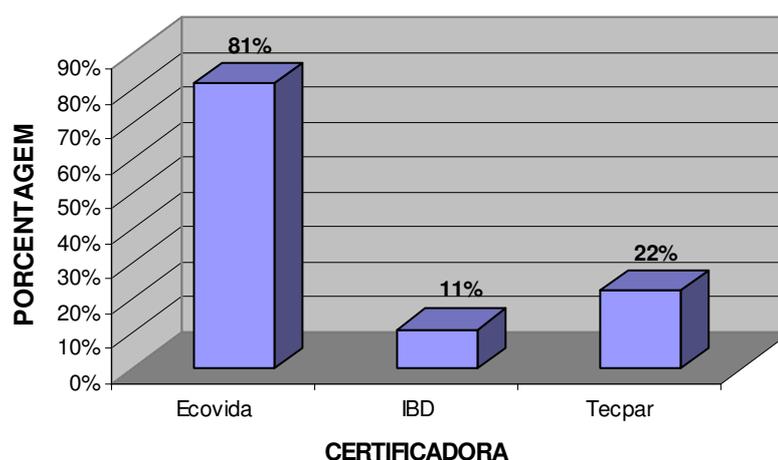


FIGURA 29 - CERTIFICADORAS IDENTIFICADAS NAS ENTREVISTAS REALIZADAS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Identificou-se que quatro produtores possuem dupla certificação, por terem pretensões ou já negociarem seus produtos de maneiras diferentes a da feira. São produtores que vendem para empresas de beneficiamento e precisam possuir certificação que permita vender seus produtos para fora do território estadual. Estas certificações são custeadas pelos compradores da produção, isto é, os produtores recebem esta certificação gratuitamente.

Apenas dois produtores custeiam sozinhos a certificação da Tecpar Cert, e consideram o custo elevado, o custo em média para estes produtores é de R\$ 700,00.

Os produtores que possuem a certificação da Rede Ecovida consideram o custo da taxa baixo, mas os custos não são somente a taxa, por ser um grupo de produtores, são eles que certificam as propriedades de outros produtores, existem os custos para o deslocamento destes grupos, os custos de deslocamento mensais para as reuniões necessárias para a manutenção do grupo. Alguns produtores consideram estas necessidades como um entrave, pois exigem deles tempo que deixa de ser alocado na produção.

Observa-se pelas declarações que a Rede Ecovida atua de maneira diferente nas diversas regiões. Produtores das cidades de Araucária, Barra do Turvo, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Colombo e Tijucas do Sul, declaram ter algum tipo de apoio do grupo, como informações de mercado, informações técnicas. Um produtor do município de Campo Magro e Campo Largo também declararam receber algum tipo de apoio. Mas 67% dos produtores declararam não

receber nenhum tipo de apoio.

A satisfação dos entrevistados referente as certificadoras foi questionada, 77% declararam satisfação referente a certificadora, 23% declararam insatisfação, devido ao custo das reuniões obrigatórias, acreditam que deveria existir um grupo independente que fizesse este trabalho e que este grupo poderia ofertar mais informações técnicas, comerciais e de gestão.

Quando a satisfação referente a certificação da Tecpar Cert é questionada, encontra-se seis produtores certificados por esta instituições, quatro satisfeitos e dois insatisfeitos. Os produtores insatisfeitos solicitam mais atenção e a redução da taxa para certificação.

Os agricultores certificados pelo IBD – Instituto Biodinâmico se mostram satisfeitos com a certificadora. Vale destacar que os dois produtores que recebem esta certificação, não pagam o custo de manutenção da certificação.

Nas entrevistas houve o questionamento sobre o conhecimento de agricultores que têm vontade de realizar a conversão suas propriedades e não conseguem, e produtores que realizaram a conversão e voltaram a ser convencionais. 48% declararam conhecer produtores nas situações relatadas e comentam que os principais motivos para o insucesso são a falta de apoio técnico, a redução de renda que impossibilitou a manutenção da família e dificuldade na comercialização dos produtos, “como vou incentivar minha vizinha a converter suas terras, se eu estou com dificuldade em comercializar minha produção”, comenta um dos entrevistados.

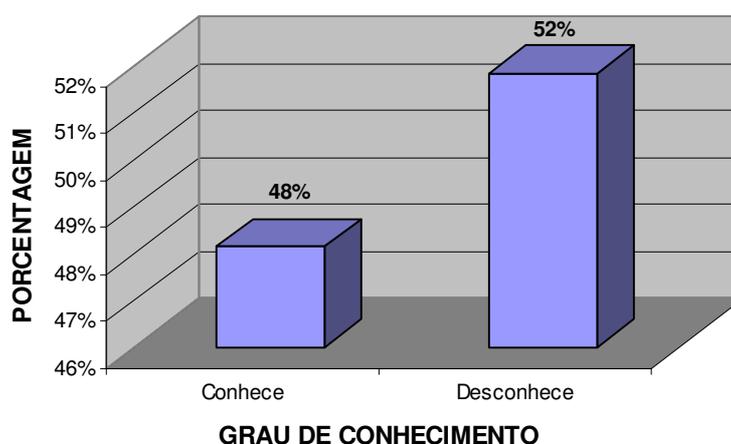


FIGURA 30 - PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS QUE CONHECEM PRODUTORES QUE NÃO CONSEGUEM REALIZAR A CONVERSÃO EM SUAS PROPRIEDADES.

FONTE: PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM NOVEMBRO/2007 NAS FEIRAS ORGÂNICAS DE CURITIBA

As informações apuradas quando o assunto é apoio governamental, financiamento para a produção orgânica, o mais utilizado é o PRONAF e que ainda faltam aperfeiçoamento nas linhas de financiamento para que eles atendam sua finalidade que é a promoção do desenvolvimento do setor no país. O apoio técnico mais utilizado é o disponibilizado pela EMATER sendo que apesar dos esforços dos técnicos, muitos agricultores deixam de ser atendidos pela escassez de técnicos e pela falta de treinamento destes profissionais. Referente ao espaço criado ao lado do Mercado Municipal de Curitiba, O Mercado de Produtos Orgânicos, a maioria entrevistada conhece o espaço, mais não pretende utilizar devido a burocracia e o custo de acesso, e lamentam que o espaço criado não seja aquele solicitado há tempos pelos produtores comerciantes em feiras. A infra-estrutura disponibilizada nas feiras orgânicas é considerada boa pelos feirantes, apenas solicitando melhor infra-estrutura para os clientes como a disponibilização de banheiros e melhores estacionamento. A legislação que rege o setor é considerada adequada, sendo que o maior problema encontrado pelos feirantes é a legislação sanitária que os impede de comercializar os produtos embalados e processados. Quando questionados sobre a certificação, observa-se que a grande parte dos entrevistados possui a certificação pela Rede Ecovida e que apesar do custo de manutenção ser baixo, em alguns momentos ela deixa de ser vantajosa pela impossibilidade de comercializar com outros estados, além dos custos das reuniões necessárias todos os meses. Os agricultores comentam que a exigência e severidade no controle dos participantes da Rede deve ser mais eficiente, pois por serem eles próprios a certificarem, ocorrem produtores que cometem falhas e não são punidos como manda a regra. Além dos pontos apresentados, os agricultores responderam sobre agricultores que já tentaram a conversão ou desejam realizar a conversão e não conseguem, os entrevistados informam que conhecem agricultores nestas situações, e que o principal problema é a comercialização dos produtos que ainda não está organizada suficientemente para absorver nos produtores.

4.1.3 Marketing.

Os entrevistados foram questionados se existe dificuldade na comercialização de seus produtos, 30% declararam que possuem dificuldade em vender todos os seus produtos contra 70% que declararam não ter problemas. Os respondentes declaram acreditar que as dificuldades encontradas são devido a falta

de locais de venda e de esclarecimento à população sobre a diferença entre produtos orgânicos e convencionais.

Os entrevistados declararam que tentam fazer divulgação explicativa por conta própria, através de panfletagem, distribuição de folders e cartões, publicação em revistas e em conversas, quando possível.

Quando questionados se um número maior de campanhas explicativas auxiliaria no aumento das vendas, 100% dos entrevistados responderam positivamente.

Sobre a satisfação com as campanhas realizadas pelo setor público 89% declararam estar insatisfeitos, solicitam maior apoio para realizar o esclarecimento da população dos benefícios que a troca do consumo de produtos convencionais por orgânicos pode trazer para a saúde, da mesma forma que é recomendado comer mais produtos naturais que processados, 7% declaram-se satisfeitos e 4% declaram que não possuem opinião formada sobre o assunto.

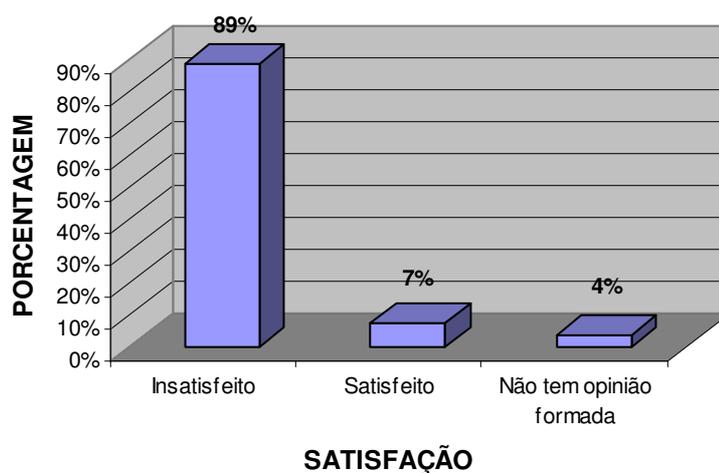


FIGURA 31 - PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO REFERENTE O ESCLARECIMENTO FEITO PELO PODER PÚBLICO SOBRE OS PRODUTOS ORGÂNICOS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Quando assunto é marketing o principal ponto levantado foi a divulgação dos pontos de venda e do sistema em si. Os entrevistados apontaram a necessidade de um número maior de campanhas explicativas, sendo que eles fazem o possível com os recursos disponibilizados por eles, quando possível. Observa-se que são ações isoladas tentando realizar a divulgação.

4.1.4 Gestão

Um dos pontos que pode trazer sucesso em qualquer negócio é a eficiente administração. Para verificar se os produtores entrevistados possuem conhecimento básico de administração e economia, foram elaboradas algumas perguntas.

Primeiramente os entrevistados foram questionados sobre a forma de definirem os preços dos produtos comercializados nas feiras.

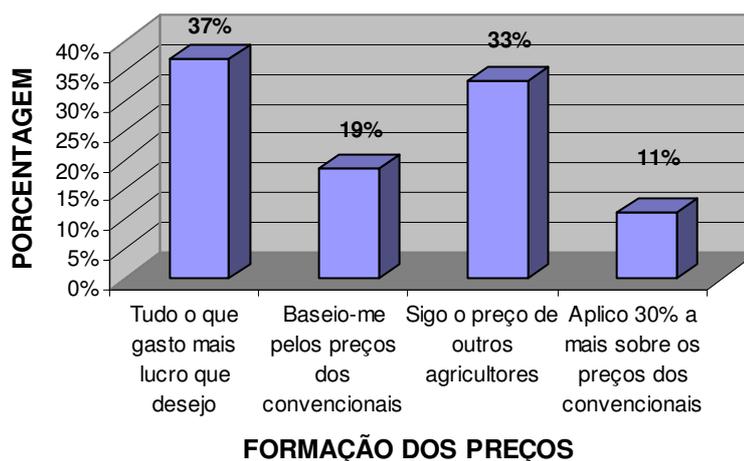


FIGURA 32 - FORMAÇÃO DOS PREÇOS DE VENDAS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NAS FEIRAS ORGÂNICAS DE CURITIBA.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Observa-se que a totalidade das respostas demonstra que estes agricultores receberam alguma orientação. Dos respondentes 56% declararam que participaram de algum curso que envolvia noções de administração contra 44% que declararam nunca ter participado de nenhum curso. A totalidade dos entrevistados reconheceu que não fazem a administração da propriedade de maneira eficiente, ou por falta de tempo, ou por falta de conhecimento.

Na figura 32 pode-se observar que 33% declararam que forma o preço somando todos os gastos mais o lucro que deseja ganhar. Estendendo a conversa observamos que “o que se gasta” é referente a produção, sem levar em consideração os custos fixos e custos pessoais familiares. Não leva-se em consideração os custo da terra, o salário dos integrantes da família e não se faz um planejamento de reinvestimento, o que sobra é lucro. Já 19% declararam que observam os preços dos convencionais, isto é, procuram deixar seus preços na mesma faixa dos convencionais comercializados em super e hipermercados. Esta

prática não observa em nenhum momento os custos desta produção, sendo assim o produtor não saberá se irá auferir lucro ou não. Outros 33% declararam que seguem o preço praticado por outros feirantes, incorrendo no mesmo problema dos agricultores que se baseiam nos produtos convencionais. Outros 11% declaram que para formar seus preços seguem uma orientação dada por técnicos da EMATER, pesquisam os preços dos produtos convencionais e aplicam 30% mais sobre o preço. Esta prática em alguns momentos pode ser injusta com os consumidores e também não garante que o produtor irá ter lucro, ou que irá pagar seus custos.

Continuando com o tema, questionou-se os produtores sobre “como você define a quantidade a ser produzida?”, 85% declararam que observam o quanto vendem para e com esta informação definem a quantidade a ser produzida. 7% declararam receber orientação da Rede Ecovida e outros 7% declararam que usam toda a capacidade de produção. Caso a demanda por determinado produto se eleve, ou eles deixam de atender ao consumidor, ou eles buscam de outros produtores que não comercializam nas feiras. A estratégia de parceria com outros agricultores é uma boa solução para enfrentar o problema da falta de produtos em um determinado período.

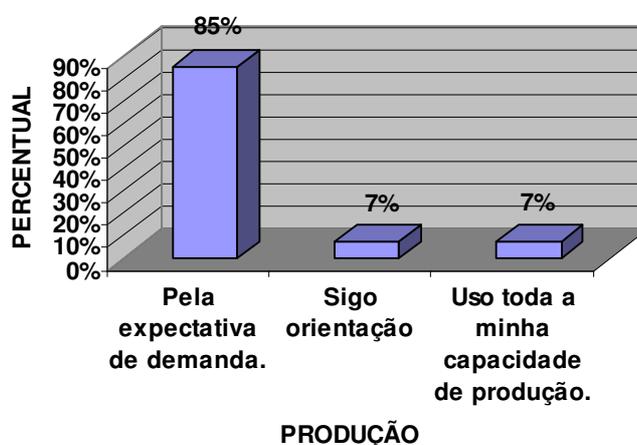


FIGURA 33 - FORMAS DE DEFINIR A QUANTIDADE À SER PRODUZIDA.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Os entrevistados também foram questionados sobre a forma de compra dos insumos necessários para a produção na propriedade.

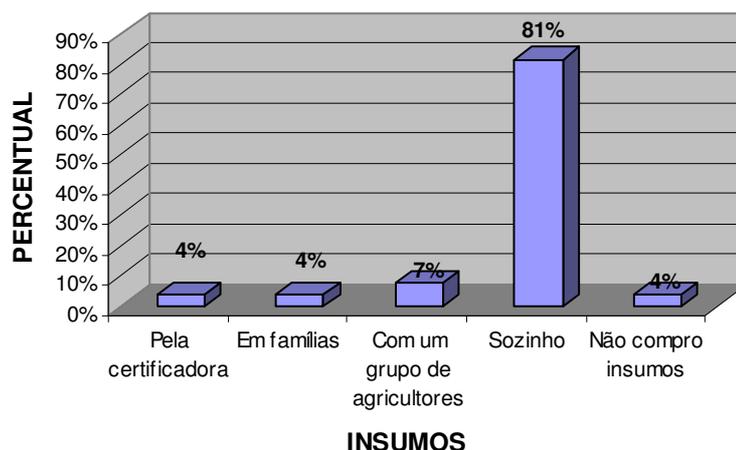


FIGURA 34 - FORMAS DE DEFINIR A QUANTIDADE À SER PRODUZIDA.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Dos entrevistados, 81% dos produtores declararam que adquirem os insumos necessários para produção sozinhos, 7% declararam comprar com um grupo de agricultores, 4% declararam comprar em família, outros 4% compram os insumos com auxílio da certificadora e outros 4% declararam não precisar comprar insumo. Sabe-se que a compra de insumos, independentemente do tipo de insumo, pode encarecer a produção, sendo recomendado a compra em grupo para baratear os seus custos.

Quando questionados como o lucro da propriedade é calculado, verificou-se que 41% consideram lucro o que sobra no final do mês, 31% admite não calcular o lucro e apenas 26% possui um controle de seus gastos e ganhos planilhados. Este resultado demonstra que 74% dos entrevistados não controlam seus gastos e não sabem realmente se o seu negócio está rendendo o que deveria ou não.

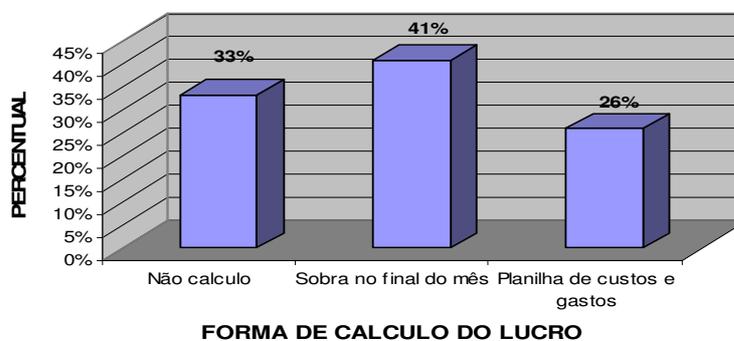


FIGURA 35 - FORMAS DE CÁLCULO DO LUCRO.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Outro item importante na administração de um negócio é a constância da oferta dos produtos.

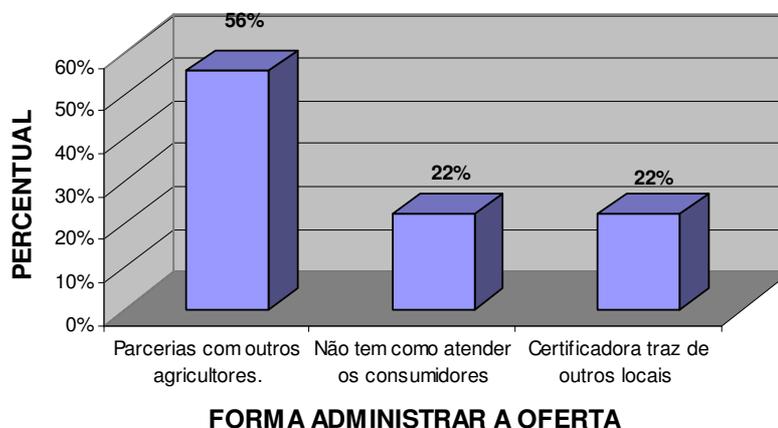


FIGURA 36 - FORMAS DE ADMINISTRAR A OFERTA.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Dos entrevistados 56% declararam que buscam produtos de outros agricultores, 22% declararam que não tem como atender os consumidores e outros 22%, também em um sinal de cooperação declararam que a certificadora traz produtos de outros locais para serem comercializados nas feiras de Curitiba.

Foi verificada a percepção dos produtores sobre a satisfação dos consumidores com a oferta dos produtos nas feiras orgânicas em Curitiba. Dos entrevistados 56% declararam que os consumidores estão insatisfeitos, pedem mais variedade de produtores e produtos processados.

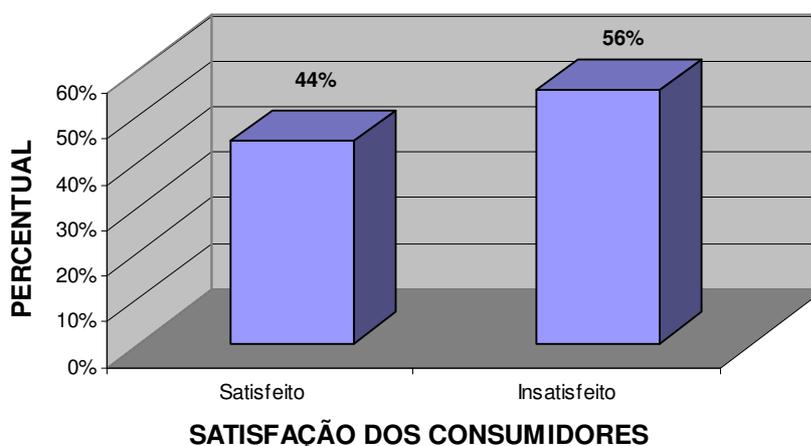


FIGURA 37 - SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Como já comentado anteriormente, 56% declararam que participaram de cursos de aperfeiçoamento. Quando questionados sobre a vontade de participar de cursos 48% declararam que sim e 26% declararam que gostariam de participar de novos cursos, outros 26% declararam que não gostariam de participar de cursos ou de novos cursos por declararem que não possuem tempo, pois o trabalho com a propriedade já os ocupam demasiadamente.

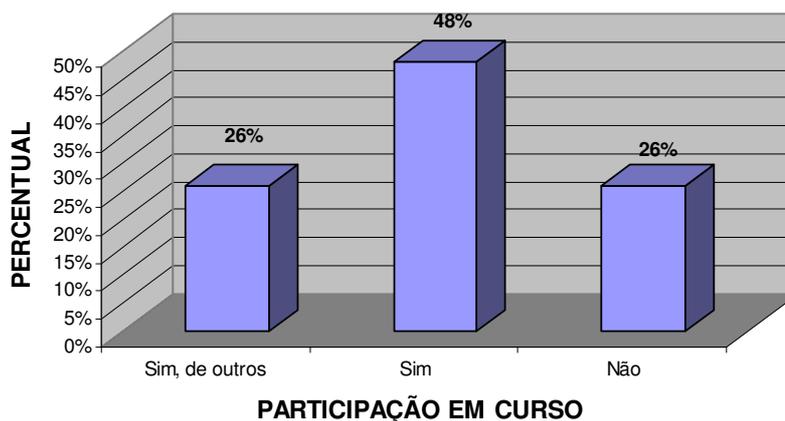


FIGURA 38 - VONTADE DE PARTICIPAR DE CURSOS

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Quando questionados sobre gestão, a maioria demonstra ter conhecimento e em algum momento já foi orientada sobre as melhores formas para gerir sua propriedade, mas a grande parte comenta que como a mão-de-obra nas propriedades é escassa, não existe tempo para realizar um controle mais eficiente dos custos, lucro e planejamento da produção.

4.1.5 Canais de Comercialização

Outro ponto identificado no levantamento preliminar foram os canais de comercialização utilizados pelos produtores.

Os entrevistados foram questionados sobre a satisfação com os canais de comercialização atuais utilizados pelos produtores. Dos respondentes 70% declararam que estão satisfeitos com os canais de comercialização que utilizam atualmente, principalmente as feiras.

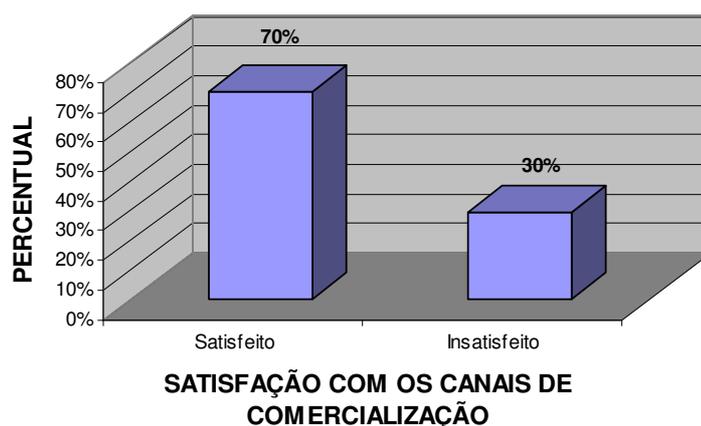


FIGURA 39 - SATISFAÇÃO COM OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ATUAIS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Na figura 40 estão apresentados os canais de comercialização utilizados pelos entrevistados além da venda direta por feiras.

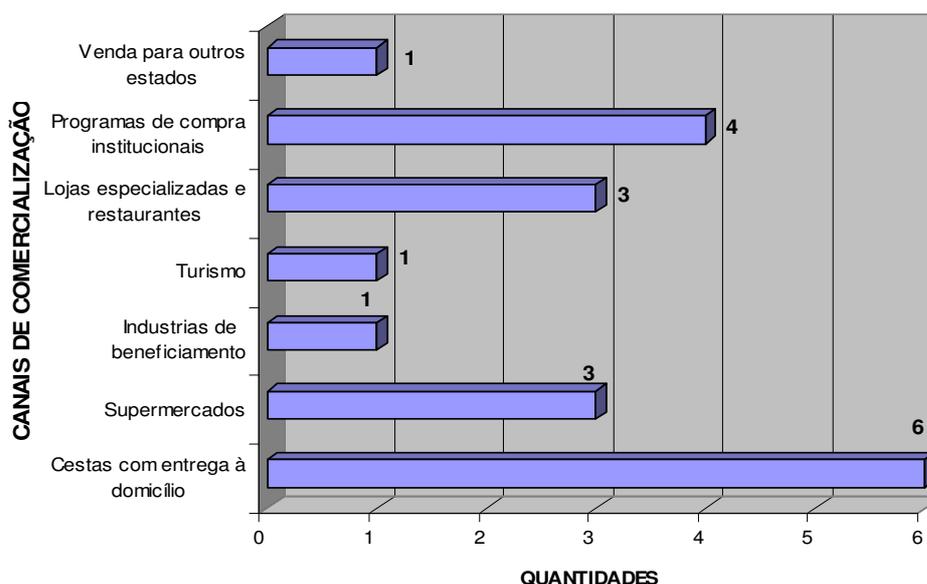


FIGURA 40 - OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Observa-se que além das feiras os produtores utilizam outros canais de comercialização. Os canais de comercialização mais citados pelos entrevistados são as cestas com entrega à domicílio com seis ocorrência, a segunda mais utilizada é a

comercialização pelos programas de compras institucionais como a “Merenda Escolar” e o “Fome Zero” com quatro declarações. As outras formas citadas são as: lojas especializadas e restaurantes e os supermercados com três ocorrências cada; vendas para outros estados, turismo e venda para indústrias de beneficiamento com uma ocorrência cada.

As duas formas mais utilizadas também são as mais vantajosas, pois a cesta de entregas à domicílio propicia o estreitamento da relação dos clientes com o produtor, levando uma melhor remuneração e possibilitando que os produtores planejem melhor sua produção. As vendas para programas institucionais são garantidas e os produtores recebem por tudo o que plantam. São alternativas para as vendas em feiras.

Vale observar que os canais mencionados aqui, são alternativos, sendo que o maior canal de distribuição dos entrevistados é a feira.

Na figura 41 são apresentados canais de comercialização que já foram utilizados anteriormente e não estão sendo mais utilizados pelos produtores.

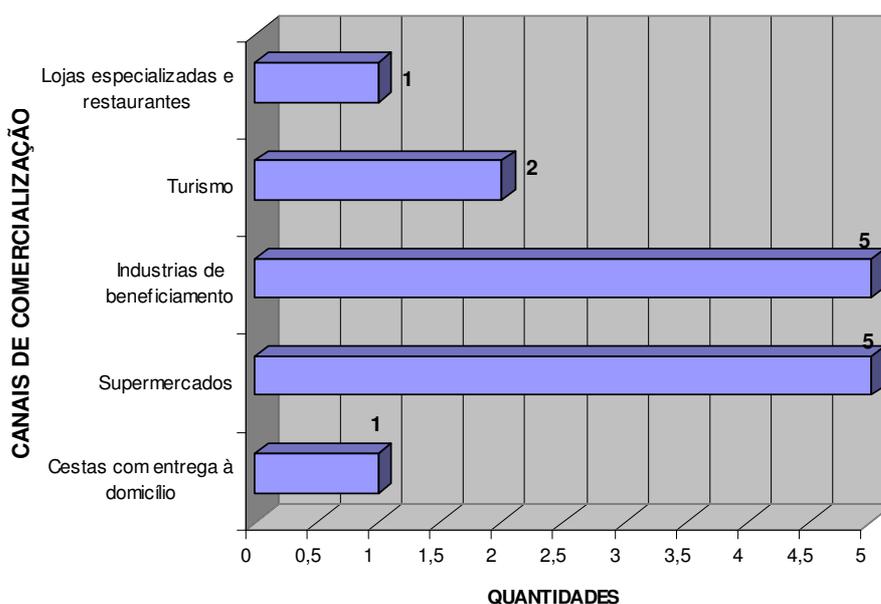
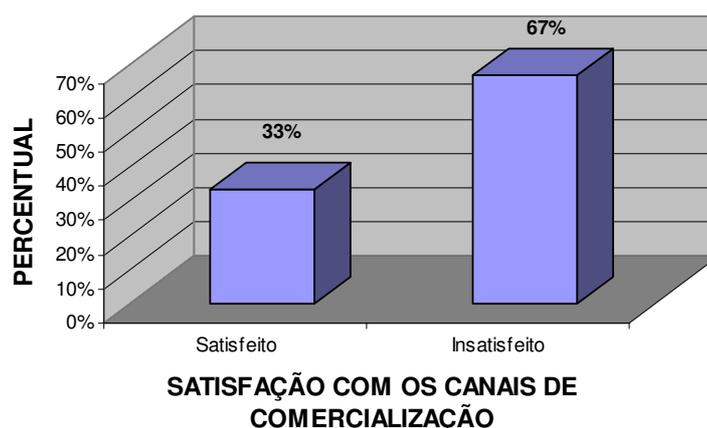


FIGURA 41 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS ANTERIORMENTE

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Dos que utilizaram outros meios de comercialização que não utilizam mais, perguntou-se sobre a satisfação com os canais de comercialização utilizados. 67% dos entrevistados declararam insatisfação. Quando questionados sobre a vontade de utilizar os canais novamente os mesmos 67% declararam que não pretendem.



satisfação com os canais de comercialização não mais utilizados

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Os motivos apresentados pelos entrevistados que utilizaram outros canais de comercialização e ficaram insatisfeitos e manifestaram o desejo de não mais utilizar os mesmos canais são os apresentados na figura 43, 50% declaram que não desejam mais utilizar outras formas de comercialização porque a margem de lucro auferida é insuficiente para pagar os custos, 30% declararam que não receberam pelos produtos entregues e 20% declararam que o canal de comercialização exigia muito trabalho e que eles não possuíam a mão-de-obra necessária para atender satisfatoriamente a necessidade. As principais queixas foram direcionadas à venda para super e hipermercado. Os produtores comentam que as exigências são demasiadas, os pagamentos são demorados e acabam muitas vezes não sendo o suficiente para cobrir os custos para a manutenção do canal de comercialização.

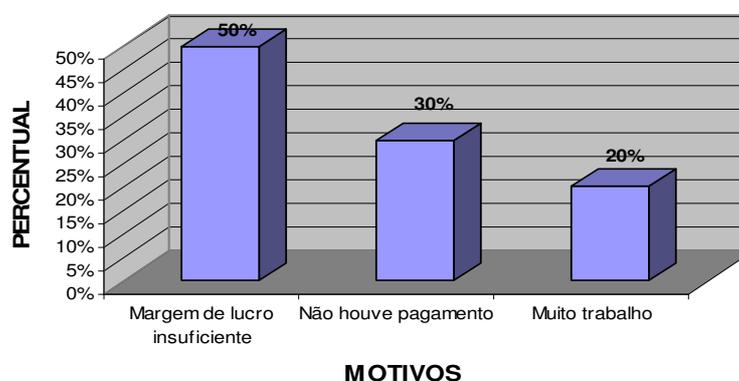


FIGURA 42 - MOTIVOS PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DOS ANTIGOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

A pesquisa demonstrou que os entrevistados utilizam ou já utilizaram vários canais de comercialização. A maior restrição levantada pelos respondentes foi a comercialização com super e hipermercados, pelas regras de comercialização impostas serem muito desvantajosas quando comparadas com as outras formas de comercialização utilizadas. Além das regras de comercialização desvantajosas, os produtores apontam que os super e hipermercados são responsáveis muitas vezes pelos clientes acreditarem que os produtos orgânicos são muito caros.

4.1.6 Expectativas Futuras

Quando questionados sobre as pretensões para a produção de 2008, 59% entrevistados declararam que pretendem aumentar a produção, 22% pretendem manter a produção atual e 19% declararam que pretendem reduzir a produção.

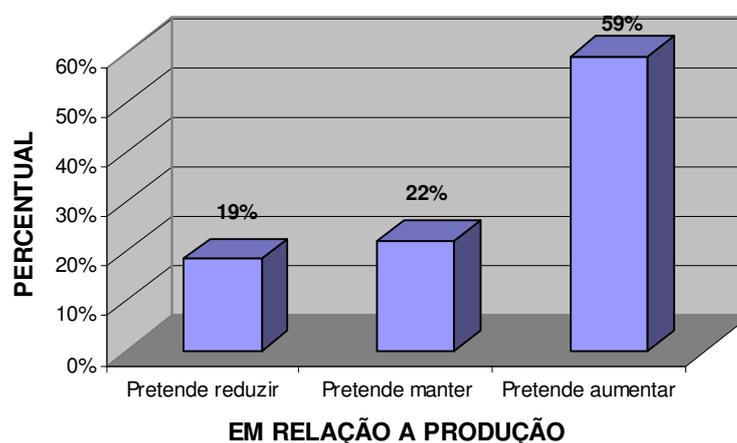


FIGURA 43 - PRETENSÕES REFERENTES À PRODUÇÃO DE 2008.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Quando questionados sobre os motivos que motivam o aumento da produção em 2008, 67% declaram que existe falta de produtos e 33% declaram que existe espaço para a diversificação de produtos, principalmente frutas, um pedido constante dos consumidores. Acreditam na expansão do mercado com o aumento da conscientização dos consumidores ocasionada pelas degradações ambientais apresentadas quase todos os dias nos canais de comunicação. Acreditam que as notícias motivem a população a buscar uma vida mais saudável e formas de consumo menos agressivas ao planeta que habitamos.

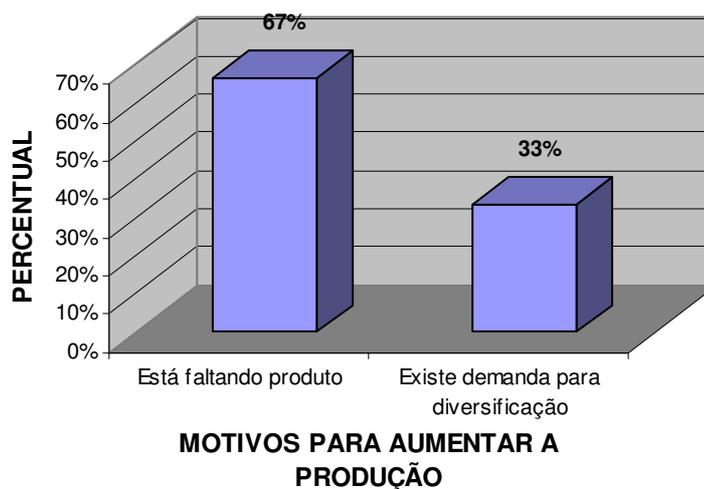


FIGURA 44 - MOTIVOS PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE 2008

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a manutenção ou a redução da produção em 2008, 67% declararam que não produzem mais porque faltam locais de venda, 7% declaram que faltam terras e outros 7% declaram falta de mão-de-obra.

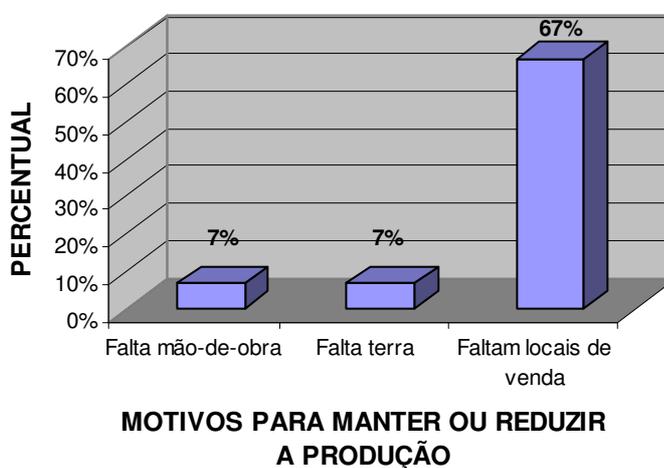


FIGURA 45 - MOTIVOS PARA MANTER OU REDUZIR A PRODUÇÃO DE 2008

FONTE: Pesquisa de campo realizada em novembro/2007 nas Feiras Orgânicas de Curitiba

Quando questionados sobre o que esperam da agricultura orgânica para o futuro todos vêem um futuro promissor para os produtos orgânicos, mais declaram que precisam de mais apoio para que os problemas da comercialização sejam solucionados.

Quando questionados se existe mais algum assuntos que deveria ser abordado em uma pesquisa houve a repetição dos assuntos abordados anteriormente como mais locais para comercialização, financiamentos mais adequados para pequenos produtores familiares e orgânicos, programas para aproximar o consumidor, agricultor e o setor público, legislação sanitária mais adequada para os produtos negociados nas feiras, mais divulgação, mais apoio do setor público, garantir o preço mínimo para manter a renda dos produtores.

Apesar das inúmeras queixas percebe-se que os atores envolvidos no setor orgânico acreditam na expansão da agricultura orgânica e a médio e longo prazo, sendo que estão dispostos em sua grande maioria a continuar a investir na expansão da produção.

4.2 ANÁLISE UTILIZANDO ESTATÍSTICA NÃO-PARAMÉTRICA

Utilizado a estatística não paramétrica buscou-se identificar freqüências entre um conjunto de variáveis.

a) Satisfação com o apoio técnico ofertado pelo setor público e a motivação para a produção em 2008.

- Hipótese nula – H_0 : A motivação para produzir não depende do apoio técnico dispensado pelo estado aos produtores.

- Hipótese alternativa – A motivação para produzir depende do apoio técnico dispensado pelo estado aos produtores.

OPINIÃO	SATISFAÇÃO		TOTAL
	INSATISFEITO	SATISFEITO	
Pretende reduzir	3	1	4
Pretende manter	4	1	5
Pretende aumentar	9	5	14
TOTAL	16	7	23

Qui-Quadrado (com correção de Yates) = 2,45

p-valor = 0,29

Não é possível rejeitar H_0 , ou seja, estatisticamente não pode-se afirmar que a motivação para produzir dependa do apoio técnico dispensado pelo setor público

para os produtores.

Esta constatação demonstra que os produtores tendem a buscar a solução para os problemas encontrados nas lavouras sozinhos ou nos próprios grupos de agricultores parceiros.

Para este cálculo foram desprezados os respondentes que não emitiram opinião de satisfação quanto ao apoio técnico ofertado pelo governo.

b) Motivação para a produção em 2008 e dificuldades em comercializar os produtos.

- Hipótese nula – H_0 : A motivação para produzir não depende das dificuldades em vender os produtos

- Hipótese alternativa – A motivação para produzir depende das dificuldades em vender os produtos.

OPINIÃO	SATISFAÇÃO		TOTAL
	SEM DIFICULDADE	COM DIFICULDADE	
Pretende reduzir	1	4	5
Pretende manter	5	1	6
Pretende aumentar	13	3	16
TOTAL	19	8	27

Qui-Quadrado (com correção de Yates) = 36,23

p-valor = 0,00

Com o resultado apresentado, com 100% de confiança pode-se rejeitar a hipótese nula, isto é, a motivação para produzir depende das dificuldades encontradas para vender seus produtos.

Esta afirmação vai ao encontro das solicitações realizadas pelos produtores para que sejam fornecidos pelo setor público, outros locais de venda e outras formas de escoamento da produção, como por exemplo, um endereço fixo onde eles poderiam ofertar todos os dias sua produção.

c) Dificuldade em vender os produtos e participação em cursos.

- Hipótese nula – H_0 : A dificuldade em vender independe da participação do produtor em cursos para auxiliar na gestão da propriedade.

- Hipótese alternativa – A dificuldade em vender independe da participação

do produtor em cursos para auxiliar na gestão da propriedade.

OPINIÃO	SATISFAÇÃO		TOTAL
	SEM DIFICULDADE	COM DIFICULDADE	
Participou	10	5	15
Não participou	9	3	12
TOTAL	19	8	27

Qui-Quadrado (com correção de Yates) = 2,4110

p-valor = 0,1205

Com o resultado apresentado, não é possível rejeitar a hipótese nula, isto é, dificuldade em vender independe da participação do produtor em cursos para auxiliar na gestão da propriedade.

Este resultado merece algumas considerações: primeiramente, o público respondente desta pesquisa possui uma situação privilegiada na comercialização, apesar de haver sim a necessidade de um número maior de pontos de vendas; por existir para os respondentes hoje as feiras, as dificuldades de venda não ocorrem com maior frequência; e também, pelos produtores adequarem suas produções as vendas realizadas nas feiras.

Foram realizados 7 outros cruzamentos com os dados extraídos dos questionários respondidos. A renda foi cruzada com a participação nas feiras, escolaridade, município da propriedade, tamanho da propriedade. A escolaridade foi cruzada com a forma de divulgação dos produtos, formas de cálculo dos preços, formas de calcular o lucro. Ocorre que nestes cruzamentos não houveram relevância estatística, que impossibilitaram a análise. Para novos trabalhos recomenda-se a reavaliação das alternativas ofertadas aos respondentes.

CONCLUSÕES

Os entraves enfrentados pelos produtores orgânicos que comercializam nas feiras orgânicas de Curitiba foram levantados, e analisados as possíveis causas para sua ocorrência. Entende-se que as reflexões concebidas são importantes para que a sociedade entenda um pouco mais sobre os problemas enfrentados pelos produtores, e para orientar o poder público sobre as possíveis políticas públicas necessárias para o setor.

Buscou-se demonstrar que a agricultura orgânica é uma das ferramentas para a promoção do desenvolvimento local e sustentável, com a promoção de empregos e proporcionando a redução do êxodo rural, devido a melhor remuneração do setor. Além de melhor renda, a produção pelo manejo orgânico reduz a intoxicação de trabalhadores por agrotóxicos e pesticidas sendo apontados como a segunda maior causada de acidentes com as características de envenenamento. Vale mais uma vez colocar que as intoxicações por produtos utilizados nas lavouras levam os trabalhadores a terem cânceres e problemas neurológicos que podem levar ao suicídio.

Além da promoção da qualidade social na agricultura, a produção pelo manejo orgânico reduz os impactos ambientais causados pelo manejo convencional quando o solo é degradado, a água é contaminada e a biodiversidade não é respeitada.

Os entraves levantados neste trabalho não são inéditos, sendo a comercialização e a falta de políticas públicas de incentivos para o setor já identificado como entraves em estudos com enfoque parecido. A novidade é que após quase dez anos de trabalhos apontando esses problemas, artigos de especialistas de instituições respeitadas como a EMATER e o IAPAR, explicitando sobre o assunto, depoimento de produtores às autoridades públicas, a situação ainda persista.

Vale chamar a atenção que o público respondente desta pesquisa, quando comparada a situação comercial com outros produtores, leva vantagens: possuem ponto de comercialização; podem estabelecer o preço de seus produtos; estabelecem contato com o cliente final (situação que os auxilia na produção e na melhoria dos produtos); por ter contato com o mercado podem planejar sua produção. Opiniões dadas sobre a situação de mercado e dificuldades em alguns

momentos foram inspiradas não apenas em suas situações, mais também, nas situações observadas nos agricultores orgânicos sem acesso aos canais de comercialização que proporcionam maior escoamento da produção como as feiras.

Os agricultores têm conhecimento das linhas de financiamento, 78% PRONAF e 52% BB Produção Orgânica, mas 37% informam que não utilizam por medo, por falta de profissionais para explicar como o serviço funciona, sendo que 59% dos entrevistados declaram-se insatisfeitos com os serviços disponibilizados. O pressuposto levantando no início deste trabalho não se confirmou, pois os agricultores conhecem as linhas de financiamento disponibilizadas para a agricultura orgânica, ocorre que possuem dificuldades em utilizar.

Quando o assunto é serviço técnico para a produção, o mais utilizado é o disponibilizado pela EMATER, sendo que 70% dos entrevistados declararam-se insatisfeitos com o serviço, pela falta de profissionais e pela falta de treinamento dos profissionais atuantes nas práticas do sistema orgânico. O pressuposto aqui se confirmou, pois 13 entrevistados dos 27 declararam que existe a falta de técnicos para o atendimento dos agricultores que optam pelo sistema de produção orgânico.

Sobre as Feiras Orgânicas, 93% declaram-se satisfeitos, apenas solicitando melhor infra-estrutura para os clientes, como melhor estacionamento e banheiros. Os feirantes reconhecem o apoio dado pela Prefeitura Municipal nos locais de comercialização, apenas lamentam que não tenham sido ouvidos no desenvolvimento das barracas utilizadas atualmente. Dos entrevistados, apenas 63% pretendem utilizar o Mercado Orgânico de Curitiba com inauguração prevista para maio de 2008, os agricultores lamentam que suas solicitações para este mercado não tenham sido atendidas.

A exportação ainda não é uma realidade para estes feirantes, sendo que 78% deles declararam não conhecer nenhum projeto de exportação.

A legislação que rege o setor é entendida como adequada, sendo que os feirantes possuem problemas apenas com a legislação sanitária aplicada nas feiras, pois essa legislação inibe a comercialização de produtos que os consumidores desejam, como ovos, geléias, etc.

Sobre a gestão da propriedade, a maior dificuldade dos produtores é o tempo para realizar esta atividade, pois 56% dos produtores já participaram de cursos de capacitação para gerir e desejam participar de outros, 76% dos respondentes declararam esse interesse. Apesar da não identificação da relação de

dificuldade de venda dos produtos e participação de cursos de gestão.

Quando questionados sobre os canais de comercialização, 70% declararam estar satisfeitos com os canais de comercialização atuais. Quando questionados de outras formas de comercialização, como a venda para super e hipermercado, todos os entrevistados comentam que não desejam mais comercializar por este canal por problemas como tempo de pagamento e custos elevados para a manutenção da relação comercial.

Em geral, apesar das dificuldades ainda enfrentadas, 59% dos entrevistados pretendem aumentar a produção. Os entrevistados, 52%, declararam que conhecem produtores convencionais que desejam realizar a conversão, ou que já converteram suas propriedades, mas não conseguiram manter-se no setor, por problemas na comercialização.

É necessária a conscientização do poder público sobre os benefícios gerados à sociedade, quando existe a conversão de uma propriedade rural para o sistema orgânico, pois deixam de gerar malefícios e que a expansão do setor não pode ser relegada aos produtores, pelo simples fato de a expansão da agricultura ser algo de interesse social.

Como comentado anteriormente, a produção pelo sistema orgânico melhora a qualidade ambiental local, a condição social do produtor, isto é, é um agente promotor para o desenvolvimento sustentável. Sendo que este estudo é mais uma pesquisa que relata a sociedade os entraves e expectativas desses produtores agrícolas que possuem consciência de seu papel na sociedade e tentam fazer sua parte para a preservação do planeta, solicitando apenas que a sociedade proporcionem à eles condições materiais de continuarem desempenhando este papel. Coloca-se em evidência que o Estado do Paraná é privilegiado por ter pesquisadores em grande número interessados nos assuntos, e ações de incentivo ao setor, como técnicos treinados no sistema orgânico, ser pioneiro na compra de produtos orgânicos para a merenda escolar, programa de exportação desenvolvido pela FIEP e APEX – Paraná, além dos próprios espaços criados para a comercialização como as feiras e o mercado orgânico.

Sobre o objetivo central deste estudo, observa-se que o maior entrave para a expansão da oferta é a garantia de comercialização. Pois os produtores mostram-se inseguros quando o assunto é expansão e os 59% de produtores que pretendem aumentar sua produção, pretendem investir em novas culturas, deficitárias nas

feiras, como frutas. Vale destacar que a garantia de venda é necessária, pois os produtores orgânicos assumem riscos não assumidos por produtores convencionais, sendo mais suscetíveis a perdas de safra, sendo necessário que a produção que alcance sucesso seja comercializada com um preço mais elevado para a recuperação das perdas.

O pressuposto sobre limitações para a comercialização foi confirmado, pois a legislação impede a comercialização dos produtos orgânicos juntamente os produtos convencionais, sem a devida proteção, limitando os locais de comercialização.

Ao longo deste estudo alguns questionamentos surgiram e não foi possível respondê-los por não serem o foco deste trabalho, sendo recomendações para próximos estudos.

Primeiramente levantar até que ponto a expansão do mercado orgânico é interessante para os produtores atuais, que nesta pesquisa comentaram que produzem quase com capacidade máxima e com pouca mão-de-obra, lembrando que a expansão deste setor, os levará a uma condição de mercado de concorrência perfeita, sendo que nesta estrutura de mercado o controle sobre preço deixa de existir e conseqüente a remuneração alcançada hoje será reduzida. Além deste tema vale a pena propor:

- ações governamentais para auxiliar agricultores convencionais que produzem em regiões de APAS;
- linhas de financiamento adequadas para a realidade dos produtores em período de conversão;
- ações pública para o acesso da camada da população mais pobre a produtos orgânicos, sendo que estes são mais saudáveis, quando sabe-se que este produtos ainda são consumidos pela classe social com melhores condições financeiras;
- modelos de cooperativismo que venham a solucionar problemas de gestão e marketing do setor.

Refletir se as exigências e rotulagem impostas aos produtos orgânicos também não devem ser impostas aos convencionais comercializados in natura, sendo que nestas embalagens deveriam conter a quantidade de produtos químicos existentes no produto e sua rastreabilidade, com a indicação dos malefícios que os produtos existentes podem ocasionar.

Traçar o perfil do produtor orgânico nacional e regional, levantando suas necessidades para que os programas como de crédito e assistência técnica seja formatado adequadamente.

Realizar um levantamento nacional estatístico do real impacto que os agrotóxicos e pesticidas causam na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores de produtos contaminados.

Mensurar a real contaminação dos lençóis freáticos e solo das regiões com uso intensivo de agrotóxicos e pesticidas.

Entre outros estudos de impacto que podem ser utilizados pelo setor público para definir políticas públicas mais adequadas para a sociedade.

Uma das sensações experimentadas nas entrevistas foi que os produtores não desejam mais estudos que levantem seus problemas, isto já foi realizado várias vezes por pesquisadores especializados tecnicamente no assunto e com anos de atuação. Os atores deste setor desejam ações que proporcionem soluções para os problemas levantados, mesmo porque os agricultores acreditam que estão agindo corretamente perante a sociedade quando preocupam-se com o ambiente que vivem, quando preocupam-se com a saúde dos seus clientes, etc. E esperam que estas iniciativas sejam reconhecidas pela sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites**. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 15, n°. 43, 2001.

Agencia Brasil. **Suicídios em zonas rurais podem estar associados ao uso inadequada de agrotóxicos 2005**. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=19&matid=6753?>. Acesso em 23/04/2006

Agência de Notícia do Paraná. **Produção de orgânicos no Paraná cresce 21% na safra 05/06**. Disponível em: < <http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=28522>. Acesso em 17/12/2007.

Agencia de Notícia do Paraná. **Paraná apresenta Merenda Escolar Orgânica durante Fórum Global da Sociedade Civil**. Disponível em < <http://www.agenciadenoticiaspr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=19139>>. Acesso em 18 de novembro de 2007.

ALVES, Eliseu. **Agricultura Familiar Prioridade da Embrapa**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001. 55p.

ANDREOLI, Cleverson Vitorio. **Mananciais de Abastecimento: planejamento e gestão. Estudo de Caso do Altíssimo Iguaçu**. Curitiba: Sanepar Finep, 2003. p. 494.

ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, vol.. 10, n°. 1, 2006.

BANCO DO BRASIL. Linha de Financiamento. Disponível em:<<http://www.bb.com.br/portallbb/page3,106,3132,10,1,1,2.bb?codigoMenu1898&odigoRet=1257>. Acesso em 24 de outubro de 2007.

BARDIN, Laurece. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edição 70, 1977. p. 225

BITENCOURT, Rosimeire Sedrez. **Projeto – Grupo Clássico Indústria de Artigos Esportivos S/A de Venâncio Alves – RS** – Porto Alegre: Núcleo de Desing e Ergonomia – NDE/PPGEP/UFRGS, 2005. p.65

BOCHNER, Rosany. **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil**. Rio de Janeiro. FICRUZ, 2006.

BRASIL. **Lei nº9.985 de 18 de julho de 2000**. Dispõe sobre a Regulamentação o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>> Acesso em 25 de agosto de 2006.

BRASIL **LEI nº. 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Dispõem sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.831.htm>> Acesso em 15 de maio de 2006.

BRASIL **INSTRUÇÃO NORMATIVA nº. 07 de 17 de maio de 1999**. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Disponível em: < http://www.ibd.com.br/Downloads/DirLeg/Legislacao/06-Inst_Norm_007-99.pdf> Acesso em 15 de maio de 2006.

BRASIL **INSTRUÇÃO NORMATIVA nº. 17 de 10 de abril de 2001**. Resolve submeter à consulta pública: o glossário de Termos Empregados no Credenciamento, Certificação e Inspeção Produtos Orgânicos; os critérios de Credenciamento das Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos; e as Diretrizes para Procedimentos de Inspeção e Certificação. Disponível em: < http://www.ibd.com.br/Downloads/DirLeg/Legislacao/06-Inst_Norm_007-99.pdf> Acesso em 15 de maio de 2006.

BRASIL **DECRETO nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planetaorganico.com.br/decreto323.htm>> Acesso em, 14 de janeiro de 2008.

BROWN, Lester R. **ECO- ECONOMIA**. Tradução UMA. Salvador:UMA, 2002. p. 296

Calendário Diário dos Programas Monitorados pela Secretaria Municipal de Abastecimento. Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/Secretaria.aspx?o=7>> Acesso em: 09 de novembro de 2007.

CAVALLI, Suzi Barletto. **Food safety: the approach to transgenic foods**. Revista de Nutrição, 2001, vol.14 suppl, p.41-46.

CEAO: Conselho Estadual de Agroecologia do Paraná. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva Orgânica do Estado do Paraná**. Relatório Final. Londrina: IAPR, 2002

DAROLT, Moacir Roberto. Agricultura Orgânica -Inventando o Futuro. Londrina: IAPAR, 2002. 250p.

DIAS, Sergio Roberto et al. Gestão de Marketing. São Paulo, Saraiva, 2003.

EMATER. **Relatório de Atividades da EMATER Paraná 2003**. Curitiba, 2004. 64 p. _____. Agricultura Orgânica e Agroecológica. Disponível em:<<http://www.emater.pr.gov.br/emater.php?emater=1&mid=87>> Acesso em: 23 de janeiro de 2006.

_____.Histórico. Disponível em: http://www.emater.pr.gov.br/modules/_conteudo/_conteudo.php?conteudo=6 > Acesso em 23 de dezembro de 2007.

_____.Agricultura Orgânica e Agroecologia. Disponível em < <http://www.emater.pr.gov.br/emater.php?emater=1&mid=87>> Acesso em 14 sw dezembro de 2007.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **III Plano Direto Embrapa Meio Ambiente 2004-2007** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2004.

FARINA, Elizabeth Mercier Querido, et al. **Estudo do Sistema Agroindustrial de Produtos Orgânicos no Estado de São Paulo**. São Paulo: FIPE e PENSA. 2002, 293 p.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1982. 318p.

FIEP-PORTAL SISTEMA FIEP **BRASIL BUSCA MERCADO EXTERNO PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA**. Disponível em: < <http://www.fiepr.org.br/imprensa/News594content2272.shtml>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2008.

FOGLIATTO, F.S. & GUIMARÃES, L.B.M. **Design Macroergonômico**: uma proposta metodológica para projetos de produto. *Produto & Produção*. 3(3) 1-15.:1999

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, **Mulheres no mercado de trabalho: Grandes Números**. Disponível em < <http://www.fcc.org.br/mulher/serieshistoricas/tabelas/mmt1.html>> Acesso em 15 de agosto de 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 2. edição. São Paulo : Atlas S.A. 2002. 175p.

HAMERSCHMIDT, Iniberto. **Panorama Geral: Os números da agricultura orgânica hoje destacando o Paraná**. Disponível em www.panetaorganico.com.br: Acesso em 25 de junho de 2005.

IBD - INSTITUTO BIODINÂMICO. **Agricultura Orgânica**. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br/arquivos/agriculturaorganica/agriculturaorganica.htm>> Acesso em: 14 de dezembro de 2002.

_____ **Agricultura Orgânica**. Disponível em: < http://www.ibd.com.br/News_Detalhe.aspx?idnews=109> Acesso em: 14 de dezembro de 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Diretoria de Geociência. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 195 p.

_____ **Censo Populacional Brasileiro – 2000 - Censo Demográfico 2000 Características gerais da população** - Resultados da amostra - Tabela 1.1.1 - População residente, por sexo e situação do domicílio, segundo os grupos de idade – Brasil. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo000/tabelabrasil11.htm>. Acesso em 27/10/2006.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônomo do Paraná. **O MERCADO DE ORGÂNICO NO PARANÁ: Caracterização e Tendências.** Curitiba: IPARDES, 2007.

KOIFFMANN, Sérgio. **AGROTÓXICOS VÊM CAUSANDO INFERTILIDADE E CÂNCER.** Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=12958>> Acesso em 25/04/2004.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia Brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização.** Curitiba: Ed. do Autor, 2005. 164 p.

MACHADO, Fernanda Gimenez/CORAZZA, Rosana Icassatti. **Desafios Tecnológicos, Organizacionais e Financeiros da Agricultura Orgânica n Brasil.** Aportes, mayo-agosto, número 026. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, México pp. 21-40, 2004.

MAPA/SPA/IICA. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ; coordenadores Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. – Brasília : IICA : MAPA/SPA/IICA, 2007

MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA Disponível em <<http://www.guiageo-parana.com/rmc.htm>> Acesso em: 16 de março de 2007.

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, vol. 44, n.º 2, 2006.

Nosso Futuro Comum / Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. xviii, 430p.

OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Orgs.). **O Desenvolvimento Sustentável em Foco:** uma contribuição multidisciplinar. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006. 168p.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de Oliveira (Org.). **Economia para Administradores.** São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997. 320p.

ORMOND, J.G.P; Lima de Paula, S.R.; Faveret, P. Rocha, L.T.M. (Orgs). **Quando o passado é futuro.** Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n.º. 15, março 2002, p. 3-34.

OZÓRIO, Humberto Carlos; PINZÓN, Rafael. **Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Local.** Série Cadernos Técnicos do Projeto BNDES-Desenvolvimento Local, Cooperação Técnica do PNUD - Recife, 2004.

PARANÁ. **Decreto nº458 de 05 de junho de 1991.** Dispõe sobre a criação da área de proteção ambiental localizada nos municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo e Curitiba. Disponível em: < <http://www.ucp.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteudo=26>> Acesso em 25 de agosto de 2002.

PARANÁ. **Decreto nº1234 de 27 de março de 1992.** Declaração da área de proteção ambiental – APA dos municípios: Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes descritos para compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e disciplinar o uso turístico em: < <http://www.ucp.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteudo=26>> Acesso em 25 de agosto de 2002.

PARANÁ. **Decreto nº1752 de 06 de maio de 1996.** Declaração da área de Proteção Ambiental-APA do município de São José dos Pinhais. Disponível em:< <http://www.ucp.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteudo=26>> Acesso em 25 de agosto de 2002.

PARANÁ. **Decreto nº2375 de 28 de setembro de 2000.** Declaração da área de Proteção Ambiental-APA nos municípios de Araucária e Campo Largo. Disponível em:< <http://www.ucp.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteudo=26>> Acesso em 25 de agosto de 2002.

PARANÁ. **Decreto nº1754 de 06 de maio de 1996.** Declaração da área de Proteção Ambiental-APA do município de Piraquara. Disponível em:< <http://www.ucp.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteudo=26>> Acesso em 25 de agosto de 2002.

PARANÁ. **Decreto nº1753 de 06 de maio de 1996.** Declaração da área de Proteção Ambiental-APA nos municípios de Colombo, Piraquara, Pinhais e Quatro Barras. Disponível em:< <http://www.ucp.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteudo=26>> Acesso em 25 de agosto de 2002.

PARANÁ. **Decreto nº1231 de 06 de maio de 1996.** Declaração da área de Proteção Ambiental-APA nos municípios, Porto Amazonas, Lapa, Balsa Nova, Palmeiras, Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés Disponível em:< <http://www.ucp.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteudo=26>> Acesso em 25 de agosto de 2002.

PIRES, Dario Xavier, et al. Intoxicações provocadas por agrotóxicos de uso agrícola na microrregião de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, no período de 1992 a 2002. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.21, n°. 3, maio/jun. 2005.

PLANO DE MANEJO: Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana. Disponível em <<http://www.ucp.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteudo.php?conteúdo=26>> Acesso em 20 de maio de 2007.

PORTAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMÍLIA. BRASIL – **Número de Contratos e Montante do Crédito Rural do Pronaf por Estado, Enquadramento e Ano Fiscal.** Disponível em: <http://smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/rel_anofiscal>

estadoenquadramento.asp?cboAnoInicio=2008&cboAnoTermino=2008&cboUF=&SiglaDaUF=&NomeDaUF=&cboCDMunicipio=> Acesso em 06 de junho de 2008.

PORTAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMÍLIA. BRASIL – **Número de Contratos e Montante do Crédito Rural do Pronaf por Enquadramento e Ano Fiscal**. Disponível em: < http://smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/rel_anofisca leestadoenquadramento.asp?cboAnoInicio=2008&cboAnoTermino=2008&cboUF=&SiglaDaUF=&NomeDaUF=&cboCDMunicipio=> Acesso em 06 de junho de 2008.

RELATÓRIO STERN. **Part III The Economics of Stabilisation**. Disponível em:< http://www.hm-treasury.gov.uk/media/8A7/D1/Part_III_Introduction.pdf> Acesso em 15 de janeiro de 2007. Pág. 168 a 307

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, n.º 43, 2001.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. – Rio de Janeiro. Garamond, 2002. 96 p.

_____. Experiências internacionais de um cientista inquieto: entrevista com Ignacy Sachs. **Estudos Avançados**, Dec. 2004a, vol.18, n.º.52, p.353-372.

_____. Inclusão Social pelo Trabalho Decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados** 18 (51), 2004b.

SELLITTO, Miguel Afonso; RIBEIRO, José Luis Duarte **An approach for measurement of intangible values in production systems**. Gestão & Produção, 2004, vol.11, n. 1, ISSN 0104-530X.

SESA, Paraná. Secretaria de Estado da Saúde. Relatório **do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos no Estado do Paraná**, junho de 2001 a junho de 2002/ Secretaria de Estado da Saúde. - Curitiba: SESA, 2003. p. 55

SETP – Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Estado do Trabalho , Emprego e Promoção Social – **Programa de Aquisição de Alimentos** – Informativo N.º. 23 de 08/08/2006.

SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: Um modelo analítico integrada adaptativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 176p.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento Sustentável: um conceito multidisciplinar.In: MENDES, Judas Tadeu Grassi, SILVA, Christian Luiz da (Orgs.). **Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 195p.

SILVA, E. L., & MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 2005

SILVERSTEIN, Michael. **A Revolução Ambiental** – como a economia poderá florescer e a terra sobreviver na maior desafio da virada do século. Tradução Álvaro de Sá. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993. 200p.

SOUZA, Maria Célia M., **Aspectos institucionais do Sistema agroindustrial de produtos orgânicos**, Revista Informações Econômicas, SP, v. 33, n. 3, mar. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA – Departamento de Estatística. **Apostila – Estatística Não-Paramétrica**. Curitiba, 2001.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA. TOXICOLOGIA. **Estruturação da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/toxicologia/estrutura/servicos.htm>> Acesso em: 14 de janeiro de 2003.

ZYLBERSZTAJN, Décio, NEVES, Marcos Fava. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares; indústria de insumos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 338 p.

APÊNDICES

APÊNDICES 1**ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DO PRIMEIRO CONTRUCTO PROPOSTO:
SERVIÇO PÚBLICO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA**

Reliability

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Reliability Coefficients

N of Cases = 27,0 N of Items = 30

Alpha = ,3684

**ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DO PRIMEIRO CONTRUCTO PROPOSTO:
MARKETING**

Reliability

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Reliability Coefficients

N of Cases = 27,0 N of Items = 4

Alpha = -,0846

**ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DO PRIMEIRO CONTRUCTO PROPOSTO:
GESTÃO**

Reliability

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Reliability Coefficients

N of Cases = 27,0 N of Items = 8

Alpha = -1,4564

**ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DO PRIMEIRO CONSTRUCTO PROPOSTO:
CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO**

Reliability

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Reliability Coefficients

N of Cases = 27,0 N of Items = 26

Alpha = -,5990

**ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DO PRIMEIRO CONSTRUCTO PROPOSTO:
PERSPECTIVA PARA O FUTURO**

Reliability

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Reliability Coefficients

N of Cases = 27,0 N of Items = 2

Alpha = ,2698

**ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DO SUB-CONSTRUCTO:
LINHAS DE FINANCIAMENTO**

Reliability

***** Method 1 (space saver) will be used for this analysis *****

—

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Reliability Coefficients

N of Cases = 27,0 N of Items = 3

Alpha = ,7076

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)